

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUANA JOSEPHINO DE MELO

CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS E A ASCENSÃO DA FÉ: DISCURSO POLÍTICO
DO BISPO EDIR MACEDO DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

FLORIANÓPOLIS

2022

LUANA JOSEPHINO DE MELO

**CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS E A ASCENSÃO DA FÉ: DISCURSO POLÍTICO
DO BISPO EDIR MACEDO DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
Orientadora: Profa. Dra. Luciana Rossato

FLORIANÓPOLIS

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

LUANA JOSEPHINO DE MELO

**CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS E A ASCENSÃO DA FÉ: DISCURSO POLÍTICO
DO BISPO EDIR MACEDO DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em História e aprovada na sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História.

Florianópolis, 17 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

*Para papai e bolota, com todo o amor
dedico este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai José Gomes de Melo Filho e minha irmã Gianara Josephino de Melo pelo amor, suporte e confiança imprescindíveis para que eu concluísse essa trajetória na pós-graduação, me tornando a primeira, numa família de lavradores, donas de casa e mineiros, a concluir o mestrado. Não tenho nada além de gratidão a toda essa rede de apoio de familiares, amigos, colegas e professores que tornou possível que eu concluísse o curso, principalmente nas condições adversas a que estivemos todos submetidos durante 2020-2021 em virtude da pandemia.

Meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), cuja bolsa permitiu a dedicação exclusiva no percurso deste mestrado.

Toda minha gratidão a minha orientadora Prof. Dra. Luciana Rossato pela gentil e dedicada orientação durante esses tempos tão difíceis. Agradeço também ao Prof. Dr. Reinaldo Lohn e Prof. Dr. João Henrique Zanelatto que, de maneira generosa aceitaram participar da minha banca de mestrado. Minha gratidão a todos os professores e professoras do PPGH/UDESC que de alguma forma colaboraram para que esse trabalho se concretizasse, especialmente a Prof. Dra. Cristiani Bereta pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

Obrigada aos colegas da turma de mestrado de 2020, sobretudo, as queridas Luiza, Glenda, Vinícius e Darlene pela rede improvisada de apoio e amizade que formamos e que foi essencial nos momentos de solidão e cansaço durante a escrita da dissertação.

Por fim, agradeço aos meus melhores e mais próximos amigos, Gege, Duda, Andri, Kleberson, Joãozinho, Michael (in memoriam) pelo apoio e incentivo constantes. Vocês me inspiram a ser melhor.

RESUMO

A presente dissertação analisa os conceitos de nação, cidadania e democracia articulados e mobilizados por Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, em seus livros publicados durante o governo Lula (2003-2010). A partir das ferramentas teórico-metodológicas da história conceitual visa compreender como se dá a interação de Edir Macedo com o cenário político e social em que ele atua, as questões que ele aponta como problema, as soluções que propõe, e ainda tratar os processos de disputa nos sentidos de termos políticos muito importantes no período. E, desse modo, inquirir em que medida Macedo, enquanto liderança neopentecostal e então com articulações junto ao governo petista, aciona esses conceitos centrais no seu discurso. Esse trabalho foi dividido em dois capítulos, o primeiro trata das relações entre a política e a religião no campo da história política, a inserção de lideranças evangélicas na vida político-partidária durante a redemocratização e a participação massiva dos pentecostais na política nacional desde então, e ainda, a atuação de Macedo e da Universal nesse contexto de mudanças, tensionamentos e aproximações entre o campo político e religioso brasileiro. O segundo capítulo busca responder a dois problemas analíticos centrais, um de ordem social, relacionado à dimensão da experiência e campo de ação de Edir Macedo, expresso através dos principais conceitos políticos acionados por ele em seus textos, e outro no campo semântico, ao empreender uma revisão dos significados históricos desses conceitos.

Palavras-chave: Edir Macedo; nação; cidadania; democracia; governo Lula; história dos conceitos.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the concepts of nation, citizenship and democracy articulated and mobilized by Edir Macedo, leader of the Universal Church of the Kingdom of God, in his books published during the Lula government (2003-2010). Using the theoretical and methodological tools of conceptual history, it aims to understand how Edir Macedo interacts with the political and social scenario in which he operates, the issues he points out as a problem, the solutions he proposes, and also to deal with the processes of dispute in the meanings of very important political terms in the period. And, in this way, to inquire to what extent Macedo, as a Neo-Pentecostal leader and then with articulations with the PT government, uses these central concepts in his discourse. This work was divided into two chapters, the first one deals with the relations between politics and religion in the field of political history, the insertion of evangelical leaderships in political-party life during the re-democratization and the massive participation of Pentecostals in national politics since then, and also, the performance of Macedo and Universal in this context of changes, tensions and approximations between the political and religious fields in Brazil. The second chapter seeks to answer two central analytical problems, one of social order, related to the dimension of Edir Macedo's experience and field of action, expressed through the main political concepts used by him in his texts, and the other in the semantic field, by undertaking a review of the historical meanings of these concepts.

Keywords: Edir Macedo; nation; citizenship; democracy; Lula's government; history of concepts.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais conceitos articulados por Macedo nas obras publicadas entre 2002-2010.....19

Tabela 2 - O vocabulário político de Edir Macedo: os conceitos-chave 73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ABC	Associação Beneficente Cristã
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
PT	Partido dos Trabalhadores

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa com a distribuição dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus.....	48
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	POLÍTICA E RELIGIÃO	29
2.1	OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA NO BRASIL.....	29
2.2	EDIR MACEDO E A UNIVERSAL: OS TENTÁCULOS IURDIANOS NA POLÍTICA, NA MÍDIA E NO ASSISTENCIALISMO.....	45
2.3	O BISPO E O TEMPO: NOTAS SOBRE O PASSADO, PRESENTE E FUTURO	58
2.3.1	O tempo cristão	59
2.3.2	Edir Macedo e o tempo	61
2.3.3	Futuro	66
3	OS CONCEITOS POLÍTICOS NA OBRA DE EDIR MACEDO: NAÇÃO, CIDADANIA E DEMOCRACIA	70
3.1	NAÇÃO.....	77
3.2	DEMOCRACIA	83
3.2.1	O conceito de democracia no Brasil.....	87
3.3	CIDADANIA.....	100
3.3.1	Identidade cristã, cultura política e cidadania	104
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

Em encontro realizado entre Edir Macedo e Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, em meados de 2007, Macedo conversou com Lula sobre a animosidade que cultivou por ele durante os anos em que foram ferrenhos adversários políticos “Presidente, antes de começar nossa conversa, gostaria de esclarecer o motivo que levou nosso jornal (o evangélico *Folha Universal*) a afirmar que o senhor era o diabo. Nós tínhamos um conceito errado [...] Vi sua outra face, presidente. Assumimos uma postura diferente. - Tudo bem, bispo. É comum a gente mudar de opinião - respondeu Lula, iniciando um demorado discurso sobre seus feitos na Presidência”¹ (TAVOLARO; LEMOS, 2007, p.176).

Quatro anos antes desse encontro, o apoio político de Edir Macedo e da Igreja Universal do Reino de Deus, bem como de outras importantes designações evangélicas, como a Metodista, Batista e Sara Nossa Terra², foi essencial para a vitória de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2002, quando o candidato do PT alcançou 61,11% dos votos entre os evangélicos (BOHN, 2004) contra 39,19% do seu adversário José Serra (PSDB). Nesse novo arranjo de alianças entre governo Lula e evangélicos, Edir Macedo é alçado ao posto de aliado político valioso ganhando poder, prestígio e projeção, resultando na multiplicação do seu capital político e ampliação da relevância de sua participação na esfera pública. No entanto isso não dissipou as tensões políticas³ entre o PT e os evangélicos⁴, aqui identificados num agregado religioso que inclui protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais. Se no campo político institucional são agora aliados, no campo do discurso a disputa pela significação de conceitos como democracia, cidadania e nação se acirra ainda mais.

¹ Episódio narrado na biografia autorizada de Edir Macedo “O bispo - a história revelada de Edir Macedo” escrita pelos jornalistas Douglas Tavolaro e Christina Lemos e publicada em 2007 pela editora Larousse do Brasil.

² Dados disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/17/ult27u27501.jhtm>. Acesso em: 13 jul.2021.

³ Entre outras tensões, Lacerda vai apontar que “a despeito do apoio, ações do governo petista tais como o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que defendia a descriminalização do aborto e o casamento homossexual, causaram obvio desconforto na elite política evangélica” (LACERDA, 2017, p.17)

⁴ Pierucci vai afirmar que no Brasil o termo “evangélico” é usado como sinônimo pleno de “protestantes”. Isso desde a chegada do luteranismo, em 1824, o qual adotou o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (PIERUCCI, 2013, s.p)

Edir Bezerra Macedo além de líder e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD⁵), denominação neopentecostal em ascensão e expansão no mundo e, desde as eleições presidenciais de 1989⁶ força política destacada no cenário brasileiro, é também dono da emissora RecordTV e escritor profícuo com mais de 50 obras publicadas, traduzidas para o inglês e espanhol e com 4 milhões de títulos vendidos⁷. É fenômeno na TV, rádio, mercado editorial e mídias sociais, controlando uma rede nacional de rádios e um complexo televisivo, que conta com a RecordTV que cobre 98% do território brasileiro e inclui 108 emissoras em todo o Brasil (ORO; TADVALD, 2018, p.55). O bispo da Universal teve sua trajetória de vida atravessada por inúmeras polêmicas, ataques a outras religiões, métodos controversos de arrecadação de dízimo, corrupção de ex-membros da Universal, e ainda, acusações “de charlatanismo, estelionato, curandeirismo e de enriquecimento as custas da exploração da miséria, ignorância e credulidade alheias” (MARIANO, 2014, p. 54).

A pesquisa que resultou nesta dissertação investiga os conceitos de nação, democracia e cidadania, que são articulados, mobilizados e compartilhados no conjunto de escritos de Macedo publicados durante as duas gestões do governo Lula (2003-2010). Essa produção literária, ainda pouco explorada academicamente, é fonte para inquirir as relações do bispo com o cenário político em que ele atua, como também, elencar e esquadrihar, através dessas obras, as problemáticas que ele destaca, as soluções que ele propõe e o vocabulário que compartilha e, também, como ele faz uso dos conceitos que são comungados no debate público do período. E dessa maneira, inquirir em que medida Macedo endossa ou repele, na condição de liderança religiosa evangélica e também base governista, os principais temas dos debates políticos da época. Ora se alinha com o governo Lula, ora contesta-o e se aproxima da comunidade neopentecostal com que compartilha seu quadro de normas e valores. Desse modo,

⁵ Os fiéis da Igreja Universal também são chamados de iurdianos.

⁶ “No Brasil pós-ditadura as igrejas pentecostais, tradicionalmente afastadas da política, estão entrando ativamente na vida político-partidária. A eleição presidencial de 1989 foi um momento muito intenso de envolvimento eleitoral dos pentecostais” (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p.1992) que apoiaram e se envolveram de forma direta na campanha do então candidato Fernando Collor de Mello. O jornalista Gilberto Nascimento, em biografia de Edir Macedo publicada recentemente vai apontar que “desde a primeira eleição direta para Presidência da República, em 1989, Edir Macedo e sua Igreja vêm se alinhando aos ocupantes do Palácio do Planalto. O bispo sempre esteve ao lado do poder, fosse com governos de centro, de esquerda ou de direita” (NASCIMENTO, 2019, p.14)

⁷ Dados publicados pela UNIPRO Editora em sua página oficial, disponível em: unipro.com.br/team/edir-macedo. Acesso em: 20 jul. 2021.

[as linguagens políticas] se tornam relevantes unicamente na medida em que nos revela, na sua interação, o conjunto de premissas compartilhadas em torno das quais gira o discurso público de uma época, e como estas premissas vão se alterando com o decorrer do tempo (PALTI, 2007, p.72).

A partir das discussões do historiador francês Pierre Rosanvallon (1995) entende-se ser fundamental realizar o levantamento conceitual do discurso político de Macedo na medida em que se busca compreender o seu contexto e atuação política e social, desse modo, “[...] entender como uma época, um país ou um grupo social tenta construir respostas para aquilo que, com maior ou menor precisão, elas percebem como problema” (ROSANVALLON, 1995, p.16). Trata-se também de refletir, na disputa de poder, como os evangélicos negociam com outros setores políticos e sociais a sua perspectiva acerca de conceitos como nação e cidadania, ou, ainda, sobre suas concepções de moralidade, sexualidade e costumes.

O objetivo principal da pesquisa foi examinar as questões de ordem social ligadas às experiências, conflitos, problemas e o campo de ação de Edir Macedo expressos nos conceitos políticos, buscando entender como se deu a interação do bispo da Universal com o cenário político e social do período. Para isso buscamos compreender como os problemas do presente e as principais pautas do debate político e social do período influenciaram não só as preferências temáticas do bispo Macedo refletidas no conteúdo de seus livros, mas também como direcionaram a escolha do seu vocabulário político e os conceitos acionados na busca de soluções para questões pautadas naquele momento, balizando suas ideias e discursos.

Para tanto, foram analisados os livros publicados por Edir Macedo entre os anos de 2003 a 2010, são eles: *O princípio das dores* (2003), *A origem do caos* (2006), *A excelência da sabedoria: estudo sobre o Livro de Provérbios* (2005), *A voz da fé* (2009), *Mensagens que edificam* (2003), *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política* (2008) e *Somos todos filhos de Deus?: Uma reflexão sobre a situação espiritual da humanidade nos dias de hoje* (2007).

Todos os livros foram adquiridos de segunda mão em sebos localizados tanto na internet quanto em lojas físicas, entre os anos de 2018 e 2020, e comprados por valores que variaram de R\$6 a R\$27 reais. Dos oito livros pesquisados, três possuem menos de 50 páginas (*O princípio das dores*; *Fé e dinheiro* e *A origem do caos*), um deles possui entre 50 e 100 páginas (*A excelência da sabedoria*) e quatro deles tem entre 100 e 200 páginas (*A voz da fé*; *Mensagens que edificam*; *Plano de Poder* e

Somos todos filhos de Deus?). Essas obras têm autoria creditada somente a Macedo, a exceção é *Plano de Poder*, escrito em colaboração com o jornalista e escritor Carlos Oliveira⁸. Sobre a questão da autoria dos seus livros, é de conhecimento público que Macedo já fez uso do *ghost writer*. Um dos seus biógrafos, o jornalista Gilberto Nascimento, aponta para a figura do pastor, teólogo e doutor em ciências da educação, José Cabral de Vasconcelos, como o primeiro “*escritor-fantasma*” de Edir Macedo.

Os temas abordados nos livros são diversos e buscam dar conta de uma gama de questões, sejam elas espirituais, pessoais ou financeiras. O autor aconselha os fiéis sobre a família, casamento, amizades, orienta sobre comportamento e trabalho. O cotidiano é matéria recorrente nos livros do bispo, com reflexões e soluções para os problemas diários. A obra *Excelência da sabedoria* busca preencher essa lacuna, apresentando um estudo dos capítulos I, II, III e IV do *Livro Provérbios*. Esses são capítulos conhecidos por serem textos de sabedoria prática que orientam e ensinam que a religião está relacionada aos problemas comuns da vida. Macedo defende que “o Livro de Provérbios contém a sabedoria de Deus para que vivamos plenamente da forma que Ele planejou para nós” (MACEDO, 2005, p.18). Outros textos, a exemplo de *O princípio das dores* e *A origem do caos*, trazem interpretações bíblicas do bispo acerca de temas como o fim do mundo: “a Terceira Guerra Mundial marcará o segundo tempo, ou a segunda fase do sinal da Segunda Vinda de Nosso Senhor Jesus. Mas ainda não é o fim, apenas o princípio das dores” (MACEDO, 2003, p.15). Ou a explicação religiosa da gênese do mundo em que vivemos hoje, buscando explicar as tragédias e os sofrimentos da humanidade, atribuindo responsabilidade a atuação do diabo.

Com exceção do livro *Plano de Poder*, publicado pela Thomas Nelson Brasil, selo editorial evangélico pertencente à editora Ediouro, todos os demais livros foram impressos na gráfica própria da Igreja Universal, a Universal Produção Ltda (Unipro Editora), fundada no Rio de Janeiro e atuante no mercado desde os anos 80. Na aba de apresentação do site da Unipro Editora, o texto informa ao leitor que a produção editorial não se restringe às obras e autores do seguimento religioso, estendendo-se a todas as áreas de interesse do leitor brasileiro: “autoajuda, interesse geral,

⁸ Atualmente Walcysneu Carlos Macedo de Oliveira é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e foi reeleito em 2018 como deputado estadual no Rio de Janeiro pelo partido Republicanos.

comportamento, doutrina, biografias, entre outros, estão em um catálogo bastante abrangente e diversificado⁹.

Inserido no mercado editorial cristão brasileiro, Macedo é exemplo de sucesso no gênero, que passou por um processo de expansão nos últimos 10 anos. Uma matéria publicada na *Folha de S. Paulo* em 2014 apresentou alguns dados desse mercado no Brasil, destacando os 73 milhões de exemplares vendidos e o faturamento de R\$ 458 milhões. No período, 76% das livrarias no país comercializaram livros religiosos, enquanto em 2009 o número era de 46%¹⁰. Dados publicados pela Nielsen BookScan em 2017, mostraram que as obras desse segmento tiveram lucro de aproximadamente R\$1,8 bilhão – “um leve aumento no faturamento em relação a 2015 e 2016, que foi de pouco mais de R\$ 1,6 bilhão, nos dois anos”¹¹.

Tabela 1. Os principais conceitos articulados por Macedo nas obras publicadas entre 2002-2010

Conceito	Quant. Total	Livro	Quant. Unit. p/ Livro
Diabo/Satanás	79	O princípio das dores	1
		A excelência da sabedoria	11
		A origem do caos	19
		Fé e dinheiro	1
		A voz da fé	13
		Somos todos filhos de Deus?	26
		Mensagens que edificam	9
		Plano de Poder	55
		O princípio das dores	13

⁹ Disponível em: <https://unipro.com.br/a-editora/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/06/1473683-novo-selo-aproveita-boafase-do-mercado-de-livro-religioso.shtml>. Acesso em: 02 mar. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/religiao/mercado-de-livros-religiosos-mantem-publico-fiel-mesmo-com-recessao-economica/>. Acesso em: 03 mar. 2022

Nação	74	A voz da fé	1
		A Origem do Caos	1
		Somos todos filhos de Deus?	4
Fé Sobrenatural	73	Fé e dinheiro	1
		A voz da fé	51
		Somos todos filhos de Deus?	18
		Mensagens que edificam	3
Povo	74	Plano de Poder	58
		O princípio das dores	8
		Somos todos filhos de Deus	1
		A voz da fé	3
		Mensagens que edificam	1
		A Origem do Caos	1
		Fé e Dinheiro	2
Autoridade	65	Plano de Poder	7
		A excelência da sabedoria	1
		A Origem do Caos	1
		A voz da fé	23
		Somos todos filhos de Deus?	15
		Mensagens que edificam	18
Religião	49	Mensagens que edificam	6
		Plano de poder	3
		Fé e dinheiro	1
		A voz da fé	7
		Somos todos filhos de Deus?	31
		A excelência da sabedoria	1

Dízimo	45	A excelência da sabedoria	15
		Fé e dinheiro	7
		A voz da fé	21
		Somos todos filhos de Deus?	2
Igreja	45	Mensagens que edificam	17
		Plano de poder	4
		A voz da fé	13
		O princípio das dores	6
		A excelência da sabedoria	4
		Fé e dinheiro	1
Estado	40	Plano de Poder	40
Fé Inteligente	39	A excelência da sabedoria	7
		Plano de Poder	1
		A voz da fé	26
		Somos todos filhos de Deus?	5
Fé emotiva	40	Somos todos filhos de Deus?	15
		A voz da fé	25
Fé Racional	28	Plano de Poder	1
		A voz da fé	12
		Somos todos filhos de Deus?	15
Cidadania	28	Plano de Poder	28
Fé Natural	26	A voz da fé	10
		Somos todos filhos de Deus?	16
Família	21	Plano de Poder	2
		A excelência da sabedoria	4
		Fé e Dinheiro	1
		A voz da fé	4

		Somos todos filhos de Deus?	10
Vida em Abundância	16	A excelência da sabedoria	4
		A origem do caos	1
		Fé e dinheiro	2
		A voz da fé	7
		Somos todos filhos de Deus?	2
Fé Prática	15	A voz da fé	8
		Fé e Dinheiro	6
		Mensagens que edificam	1
Democracia	8	Plano de Poder	8

Fonte: tabela produzida pela autora (2022)

Para o levantamento e seleção dos conceitos a serem trabalhados na pesquisa foi construída a tabela acima com base na leitura dos livros, com indicações dos termos mais citados no total, o número de vezes em que ele é utilizado nos livros e em quais livros aparecem. A partir desse procedimento chegamos a um total 18 conceitos principais, entre eles, conceitos políticos, sociais e religiosos, desses vamos analisar apenas três: cidadania, nação e democracia, considerando que a pesquisa tenta dar conta de pensar os conceitos políticos que Macedo articula, portanto, ainda que outros conceitos sejam mais citados, para os objetivos desse trabalho, entendemos que os três selecionados são centrais para a visão de mundo política do autor.

A pesquisa sobre as menções e usos desses termos revela de que maneira se organiza a rede conceitual que Macedo articula em seus livros, quais categorias e conceitos são criados e mobilizados para acomodar sua crença e organizar seus princípios teológicos. Isso se reflete por exemplo na maior incidência de citações de temas religiosos, como o conceito de fé sobrenatural, citado 73, ou o próprio conceito de diabo, com o maior número de aparições, 79 vezes.

O conceito de fé sobrenatural é central no discurso institucional da Universal porque alicerça e orienta sua noção de crença e de prática religiosa, além disso é mobilizada para marcar a diferença entre a fé que se pratica na IURD, a sobrenatural,

e a fé praticada em outras igrejas. Macedo, em *Somos todos filhos de Deus?*, explica ao leitor que existem apenas dois tipos de fé, a fé sobrenatural e a fé natural. De maneira geral, o autor defende que a fé natural consiste na autoconfiança, que nasce com os seres humanos e vai se alargando ao longo da vida, conforme as pessoas ampliam seus conhecimentos sobre o mundo. Dessa maneira, ela se manifesta “quando nos levantamos pela manhã, por exemplo, inconscientemente manifestamos a fé natural, pois cremos que os pés suportarão o peso do nosso corpo” (MACEDO, 2007, p.157).

A fé sobrenatural, por outro lado, se alicerça no crer em ação, que “não envolve só meditação e prática da Palavra de Deus, mas também cobra respostas e cumprimento de Suas Promessas. Está relacionada ao raciocínio e a capacidade de julgar, avaliar, pesar; enfim, conferir a finalidade da própria fé” (MACEDO, 2009, p.43). Macedo advoga que a fé que agrada a Deus está ancorada no que se faz com a fé, com a atitude do fiel em relação a Deus, “Deus fica na expectativa da ação humana, com respeito à Sua voz, para então, manifestar Sua reação. É por isso que a vida abundante e terna depende da ação da fé. Depender da fé significa depender de Deus de forma prática” (MACEDO, 2009, p.31). Swatowski (2007) complementa que para Edir ativar a fé “é ativar o poder divino capaz de destruir o mal, promover transformações na própria vida e gerar resultados práticos” (SWATOWISKI, 2007, p.124). É a única fé que garante ao fiel a salvação eterna, bênçãos financeiras e milagres, mas também garante o direito de cobrar diretamente de Deus essas promessas. Desse modo, a “fé verdadeira” que Macedo discute em seus livros, é o contraponto aos que professam uma fé “cega, natural e irracional” (MACEDO, 2006, p.34), e se estabelece na oposição de outras instituições religiosas.

Ainda que os livros tenham menos alcance e menor influência no proselitismo da Universal do que as redes sociais e mídias digitais e convencionais, eles são fontes importantes para os estudos das ideias e discursos de Macedo. Os livros são uma sistematização da doutrina propagada pela IURD, das interpretações de Macedo sobre a bíblia e ainda oferece algumas pistas sobre as ambições políticas do bispo alinhadas com os seus discursos teológicos. Além de ser uma forma coesa de reunir os “elementos que se reproduzem de forma dispersa nos discursos dos pastores, nas práticas rituais e nos enfoques midiáticos” (SWATOWISKI, 2007, p.116).

Sobre a circulação e os métodos de proselitismo da IURD, cabem algumas observações adicionais para examinar diferenças no alcance de alguns formatos de

mídia acionados para fins de evangelização no período que cobre essa pesquisa, ou seja, de 2003 a 2010, e hoje. Lançado em 1992, e completando 30 anos em 2022, o jornal impresso semanal *Folha Universal* é distribuído em todo território nacional, alcançando, segundo o jornal *Folha de S. Paulo* uma tiragem que gira em torno de 1.7 milhões de exemplares¹². As redes sociais no recorte dessa pesquisa, que compreende os anos de 2003 a 2010, estavam iniciando seus processos de introdução e popularização no país. O *Facebook*, por exemplo, criado em 2004 só incluiu o idioma português na plataforma em 2008 e o *Twitter* que iniciou as atividades em março de 2006, chegou no Brasil em 2007 e se tornou popular apenas em 2008¹³, por isso entendemos que naquele momento ainda não era ferramenta proselitista relevante. O que viria se transformar futuramente, hoje tanto a Igreja Universal quanto Edir Macedo, possuem redes sociais com milhares de seguidores¹⁴, e ainda que os números expressivos acima demonstrem a alta circulação da *Folha Universal*, as redes sociais são hoje importantes ferramentas estratégicas de comunicação evangelizadora. Esse processo de diversificação nas plataformas e espaços de mídias utilizando pela IURD para fins confessionais, bem como, a ampliação das suas estratégias de comunicação, se estabelece no campo social através das redes sociais, como novas maneiras de pregar e de viver a religiosidade.

O interesse pela problemática apresentada neste trabalho tem sua origem na pesquisa iniciada durante a graduação e que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Um intelectual a serviço da fé: o discurso político e religioso de Edir Macedo no livro *Plano de Poder*”. A monografia discute os três conceitos basilares que fundamentam o livro *Plano de Poder*, sendo eles democracia, Estado e cidadania e analisa a articulação dessas noções na sua prática política e discursiva. Nesta dissertação busca-se um aprofundamento analítico e maior elaboração da temática, com ampliação do recorte temporal e das fontes para o estudo mais acurado do discurso político de Edir Macedo.

O crescimento do pentecostalismo no Brasil e no mundo, com presença destacada nos “países em desenvolvimento do Sul do Pacífico, da África, do Leste e

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/03/igreja-universal-usa-jornal-para-fazer-campanha-contra-lula-e-o-pt.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2022.

¹³ Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/twitter/>. Acesso em: 1 set. 2022.

¹⁴ A Igreja Universal possui hoje 1.2 milhões de seguidores no Instagram; 2.9 milhões de seguidores no Facebook e 280,5 mil seguidores no Twitter. Edir Macedo em suas redes sociais pessoais possui hoje, 1.3 milhões de seguidores no Instagram, 2.8 milhões de seguidores no Facebook e 468,5 mil seguidores no Twitter.

do Sudeste da Ásia, sobretudo da América Latina” (MARIANO, 2004, p.121) é fenômeno crescente desde o século passado e que se desdobra não apenas em avanços no campo religioso, mas, também, em influência midiática e participação político-partidária maciça. Essa presença política evangélica estratégica “permite às igrejas o acesso direto a instâncias reguladoras que tratam de temas de seu interesse, como a defesa da família tradicional e a proibição do aborto, além de questões tributárias e concessões de meios de comunicação, como rádio e televisão” (ORO; TADVALD, 2018, p.56). Ou seja, poder para intervir no campo civil e defender seus interesses institucionais, para barganhar cargos públicos, garantir isenção de pagamento de taxas ou mesmo obter recursos públicos financeiros para suas obras sociais.

No Brasil as relações entre o campo religioso e político foram marcadas por um percurso histórico de atravessamentos e fronteiras flexíveis, a depender dos períodos históricos e dos contextos políticos. Essa relação ganhou novos contornos na contemporaneidade e tem se intensificado, principalmente com a ampliação da presença dos cristãos pentecostais na esfera pública e sua intensa participação na política partidária a partir do final do século XX, tornando os limites que separam esses domínios ainda mais elásticos. Esse fenômeno, no entanto, vem sendo partilhado em maior e menor intensidade em outros países da América do Sul e Central, mas podendo ser observadas algumas dinâmicas e tendências gerais semelhantes às brasileiras, transformando os evangélicos não só nos novos atores religiosos da política no Brasil, mas também na América Latina (GUADALUPE; CARRANZA, 2020).

Essas novas configurações que incidiram nas articulações entre política e religião vêm proporcionando vigorosos debates nas ciências humanas, despertando o interesse cada vez maior de pesquisadores, da mídia e do público em geral sobre o assunto. Como apontou Henry Rousso (2016) em *A última catástrofe*, as transformações na disciplina histórica nos últimos 30 anos colocaram no centro das preocupações do historiador temas contemporâneos ao pesquisador. Logo, a emergência do pentecostalismo no cenário político brasileiro a partir do final dos anos 1980, é marco cronológico importante que inaugura o que Burity (1997) chamou de reestruturação do campo religioso no Brasil, mas também demarca uma importante virada nos estudos do político e do sagrado.

Verifica-se uma movimentação de pesquisadores dispostos a perscrutar em seus trabalhos o papel desempenhado pelos evangélicos no campo social e político,

e as contribuições desses grupos enquanto componentes que já operavam ativamente na sociedade brasileira desde os anos 1910, mas que só passaram a participar do jogo político a partir de 1986 (BAPTISTA, 2007). A influência e o alcance do discurso desse segmento religioso no debate público, o papel decisivo do voto evangélico nas disputas eleitorais e as implicações desses elementos nas instituições democráticas demonstram a atualidade do tema e a urgência em realizar o exame mais apurado dessas novas correlações que se estabelecem entre o religioso e o político no cenário nacional.

Na literatura acadêmica que se debruçou sobre as relações entre a política e os grupos evangélicos no Brasil, os trabalhos de Paul Freston (1993) e Ricardo Mariano (1999) são referências essenciais¹⁵. Os autores se ocuparam, ainda nos anos de 1990, sobre a novidade do fenômeno do pentecostalismo, o crescimento da presença e da visibilidade dos mesmos no campo civil, as identidades religiosas e os comportamentos políticos desses grupos, além de também discutirem a inserção pentecostal na política a partir da Constituinte. A participação massiva, organizada e contínua das denominações evangélicas na política-partidária no início dos anos 2000, motivou e ampliou ainda mais novos trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras interessados/as no papel destacado desempenhado pelos setores evangélicos no cenário político e social brasileiro.

A tese de Paul Freston *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment* (1993) e o livro *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (2014) de Ricardo Mariano são obras referenciais no estudo sobre os pentecostais no país, e trouxeram importantes contribuições ao debate. Sobre o surgimento e construção do pentecostalismo no cenário nacional, Mariano aponta para a diversidade estética, litúrgica, comportamental e de organização desses grupos. Além de empreender um acurado levantamento sobre o neopentecostalismo, as principais características e suas igrejas representantes, sendo elas: Igreja de Nova Vida, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. O sociólogo

¹⁵ Para esse estado da arte, as bases de dados selecionadas para a busca dos artigos, teses e dissertações foram o banco de teses da Capes, o portal de periódicos da Capes, Scielo Brasil e Google Acadêmico. Cinquenta produções foram selecionadas inicialmente e dessas, 10 foram elencados para a realização desse levantamento. O conjunto de palavras-chave utilizado na busca, foi: *evangélicos, neopentecostalismo, Edir Macedo, Igreja Universal, política*.

Freston analisa a atuação dos evangélicos na Constituinte, as mudanças no cenário político e religioso brasileiro nos anos 90 que foram marcadas, sobretudo, pelo alargamento da oferta religiosa, aumento significativo do número de evangélicos no país e o ingresso na política partidária brasileira que vai assinalar uma nova fase nas relações entre o político e o religioso.

Trabalhos mais recentes publicados sobre o tema demonstram a renovação do debate, perscrutando novos atores, conceitos e categorias, aprofundando e ampliando debates anteriores e promovendo a atualização do conhecimento já construído sobre os evangélicos e a política. Alguns pesquisadores se destacam nesses novos debates, entre eles o sociólogo Ari Pedro Oro (2003; 2006; 2018) que possui pesquisas sobre o tema, com destaque para os trabalhos que discutem a confessionalização da política pelos segmentos evangélicos com realce para a atuação da Universal. O autor defende que desse modo, Edir Macedo e a IURD contribuem com o processo de sacralização da vida social e política por meio da mobilização de elementos simbólicos do sagrado para recobrir suas práticas, discursos e atuação política.

A metodologia que relaciona a problemática com as fontes nessa pesquisa é a abordagem conceitual do político de Pierre Rosanvallon (2010), em que a história do político tem caráter central, e nessa pesquisa vai estabelecer um diálogo essencial com Reinhart Koselleck e a história dos conceitos (2006). Sobre a história conceitual do político, ao analisar o conceito de político, pensa-se em uma existência comum e uma ação coletiva na vida social. Desse modo, diferencia-se o político da política, esta enquanto competição partidária e exercício do poder, aquela (o político em sua análise conceitual) trata de analisar o poder da lei, do Estado e da nação, da justiça, da igualdade, da identidade e da diferença, isto é, o que configura a vida na *polis* (ROSANVALLON, 2010). Esse diálogo entre o político e a história das ideias que a história conceitual do político procura engendrar, é mobilizada enquanto recurso de compreensão do presente “através da observação e análise da formação do que o autor chama de ‘racionalidades políticas’” (ROSANVALLON, 1995, p. 9). Enfim, trata-se de reconstruir o modo como os indivíduos, os grupos e a sociedade elaboraram a compreensão de sua situação histórico-política.

A discussão de Koselleck vai ser mobilizada nesse trabalho na medida em que se entende que a linguagem e o mundo material são inseparáveis, e que conceitos são elementos inerentes à vida real. São “índices e sintomas do que há no mundo, e

são também, inexoravelmente, constituintes da experiência humana” (FERES; JASMIN, 2007, p.17). Na história conceitual, a reivindicação metodológica mínima parte da necessidade de interpretar os embates políticos e sociais do passado a partir do seu contexto conceitual, levando em conta os usos da linguagem, compartilhada e mobilizada pelas pessoas que vivenciaram esses conflitos. Ou como o próprio autor defende “a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos passados por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então” (KOSELLECK, 2006, p.103).

A história dos conceitos tem como pressuposto essencial sublinhar o caráter político da mudança conceitual, que vai resultar em alterações estruturais de grande escala em governos e sociedades, bem como possibilita trabalhar os dilemas e conflitos inerentes às problemáticas que preocuparam os atores políticos do passado. E ainda compreender as relações das transformações a nível social com as continuidades e inovações nos significados e nas aplicações dos conceitos políticos e sociais (JASMIN; FERES apud Richter, 2006), e em que medida esses conceitos se mantiveram constantes, foram modificados ou recriados.

Esta dissertação está dividida em dois capítulos. O capítulo 1 trata das relações entre a política e a religião no campo da história política, a inserção de lideranças evangélica na vida político-partidária durante a redemocratização e a participação massiva dos pentecostais na política nacional desde então, e ainda, a atuação de Macedo e da Universal nesse contexto de mudanças, tensionamentos e aproximações entre o campo político e religioso brasileiro.

O capítulo 2 se estabelece enquanto eixo principal de discussão nesta dissertação e busca responder a dois problemas analíticos centrais, um de ordem social relacionado à dimensão da experiência e campo de ação de Edir Macedo expresso através dos conceitos políticos por ele articulados em seus livros e outro no campo semântico ao empreender uma revisão do significado histórico dos conceitos base¹⁶ mobilizados por ele.

¹⁶ Melvin Richter (2007) definiu como conceitos base aqueles que “combinam experiências e expectativas múltiplas, e de tal maneira que eles se tornam indispensáveis a qualquer formulação das questões mais urgentes de uma determinada época.” (RICHTER, 2007, p.23).

2 POLÍTICA E RELIGIÃO

2.1 OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA NO BRASIL

A pesquisa do Instituto Datafolha realizada em dezembro de 2019 e publicada em janeiro de 2020 no *Jornal Folha de S. Paulo* aponta que o percentual de evangélicos no Brasil pode chegar a 31%¹⁷. Além disso, o Brasil possui a quarta maior população evangélica do mundo (LACERDA, 2017, p.20) e, segundo os dados do censo nacional¹⁸ realizado em 2010, 42,3 milhões de brasileiros se declararam evangélicos¹⁹. O teólogo e sociólogo peruano José Luís Pérez Guadalupe apresentou no livro *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XX (2020)* alguns dados sobre a conquista de espaço por cristãos pentecostais em outros países, como o caso de Honduras em que os evangélicos (41%) estão próximos de atingir numericamente os católicos (47%). Essas informações demonstram que a expansão pentecostal não é uma particularidade do Brasil, se constituindo enquanto fenômeno que alcançou a América latina e Central. O autor analisa ainda que nos últimos 50 anos houve uma diminuição considerável do catolicismo na América latina, e na mesma medida, o crescimento dos evangélicos:

podemos notar que o grande salto no crescimento numérico dos evangélicos no continente começou nos anos 1970 e não parou até hoje. Se levarmos em conta que a entrada na política partidária em toda a região começou na década de 80, podemos concluir que um fator determinante (mas não suficiente) foi seu crescimento numérico na década anterior (GUADALUPE, 2020, p.31-32).

Nesse cenário a discussão sobre os atravessamentos entre os domínios do político e do religioso com a crescente mobilização e o ativismo político dos grupos evangélicos se torna essencial, na medida que se entende que no presente novas

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹⁸ Um novo Censo Demográfico começou a ser realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2022, atualmente estão disponíveis para consulta apenas os dados preliminares da pesquisa que se encontra no período final de levantamento. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/25/ibge-preve-para-abril-divulgacao-dos-resultados-definitivos-do-censo-2022.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2023.

¹⁹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religio_deficiencia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

formas de articulação entre os domínios do secular e do sagrado estão estabelecidas, trazendo consequências inevitáveis para a vida social brasileira.

A história do Brasil registra fronteiras fluidas nas relações entre campo religioso e político, esses limites atravessados pela presença da religião no espaço público e na política podem ser observados mesmo depois da Proclamação da República se estendendo até os dias de hoje. As reflexões de pesquisadoras como a socióloga Maria das Dores C. Machado (2015) têm demonstrado que o princípio da laicidade do Estado não teve como resultado a separação absoluta das instituições religiosas e políticas no Brasil. O que a socióloga e outros autores, como Lacerda (2017), concluíram é que, apesar da instauração da República em 1889 oficializar essa separação entre a Igreja e o Estado colocando fim ao monopólio católico, “boa parte do *establishment* político brasileiro aceitou durante a primeira metade do século XX o catolicismo como religião oficial de fato” (LACERDA, 2017, p.18). E essa influência católica no campo político pôde ser sentida durante todo o século XX por meio de diversas ações, como por exemplo as de movimentos como Ação Católica, Liga Eleitoral Católica²⁰, Centro Dom Vital e outros grupos. Ou ainda, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e sua mobilização política durante a ditadura militar, ou mesmo sua atuação mais recente, como a participação de membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do meio católico na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Se existe alguma novidade na movimentação e atuação política recente de grupos religiosos é o fato desses agentes serem representados agora pelos evangélicos, e não mais pelos católicos. O cristianismo evangélico vem se destacando nesse lugar de novo ator religioso em evidência na política latino-americana disputando não só espaço nas representações políticas, mas também pleiteando esse capital religioso na esfera política, buscando “estender sua militância religiosa à esfera pública e converter o seu ‘capital religioso’ em um rentável ‘capital político’” (GUADALUPE, 2020, p.19).

A ampliação da presença evangélica no espaço público e na política, com a formação das ‘bancadas evangélicas’, operando tanto nas câmaras municipais quanto nas assembleias legislativas estaduais e no Congresso Nacional, tem tornado essas

²⁰ Importante destacar o papel desempenhado pela Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica nos anos 1930 na análise e escolha dos potenciais candidatos a postos eleitorais baseados em alguns critérios morais “princípios ou exigências que julgava indispensáveis para os interesses da Igreja (indissociabilidade do matrimônio, ensino religioso nas escolas)” (GOMEZ DE SOUZA, 2004, p.84)

fronteiras mais elásticas. Tais mudanças no cenário político e religioso marcadas pelo alargamento da oferta religiosa, aumento significativo do número de evangélicos no país, e o ingresso dos mesmos na política partidária brasileira vai assinalar uma nova fase nas relações entre o político e o religioso, e “dada à complexidade dessas relações no campo real e o que vem se desenhando é não só uma alteração da paisagem religiosa, mas uma profunda influência nas práticas da política concreta” (FRESTON, 1999, P.335).

Giumbelli (2008) analisa que no Brasil a secularização do Estado com a República e a ampla oferta religiosa nesse contexto de liberdade de culto, protegida por dispositivos político-jurídicos, aparecem como alguns dos fatores que explicam o aumento do número de evangélicos no país, rivalizando com grupos historicamente estabelecidos no campo religioso brasileiro, como os católicos e os protestantes históricos. Mariano (2004) sugere que nesse contexto social, religioso, cultural e político, fatores como crise social econômica, desemprego, violência, enfraquecimento da Igreja Católica e difusão dos meios de comunicação de massa são elementos que também foram sabiamente explorados pelos pentecostais e que favoreceram a difusão dessas igrejas no Brasil. Entre os cristãos pentecostais, os neopentecostais foram os que melhor souberam aproveitar os anseios da modernidade, lançando mão de uma teologia que legitima a riqueza e os bens materiais através da Teologia da Prosperidade. A oferta de uma gama maior de serviços religioso, como curas, libertações espirituais, exorcismos, aconselhamento de problemas de ordem emocional, afetiva e familiar e, igualmente, estratégias proselitistas midiáticas de maior alcance, também, figuram como pontos chave para explicar a expansão dessas igrejas e o aumento no número de fiéis.

Antes de começarmos a tecer reflexões sobre o papel desempenhado pelos evangélicos na política, importa discutir as terminologias que aparecem ao longo deste texto, como evangélicos, pentecostais e neopentecostais, e de que maneira eles são mobilizados. Existe no país uma grande diversidade de correntes e segmentos pentecostais, o que torna esse movimento religioso plural e complexo. Para tornar mais compreensível essa diversidade, evitar generalizações e tornar mais claro as suas raízes históricas e desenvolvimento, situamos os grupos respeitando suas especificidades teológicas, normas de conduta e distinções doutrinárias. Para isso, lançamos mão de Mariano (2004; 2014), que apresenta uma classificação desses grupos em três categorias: o pentecostalismo clássico, o pentecostalismo

deuteropentecostal ou neoclássico e os neopentecostais. Como discutido anteriormente, os “evangélicos” são compostos por uma amalgama religiosa que inclui protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais. Todavia, a categoria “evangélico” adotada no presente texto obedece unicamente ao critério de referência, embora entendendo que existam diferenciações entre as correntes pentecostais e suas terminologias. Para fins desse estudo, trataremos todos os grupos como evangélicos.

A presença do pentecostalismo²¹ clássico no Brasil remonta ao início do século XX com a fundação das duas primeiras igrejas cristãs pentecostais no país, a Congregação Cristão no Brasil (São Paulo, 1910) e a Assembleia de Deus (Belém, 1911). Essa corrente tradicional teve protagonismo no campo religioso cristão pentecostal entre 1910 e 1950, e foi essencial para a inserção e difusão do pentecostalismo no país. Freston (1993, p.2) discute que as igrejas pentecostais se diferenciam teologicamente dos protestantes históricos “pela ênfase dos dons do Espírito Santo, como línguas, curas e profecias, e sociologicamente pela evangelização quase sempre das camadas pobres”. Mariano (2004, p. 123) observa ainda, que essa corrente centra seu discurso no “anticatolicismo, sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo [...] e no plano teológico, enfatizaram o dom de línguas (glossolalia), seguindo a ênfase doutrinária primitiva²² dessa religião.” Pesquisadores têm demonstrado que as igrejas pentecostais tradicionais vêm passando por um processo de dessectarização com “o ingresso na política partidária e na TV, em busca de poder, visibilidade pública e respeitabilidade social, ao lado de outras transformações internas” (MARIANO, 2014, p.30). Como exemplo desse processo, a igreja Assembleia de Deus, conhecida como principal expoente desse grupo tradicional e identificada pelos traços mais sectários, tem demonstrado,

²¹ Guadalupe discute “O movimento pentecostal surgiu nos Estados Unidos no início do século 20. Existem duas versões complementares sobre sua fundação: a primeira, trata da história do pregador afro-americano William Seymour com sua igreja Missão do Evangelho da Fé Apostólica, organizada em um estábulo na Rua Azusa (Los Angeles) entre 1906 e 1909; a segunda versão, trata do pregador inglês Charles F. Parham, ministro da igreja metodista, que, no Instituto Bethel em Topeka (Kansas), começou a difundir o ensino sobre o “batismo do Espírito Santo” e “falar em línguas” entre seus alunos desde 1901” (GUADALUPE, 2020, p.46)

²² Segundo Maia (2005), o termo pentecostes é adotado para designar as igrejas que surgiram a partir do avivamento que foi relatado na passagem bíblica: “Estando alguns apóstolos reunidos com Maria Madalena e Maria mãe de Jesus, na festa comemorativa da 50ª dia após a Páscoa [...] ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar línguas estranhas, conforme o Espírito Santo concedia que falasse”. Esse acontecimento é, para os pentecostais, o evento inspirador do avivamento acontecido no final do século XIX. Entre os dons utilizados pelos pentecostais estavam a cura divina, a profecia e falar línguas estranhas.

sobretudo nas duas últimas décadas, uma maior disposição para adaptar-se às mudanças em processo no pentecostalismo e na sociedade brasileira (MARIANO, 2004).

O pentecostalismo neoclássico, ou deuteropentecostalismo²³, se situa na onda do evangelismo norte-americano da década de 1950. No Brasil essa corrente teve início em São Paulo na década de 50 a partir do trabalho missionário de dois ex-atores de filmes de faroeste do cinema norte-americano, Harold Williams e Raymond Boatright vinculados à *Church of The Foursquare Gospel* (MARIANO, 2014, p.30), que importaram para o país o chamado evangelismo de massa centralizado na mensagem da cura divina (MARIANO, 2014), atraindo multidões de fiéis nos cultos e concentrações em São Paulo, o que contribuiu para a expansão do pentecostalismo no Brasil. Esse segundo grupo conservou a base pentecostal clássica, ou seja, o batismo no Espírito Santo e a cura divina, sendo que a principal diferença entre elas é a maneira como cada uma destaca um ou outro dom do Espírito Santo, de um lado o dom da cura, de outro o dom de línguas. Wolfart (2010) escreve que esse pentecostalismo se tornou mais urbano e uma das igrejas expoentes desse movimento é a do Evangelho Quadrangular²⁴. Aliado a isso, centrou seus esforços de evangelização por meio de pregações em programas de rádio e em grandes eventos de mobilização em tendas para aproximar os pastores da população.

O terceiro grupo, o neopentecostalismo, é a vertente pentecostal que mais cresce e a que ocupa maior espaço na televisão brasileira, seja como proprietária de emissoras de TV, seja como produtora e difusora de programas de televangelismo. Do ponto de vista comportamental, é a mais liberal, haja vista que suprimiu características sectárias tradicionais do pentecostalismo e rompeu com boa parte do ascetismo contracultural tipificado no estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, volta e meia, estigmatizados (MARIANO, 2004). Ou seja, adotaram uma postura mais condescendente em relação aos hábitos, comportamentos e realidades terrenas, buscando não afastar com muitas regras e restrições os setores

²³ O radical *deutero* (presente no título do quinto livro do pentateuco) significa segundo ou segunda vez, sentido que o torna muito apropriado para nomear a segunda vertente pentecostal (MARIANO, 2014, p.32)

²⁴ Igreja do Evangelho Quadrangular é uma denominação cristã evangélica pentecostal. A partir de 2000, teve uma adesão de mais de 5.000.000 de pessoas, com quase 30.000 igrejas em 123 países. Isto incluiu 1.844 igrejas com 218.981 membros nos Estados Unidos, país onde a igreja foi fundada. Possui sede em Los Angeles, Califórnia (WOLFART, 2010, p.9)

sociais que almejam atrair. O neopentecostalismo no Brasil começa suas atividades nos anos 1970, ganhando visibilidade nos anos seguintes. A Igreja Universal do Reino de Deus (Rio de Janeiro, 1977), fundada por Edir Macedo é umas das principais denominações dessa corrente religiosa.

De maneira geral, as três correntes compartilham algumas características como o “antiecumenismo, líderes fortes, uso de meios de comunicação de massa, estímulo à expressividade emocional, participação político partidária, pregação da cura divina” (MARIANO, 2014, p.36). O que diferencia tanto o pentecostalismo clássico quanto o neoclássico do neopentecostalismo, segundo Leon e Guadalupe (2020, p.162), são três aspectos teológicos e comportamentais fundamentais:

- a) “teologia da prosperidade”, que idealiza a lógica de acúmulo e confere expectativas de sucesso material e econômico à ação religiosa, que, até então, era mais associada à lógica de frugalidade, ascetismo e solidariedade;
- b) “a teologia da guerra espiritual”, que identifica a demonização do mundo e a identificação de espaços geográficos ou territoriais que devem ser “liberados” ou “exorcizados” para que as posições cristãs prevaleçam;
- c) “a teologia do domínio” ou reconstrucionismo cristão, que exacerba o destino manifesto dos cristãos de acessar o poder religioso, político ou qualquer tipo de poder, acima de tudo e de todos.

Pesquisadores e pesquisadoras das correntes evangélicas brasileiras discutem que a politização desses grupos aconteceu durante a década de 1980 no contexto de redemocratização, quando houve uma mudança importante na perspectiva evangélica sobre a sociedade e o mundo, o que levou esse segmento a mudar seus posicionamentos sobre a política e a sua participação na disputa por representação política cristã. Ainda que grupos evangélicos já estivessem presentes na vida pública brasileira, com trabalhos voltados ao assistencialismo e à educação, desde sua implementação no Brasil no século XIX (ORO, 2006), foi só nos últimos 40 anos que a sua inserção e ativismo político se tornou fenômeno conhecido e pesquisado, despertando o interesse da sociedade brasileira.

Oro (2006) aponta que até a Constituinte os segmentos pentecostais incentivavam entre seus adeptos o isolamento e proibiam participações nos espaços públicos dado o incentivo a uma vida ascética dos fiéis. Os grupos evangélicos estavam nesse contexto comprometidos em combater todas as coisas terrenas, que incluíam a política e os políticos. E assim, “tais suposições morais e de pregação representavam, sobretudo, uma rejeição evangélica tradicional a todas as coisas ‘mundanas’ e um foco deliberado na atenção sobre as coisas de Deus e Seu reino”.

(COWAN, 2014, p.105). Guadalupe observa que essa perspectiva teológica, conhecida como pré-milenarismo, muito difundida na América latina, incentivava os fiéis “a não prestar muita atenção ao que acontece na história, pois as realidades verdadeiramente significativas são as que estão fora deste mundo” (GUADALUPE, 2020, p. 38). Entretanto, esse cenário mudou e trouxe transformações significativas operadas na concepção do político e da política adotada pelos pentecostais, e assim, “conforme a abertura progredia, alguns evangélicos modificaram o que tinha sido uma rejeição liturgicamente difusa e preventiva em relação às coisas “do mundo” (em oposição às coisas de Deus e à Sua Palavra)” (COWAN, 2014, p. 104). Logo, a postura apolítica passou para uma nova etapa de aceitação e incursão dos grupos evangélicos na político-partidária, principalmente os neopentecostais. Por fim, a conhecida frase “crente não se mete em política” tão popular no período pré-redemocratização foi progressivamente se transformando no slogan “irmão vota em irmão²⁵”.

As condições políticas e sociais do período pós-ditadura militar e retorno ao sistema democrático tornaram possível uma variedade de possibilidades para a participação política de novos atores sociais. Nesse sentido, alguns elementos são centrais para pensar o ingresso dos evangélicos na política, tais como “a crise de ideologias e partidos políticos ao final das ditaduras e conflitos armados, a entrada de novos atores sociais na política, a redução do projeto eleitoral, a promulgação de novas constituições, etc” (GUADALUPE, 2020 p.19), entretanto, nenhum desses fatores foi garantia de sucesso eleitoral ou explicam a mudança de postura desses grupos. José Luís Pérez-Guadalupe (2020), vai analisar que os evangélicos na América latina foram incentivados a participar da vida política, por dois objetivos: 1) evitar perder as realizações das últimas décadas em termos de liberdade de religião; 2) ser social e legalmente reconhecidos com o mesmo status da Igreja Católica e gozar dos mesmos ‘privilégios’ (GUADALUPE, 2020, p. 19).

E desse modo, cabe destacar que dois gatilhos despertaram o interesse dos pentecostais a participarem da política. O principal deles seria o rumor que pairava na América do Sul na década de 1970 de que a Igreja Católica iria restringir a liberdade religiosa desses grupos, o que causou grande comoção e mobilização dos

²⁵ A expressão faz alusão ao livro *Irmão vota em Irmão* (1986) escrito pelo líder da Assembleia de Deus e assessor do Senado, Josué Sylvestre. A obra se constitui na tentativa de convencer os evangélicos a votarem em candidatos evangélicos (FREESTON, 1993).

evangélicos nos países sul-americanos nos anos de 1980, formando frentes eleitorais para defender a liberdade religiosa já conquistada. O segundo gatilho, posteriormente, seria a agenda moral.

Freston analisa que durante a redemocratização, “quando as garantias e os direitos civis estavam sendo negociados”, como o início da participação de evangélicos na esfera político-partidária, essa presença visava “fortalecer lideranças internas, se resguardar das mudanças sociais que poderia ameaçar a família, captar recurso para expansão religiosa e disputar espaços na religião civil” (FRESTON, 1993, p. 181). A agenda política desses grupos evangélicos privilegiando pautas morais seria uma reação aos movimentos feministas e pela diversidade sexual e de gênero em marcha na sociedade, uma maneira encontrada por esses grupos de defender seus valores morais “contra adversários católicos, homossexuais, ‘macumbeiros’ e feministas na elaboração da carta magna” (MARIANO, 2011, p. 250-251). Assim sendo, as motivações do ingresso dos pentecostais na política bem como sua agenda política foram gradativamente mudando, da defesa à liberdade de culto e combate a Igreja Católica, se transformando em agenda moral, e como aponta Guadalupe “seus inimigos não são mais o comunismo (que morre sozinho) nem o catolicismo (que se torna um aliado estratégico), mas a ‘ideologia de gênero’” (GUADALUPE, 2020, p.42).

A moralidade sempre esteve presente no escopo de preocupações dos evangélicos e presente em suas narrativas, o próprio pentecostalismo clássico alicerçava sua teologia na batalhas contra as coisas “terrenas”, muito embora essa variação inicial da pauta moral se referisse “menos contra uma crise aguda do que contra os pecados comuns a todas as eras – contra uma temporalidade pecaminosa que, para os evangélicos, era só mais recentemente (não necessariamente mais notoriamente), manifesta nos costumes contemporâneos” (COWAN, 2014, p.105-106). Resumindo, essa agudização do pânico moral ganha relevância e passa a ser instrumentalizada na política pela direita cristã a partir dos anos 70 e 80, nesse contexto

os líderes de vários ramos adotaram a linguagem da existência de uma aguda crise moral, preparando as bases para o avanço de uma direita evangélica que surgiria para parecer-se com o que, em outras partes do hemisfério, seria chamado de uma nova direita – uma combinação de reação moral e cultural, oposição ao desenvolvimento e/ou manutenção do Estado de bem-estar social. (COWAN, 2014, p.104-105)

A propagação do pânico moral impunha a necessidade de salvaguardar os valores familiares e cristãos, e foi uma das justificativas para a postura apolítica do segmento evangélico gradualmente se transformar numa posição impositiva dos seus valores religiosos na esfera pública.

Sancionando a política mundana pela primeira vez, batistas e assembleianos de direita, unidos a um punhado de outras vertentes protestantes, alegaram a crise moral como o “nosso terreno” e a razão para sua entrada nas coisas “suas” deste mundo. Juntamente com o ecumenismo, o anticomunismo e as atitudes em relação ao regime militar, o moralismo era uma das questões que sustentou a separação de uma direita religiosa no Brasil das demais vertentes protestantes (COWAN, 2014, p.124)

Assim a moralidade ou, mais precisamente, o “aprofundamento da crise moral” torna-se um dos alicerces para a entrada dos evangélicos na política, e que seria complementado pelas “ameaças do comunismo e do ecumenismo e promovia, particularmente entre os assembleianos e os batistas, a proximidade com o regime militar em declínio” (COWAN, 2014, p. 119). E dessa maneira, dando contornos do que viria a se tornar o núcleo da direita evangélica na política nacional, Machado complementa o raciocínio sobre moralismo e os pentecostais, discutindo “que a política cultural da maioria dos grupos cristãos da América Latina pode ser analisada como uma reação alinhada as conquistas legais e aos avanços dos movimentos feministas e LGBTTT nas últimas décadas” (MACHADO, 2020, p. 272).

Nos anos 1960 e 1970 a sociologia atribuiu um papel conservador e reacionário a todas as denominações pentecostais e a ausência desses grupos na política colocou todos eles na esfera de colaboradores do regime militar. Oro (2006) observa que o posicionamento das denominações evangélicas em relação ao regime militar foi predominantemente de adesão, posição muito semelhante à da Igreja Católica (2006, p.106). Contudo, no pós-1968, enquanto a Igreja Católica retirou seu apoio, e começou a se posicionar criticamente, as igrejas evangélicas se aproximaram ainda mais do regime militar.

No período final da ditadura militar, o governo autoritário intensificou a busca para angariar o apoio de protestantes pentecostais e em troca ofereceu “visitas de cortesia, empregos, convênio, nomeações para cargos importantes, convite para pastores cursar a Escola Superior de Guerra”. (FREESTON, 1993, p. 158). Cavalcanti (1985) analisa que houve um esforço deliberado de grupos evangélicos para ocuparem o espaço deixado pelos católicos.

Encantados com o “desenvolvimento” e a “segurança”, bem como com a “liberdade religiosa”, os evangélicos vão se tornando, a partir da década de 70 (juntamente com os maçons e kardecistas) em sustentáculos civis do regime. Compreendendo a perda dos “passageiros” católicos-romanos progressistas, o regime procura investir ao máximo nos protestantes [...]. (CAVALCANTI, 1985, p. 215)

Spohr (2010) por outro lado aponta para essa multiplicidade de posicionamentos e nível de adesão dos evangélicos ao regime militar e avalia que o pentecostalismo enquanto um segmento religioso plural é marcado por grande diversidade estética, litúrgica, comportamental e de organização. Segundo ele, é impossível generalizar e alinhar todas com a ditadura, desconsiderando suas pautas e interesses particulares enquanto instituições independentes. Para Freston (1999, p. 333) “algumas [igrejas] se prestaram mais do que outras ao jogo dos regimes, e ainda outras resistiram totalmente”. A postura crítica e de denúncia de líderes presbiterianos, metodistas, luteranos e organizações ecumênicas durante a ditadura confirma a tese de Freston, de que alguns grupos evangélicos aderiram completamente ao regime e outros resistiram. O jornal da Igreja Presbiteriana *O Estandarte* “emitiu um pedido de desculpas por seu apoio ao golpe de 1964, admitindo que a ditadura tinha sido brutal e assassina e lamentando publicamente o envolvimento dos evangélicos nos aparelhos de tortura aterrorizantes do estado militar” (COWAN, 2014, p. 122).

Sobre a formação e a atuação da bancada formada pelos parlamentares evangélicos na Assembleia Nacional Constituinte, ela foi formada por 33 deputados “destes 18 era pentecostais — sendo 14 provenientes da Assembleia de Deus — e 8 eram de origem batista” (MELO, 2016, p. 5). Segundo Pierucci (1996), a bancada era pluripartidária e “não era política e ideologicamente homogênea”; “sendo majoritariamente formada por conservadores, eles teriam indicado a direção por onde andou esse grupo parlamentar” (PIERUCCI, 1996, p.165-166). Contudo, faz-se necessário observar que ainda que o meio pentecostal atuasse de maneira não-alinhada, o fortalecimento no período de reabertura política do ideário de direitos humanos e dos movimentos sociais das minorias foi encarado, como analisa Machado (2015, p.53), enquanto “ameaça para a formação da família cristã”. O que demandaria desses grupos uma movimentação maior para implementação de agendas morais “para influenciar legislações brasileiras no campo da família e da sexualidade” (MACHADO, 2015, p.48).

Nessa esteira, com base em Borges (2009) e Fagundes e Gomes (2020), entende-se que, enquanto segmento religioso múltiplo e diverso, os pentecostais e neopentecostais não se articulam em torno de uma identidade política evangélica coesa e unívoca. O que se observa é a diversidade desse setor, tanto na forma de ativismo político, quanto nas estratégias mobilizadas e repertórios simbólicos acionados. Burity vai apontar que “não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária ou ideológica. Todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos [...] no que se refere ao campo ideológico” (BURITY, 2006, p. 198). Logo, eles não constituem um setor homogêneo, podendo agir ou não conjuntamente, dependendo dos seus interesses institucionais e dogmáticos de ocasião. O sociólogo colombiano Willian M. Beltrán (2013) por outro lado, acredita ser possível pensar em uma identidade pentecostal compartilhada, o autor analisa que “essa identidade depende não apenas das afinidades que existem entre os vários ramos pentecostais, mas também do fato de que tanto o pentecostalismo quanto todos os novos movimentos religiosos (RMN) da América Latina se consolidaram em oposição ao catolicismo²⁶.

Importantes aspectos que dizem respeito à politização dos evangélicos e sua inserção no debate público a partir da Constituinte passam por dois pontos levantados por Alencar (2018): o movimento de reconciliação seletiva dos evangélicos com a modernidade, de aproximação com a modernidade social e de repúdio à modernidade cultural e o papel central que o fundamentalismo religioso divulgado por essas igrejas desempenha na conformação do discurso conservador no Brasil, se constituindo enquanto “uma das facetas que balizam as visões de mundo da guinada conservadora por qual passa a sociedade brasileira” (ALENCAR, 2018, p.102).

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, no livro *A nova obscuridade*, distingue o conservadorismo do neoconservadorismo. Enquanto o velho conservadorismo “seria marcado por uma rejeição integral da modernidade e o apego fiel às formas de vida tradicionais”, o neoconservadorismo seria caracterizado “por uma reconciliação seletiva e negociada com os inacabados processos de modernização” (HABERMAS, 2015, p. 16). Esse movimento de negociação com a

²⁶ “Esta identidad no depende solamente de las afinidades que existen entre las diversas vertientes pentecostales, sino también de que tanto el pentecostalismo, como todos los nuevos movimientos religiosos (nmr) en América Latina, se han consolidado en oposición al catolicismo” (BELTRÁN, 2013, p.140).

modernidade indicaria uma aceitação dos traços da modernidade social como industrialização, o desenvolvimento das relações de mercado e o crescimento capitalista, mas a recusa da modernidade cultural. E desse modo, fazendo uso de aspectos da modernidade, especialmente a noção de pluralismo (em seu favor).

Para os neoconservadores, pois, moderna e desejável seria toda a dinâmica social que nos conduz ao crescimento capitalista e ao progresso técnico e administrativo. Por outro lado, a continuidade mais plena dessas dinâmicas de progresso estaria ameaçada por perigos eminentes desencadeados pelas transformações aceleradas no campo da cultura (HABERMAS, 2015, p.17)

Sobre o tema, Machado (2020) trabalha na perspectiva de que os cristãos são promotores de uma racionalidade política neoconservadora afinada com a lógica neoliberal difundidas nas sociedades contemporâneas. A recusa da “modernidade cultural” do neoconservadorismo vai passar pela premissa de que as mudanças culturais da modernidade ameaçam as instituições basilares da sociedade, que estariam perdendo o monopólio e a legitimidade “diante da transformação cultural que exacerba o individualismo, a liberdade e a autonomia” (ALENCAR, 2018, p. 104). O autor vai discutir que essa “reconciliação” é um traço que surge entre os grupos protestantes históricos analisados em seu trabalho, e que também podem ser observados em grupos pentecostais e neopentecostais.

Essa característica pode ser observada em grupos pentecostais e neopentecostais no Brasil, por exemplo, a partir da movimentação e organização da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e sua agenda moral e de costumes, atuando sobre questões relativas a direitos reprodutivos, sexualidade e gênero, direitos das mulheres e de grupos Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais²⁷ (LGBT+). Segundo Fagundes e Gomes, hoje a bancada evangélica é uma das mais articuladas no Congresso Nacional, constituindo uma força política considerável e “atuando de forma coesa em temas relacionados às liberdades individuais, onde defendem bandeiras importantes para suas visões religiosas de mundo” (FAGUNDES; GOMES, 2020, p. 5). E, dessa maneira, buscam reivindicar que toda a sociedade, incluindo não evangélicos, adotem os mesmos valores, costumes e princípios desses grupos religiosos. O pânico moral que alicerça essa reconciliação seletiva com a modernidade vai ser característica central no discurso político dos parlamentares evangélicos, que

²⁷ Essa era a terminologia adotada na época, a terminologia contemporânea é Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTQIA+)

consideram o surgimento e ampliação dos movimentos sociais feministas, identitários e LGBTQ+, como o eixo da ruína social e o fim da conformação social tradicional.

Entende-se que esses grupos evangélicos reforçam esses pânicos morais, promovendo a divergência ante a pluralidade de valores e as novas configurações culturais no presente, se tornando um dos alicerces dos “discursos de setores da nova direita conservadora na sociedade brasileira atual” (ALENCAR, 2018, p.105). Sobre a temática, Mariano e Gerardi (2019) vão discutir a movimentação política de grupos evangélicos conservadores nas eleições de 2018 na Costa Rica, Venezuela, México e Brasil, e apontam para uma disputa pela moralidade pública através da agenda conservadora pró-vida e em defesa da família, para “conformar o ordenamento jurídico aos valores morais da “maioria cristã”, empreendendo cruzadas contra aborto, políticas igualitárias e anti-homofóbicas, educação sexual” (MARIANO; 2019, p. 61).

Na América Latina, Guadalupe destaca o caso peruano, em que o movimento “Não mexa com meus filhos” (*con mis hijos no te metas*) é um exemplo perfeito para ilustrar essa agenda conservadora dos protestantes pentecostais. Esse grupo esteve à frente de “um movimento de pressão política em relação à ‘agenda moral’ e contra o que eles chamam de ‘ideologia de gênero’” (GUADALUPE, 2020, p. 101). Em reação ao debate sobre a inclusão da questão de gênero no currículo educacional nacional, setores conservadores do protestantismo peruano convocaram uma marcha, buscando atrair o apoio da população para excluir a proposta usando como argumento que o objetivo da abordagem de gênero nas escolas seria “homossexualizar as crianças” (BORDA, 2020, p. 135-136).

No Brasil, o repertório moral e os projetos políticos dos grupos cristãos pentecostais e católicos têm repercutido e começado a balizar não só o debate público, mas também influir na linguagem e nos termos da agenda política que vão ser acionados para discutir assuntos como educação, gênero, aborto, direitos humanos. A ação desses grupos tem se ordenado no sentido não de apenas proteger sua moralidade, mas de reger e instituir a suas noções de moral na ordem legal do país. Machado (2020) vai analisar as iniciativas políticas dos grupos evangélicos no combate a agenda gênero no Brasil. Entre as situações que a autora apresenta e discute, se destaca a atuação da Ministra Damare Alves a frente da pasta de Mulheres, Família e Direitos Humanos. Logo que assumiu o ministério Damare estrategicamente nomeou mulheres e homens cristãos, católicos e evangélicos para secretarias chave no ministério. Esses, juntamente com a ministra, “vêm

desenvolvendo políticas públicas mais alinhadas com os princípios cristãos, na contramão da perspectiva de gênero que vinha orientando as iniciativas dos governos anteriores” (MACHADO, 2020, p. 280). A autora chamou atenção para a maneira como o ministério substituiu nos documentos oficiais “a expressão “equidade de gêneros” pela ideia da “igualdade entre homens e mulheres” (MACHADO, 2020, p. 280). E, ainda, salientou como o novo ministério centralizou a família como eixo principal das políticas públicas que viriam a ser adotadas e implementadas durante os quatro anos do governo Bolsonaro.

Por outro lado, na medida em que rechaçam a modernidade cultural, os grupos neoconservadores abraçam a modernidade social marcada pelo capitalismo e a defesa das relações de mercado. Habermas vai afirmar que os neoconservadores atacariam a “cultura moderna profana” uma vez que ela “contrasta com a disposição, a produtividade e a obediência da qual dependem funcionalmente uma economia eficiente e uma administração estatal racional” (HABERMAS, 2015, p. 17). Entre os evangélicos, essa característica pode ser encontrada em designações religiosas como a Igreja Universal do Reino de Deus e é acionada através da Teologia da Prosperidade.

A Teologia da Prosperidade é uma das principais características da agenda neopentecostal, como vimos anteriormente. O pentecostalismo clássico assume que a missão do cristão evangélico é “salvar almas, converter pessoas, entendendo por isso uma redefinição da identidade e do comportamento moral individual, se voltar para questões da vida após a morte e buscar a santidade” (ALENCAR, 2018, p.105-106). Por outro lado, os neopentecostais rompem com a ideia da salvação pela negação do mundo terreno, e pregam que “o mundo não é mais algo do qual fugir, mas o lugar que deve ser conquistado e desfrutado, sem culpa” (GUADALUPE, 2020, p.49). Propondo ao fiel o envolvimento com esse mundo e “o usufruto dos recursos presentes no mundo, com a crença de que os cristãos são os ‘filhos do Rei’ e têm o direito de desfrutar dos bens da criação” (GUADALUPE, 2020, p.50). E ainda, que “Deus criou seus filhos para serem prósperos e obter felicidade integral nesse mundo [...] Deus quer distribuir riqueza, saúde e felicidade entre aqueles que O temem” (ORO; TADVALD, 2019, p.57). No entanto, para se tornar herdeiro das benesses divinas e garantir prosperidade, o cristão precisa ter fé e materializá-la na forma do sacrifício financeiro que Deus exige, na forma do pagamento do dízimo. Macedo ilustra essa premissa no livro *Fé e Dinheiro* (2007) quando sugere ser “quase impossível as

promessas financeiras de Deus acontecerem somente mediante orações, jejuns ou vigílias” (MACEDO, 2007, p.13), e complementa afirmando que “o dizimista fiel, por exemplo, torna-se merecedor das riquezas divinas, isto é, ele tem direito ao ‘prêmio’ prometido por Deus” (MACEDO, 2007, p.10)

A formulação doutrinária dessa corrente se afasta da autoexclusão social e apolitismo dos pentecostais tradicionais, aproximando-se de uma teologia de apego ao mundo terreno, sendo assim, os neopentecostais:

querem prestígio e respeitabilidade social [...] pretendem transformar a sociedade através da conversão individual e da inculcação da moral bíblica, mas também da realização crescente de obras sociais, da participação na política partidária, da conquista de postos de poder nos setores privados e público e do uso religioso do rádio e da TV (MARIANO, 2014, p. 45)

A defesa do empreendedorismo individual é incentivada e valorizada no discurso neopentecostal através da Teologia da Prosperidade²⁸, que fundamenta um discurso empreendedor quando prega aos seus que “é tremendamente importante para o cristão ter consciência de que é um parceiro de Deus aqui na terra”. (MACEDO, 2006, p. 48). Essa “parceria de Deus e os fiéis” chancela que possuir riquezas, fartura, bens materiais, ascender socialmente, são sinais da atuação de Deus. Na Igreja Universal do Reino de Deus esse discurso empreendedor ganha contornos institucionais e é incentivada através da Associação Universal de Empreendedores Cristãos dentro da própria igreja²⁹. A igreja oferece ainda cursos e orientações sobre contabilidade, legislação e planejamento econômico para empresários empreendedores (ALMEIDA, 2017).

No contexto histórico de deterioração do quadro socioeconômico no país, de recessão e desemprego dos anos 1980 e 1990 marcados pela precariedade do trabalho e a informalidade, a Teologia da Prosperidade parece se adaptar perfeitamente, se tornando uma válvula de escape. Como explica Almeida, neste cenário “a doutrina religiosa é capaz de gerar disposições empreendedoras de caráter

²⁸ Segundo Inácio Spohr a Teologia da Prosperidade é “um conjunto de princípios que afirmam que o cristão verdadeiro tem o direito de obter a felicidade integral durante a sua vida presente sobre a Terra. Mais: tem o direito de exigí-la diante de Deus. (SPOHR, 2010, p.17).

²⁹ “Através da união dos empresários, fazendo negócios entre si na aquisição de produtos e serviços, todos terão mais clientes e conseqüentemente mais prosperidade, por aí, já é um benefício. É importante ressaltar que os membros da Igreja darão apoio aos empresários, dando preferência também na compra de seus produtos, usando assim os seus serviços além dessa prosperidade, nós também vamos viabilizar a união das pessoas, parcerias para a formação de novas empresas ou empresa maiores. Enfim, a Associação é a união do povo de Deus para o Progresso e a Prosperidade” (FERNANDO Apud Folha Universal nº419 – 16/04/200, p.144).

individualista” e dessa maneira, “o mérito decorre do esforço ativo e da atitude empreendedora, e não propriamente do capital social e de suas distinções sociais” (ALMEIDA, 2017, p.15)

Nos livros de Macedo, a lógica de esforço individual para prosperar e de uma sociedade com Deus para adquirir riqueza é baliza para discutir o próprio conceito de fé, enxergado aqui como ação, sacrifício e compromisso para ser beneficiário das graças de Deus na terra. Em mensagens 11, “Servo e Parceiro” e 12, “Façamos a nossa parte” do livro *Mensagens que Edificam* (2006, p.47-52) esses eixos são centrais para perceber a relação do esforço pessoal para mudar de vida, uma vez que

A falta de discernimento tem feito muitos cristãos levarem uma vida miserável neste mundo, mesmo crendo no Deus de Abraão, de Isaque e de Israel, pois tem esperado que o Senhor mudará a vida deles “num passe de mágica”. Ora, eles precisam entender que isso jamais vai acontecer, porque Ele mesmo nos dá condições de fazermos a nossa parte, esperando que nós a realizemos! O Senhor jamais fará a nossa parte! (MACEDO, 2006, p.48-49)

Para Macedo crescer e ascender socialmente depende diretamente da ação e da disposição de empreender e de se arriscar do fiel, além disso, é incentivada como um ato de fé, se o cristão crê em Deus, cumpre os ritos e sacrifícios, sendo o dízimo o mais importante deles, ele vai ser próspero. Porém, requer iniciativa:

Para uma pessoa tomar posse dos benefícios da fé não basta que seja fiel à igreja e mantenha uma vida condizente com a fé cristã. É preciso tomar atitudes, agir com fé, praticar a certeza que tem no coração. Do contrário, nada acontecerá. (MACEDO, 2006, p.51).

A ética econômica religiosa que aparece no discurso teológico neopentecostal e de Macedo enxerga a prosperidade econômica e ascensão social como sinal de anuência e de presença de Deus na vida desse indivíduo, sem necessariamente estar atrelada ao esforço no trabalho e uma vida disciplinada e regrada, como a ética econômica protestante discutida por Weber. E assim, “diante de uma vida protestante sóbria, virtuosa e ascética, opõe-se, agora, uma vida excessiva de suntuosidade e presunção neopentecostal (começando por seus pastores), sem a menor modéstia cristã ou compromisso social com os mais necessitados” (GUADALUPE, 2020, p.51-52)

Esses elementos vão ao encontro dessa “reconciliação seletiva” com a modernidade, adotando a modernidade social, pautada no neoliberalismo e no empreendedorismo, e incentivada através da defesa do discurso da prosperidade, e contestando a pluralidade e a diversidade enquanto traços da modernidade cultural.

Desde os anos de 1980, os setores pentecostais ancorados no discurso de minoria conseguiram implementar com sucesso absoluto uma política de representação política, em cargos legislativos buscando operar na conversão do seu ideário religioso em políticas públicas. Hoje esses grupos buscam também “ocupar cargos chave no Poder Executivo para, a um só tempo, defender a ordem social patriarcal, a superioridade moral dos cristãos e os privilégios das estruturas eclesiais cristãs” (MACHADO, 2020, p.279)

Mariano (2011) aponta que desde a Assembleia Nacional Constituinte os evangélicos vêm ampliando o tamanho de sua bancada parlamentar. Os números divulgados nas eleições de 2018 comprovam essa afirmação, indicando que dos 513 deputados federais eleitos, 84 desses parlamentares são representantes de igrejas pentecostais/ neopentecostais e/ou apoiados por esses³⁰. Lacerda (2017) menciona ainda que, embora o número de candidaturas evangélicas ao legislativo tenha aumentado em termos absolutos, entre 1998 e 2014, em termos relativos esse número se manteve estável (LACERDA, 2017). Esses dados demonstram o papel de destaque que os setores evangélicos têm exercido na conjuntura política brasileira, com realce para a grande capacidade de mobilização desses grupos, influência maciça político-partidária, e capacidade de desequilibrar disputas eleitorais, apoiando ou rechaçando um candidato.

2.2 EDIR MACEDO E A UNIVERSAL: OS TENTÁCULOS IURDIANOS NA POLÍTICA, NA MÍDIA E NO ASSISTENCIALISMO

Cortejado na campanha presidencial de 2002 pelos dois candidatos que disputavam o segundo turno das eleições, Edir Macedo, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), ganhou poder e prestígio na esfera pública e, assim, de charlatão³¹ foi alçado ao posto de aliado político valioso. Desse modo, acompanhou os governos petistas até março de 2016, quando, às vésperas do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, abandonou a articulação social governista.

³⁰ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

³¹ Em 1992, Edir Macedo foi preso sob “acusações de charlatanismo, curandeirismo, estelionato que surgiram em meio a polêmicas pelos métodos de arrecadação adotados na Universal, agressões físicas a praticantes de religiões afro-brasileiras” (MARIANO, 2004, p. 125).

A trajetória do bispo Edir Macedo é atravessada por diversas polêmicas envolvendo desde a compra da RecordTV, ataques a outras religiões, métodos controversos de arrecadação de dízimo, processos criminais, corrupção de ex-membros da igreja e, é claro, sua prisão em 1992. O momento da prisão é emblemático na história de Macedo e aparece com especial destaque, por exemplo, na já citada biografia autorizada *Bispo – a história revelada de Edir Macedo*, mas também é lembrada pelo próprio religioso em passagens de livros como *Somos todos filhos de Deus?*. Em certo trecho descreve: “ao sair da igreja, após ter realizado o culto de louvor da manhã de domingo, fui cercado por várias viaturas da polícia. E homens empunhando metralhadoras me arrancaram do carro em que estava com a minha família e me lançaram em um camburão” (MACEDO, 2007, p.166).

Nascido em 1945 no interior da cidade fluminense de Rio das Flores/RJ, Edir Bezerra Macedo é o quarto filho de uma família de migrantes nordestinos que se mudou para o Estado do Rio de Janeiro, onde Macedo cresceu nas cidades de Petrópolis e São Cristóvão. Ainda na adolescência ingressou na Loteria do Rio, onde começou trabalhando como servente e, posteriormente, foi promovido a agente administrativo, cargo que exerceu até 1981. Frequentou nos anos de 1970, a Universidade Federal Fluminense e a Escola Nacional de Ciência e Estatística, sem, contudo, concluir a graduação. A vivência religiosa de Macedo, católico até os 18 anos, havia sofrido uma guinada em 1962, ano em que se converteu ao pentecostalismo, passando a frequentar a Igreja Nova Vida (MARIANO, 2014). Entretanto essa guinada não promoveu mudanças drásticas nos hábitos de Edir, que continuava levando uma vida regular: “ia a bailes. Tinha namoradas e colegas na Loterj dispostos a aproveitar o início daqueles efervescentes anos 1960 no Rio de Janeiro” (NASCIMENTO, 2019, p.30). No outono de 1971, Edir conheceu Ester, também frequentadora da Igreja Nova Vida. Logo começaram a namorar e oito meses depois se casaram. Em 1973 nasceu a primeira filha do casal, Cristiane; em 1975, a segunda filha, Viviane. Durante 12 anos Edir Macedo foi membro da igreja Nova Vida, sem que nesse período assumisse de fato as funções de pastor. Por divergências e insatisfação com a cúpula da agremiação religiosa, abandonou a Nova Vida para fundar uma igreja, nascia ali a Universal do Reino de Deus.

Fundada em 1977 no bairro da Abolição no Rio de Janeiro, durante os primeiros anos da Universal, Macedo “pregou de casa em casa, nas ruas, em praça pública e cinemas alugados” (MARIANO, 2014, p. 55). Posteriormente, a igreja se expandiu

rapidamente nos anos de 1980, chegando a somar 571 templos em 1989, ano da compra da RecordTV e 16 anos depois de sua criação.

Em 1998, já presente em pelo menos 50 países, a Universal estava fundando um templo por dia em média e possuía mais de três mil deles. E para romper com o estereótipo arquitetônico de supermercado e simbolizar sua consolidação denominacional, seu poder religioso, econômico e político, dava início a inauguração, nas capitais, de enormes catedrais modernas e luxuosas (MARIANO, 2014, p.65)

A partir dos anos 1980, a Igreja Universal do Reino de Deus deu início a um vitorioso processo de transnacionalização com a abertura do primeiro templo no exterior, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, e logo seria presença nos cinco continentes, evangelizando em 170 países e possuindo um total de 7.962 templos, distribuídos em 3.892 cidades (ORO; TADVALD, 2018, p. 58) e mais de 7 milhões de fiéis³². É fenômeno na TV, rádio, mercado editorial e mídias sociais, controlando uma rede nacional de rádios AM e FM, formada por 64 emissoras, distribuídas em 22 estados e um complexo televisivo³³, que conta com a RecordTV, que cobre 98% do território brasileiro e inclui 108 emissoras em todo o Brasil (ORO; TADVALD, 2018), estabelecendo-se assim como o terceiro maior grupo neopentecostal do país (MATOS, 2010). Importante assinalar a importância do complexo de mídia de Macedo na expansão da igreja. Um dos méritos da Universal, como discute Mariano (2004; 2014), é a eficiência com que ela mobiliza os meios de comunicação de massa, sobretudo o rádio, veículo no qual sempre fez proselitismo. O autor ainda aponta que desde o início da Universal o bispo Macedo optou pela adoção da “evangelização eletrônica como carro chefe de sua estratégia proselitista” (MARIANO, 2004, p. 125).

Autores como Mariano (2004) e Nascimento (2019) destacam o papel central de Macedo no sucesso da Universal, apontando para a maneira como a IURD se organiza e monta toda sua estrutura de maneira horizontal em torno do bispo Macedo, que “exerce poder supremo e se impõe como figura mística, o grande e único líder” (NASCIMENTO, 2019, p.13). A centralização da autoridade em torno dele é o que garantiu a unidade necessária e a possibilidade de expansão do projeto de poder de Macedo. Enquanto instituição religiosa, a Universal possui algumas características específicas, que Mariano (2014) aponta como principais na sua prática, costumes e

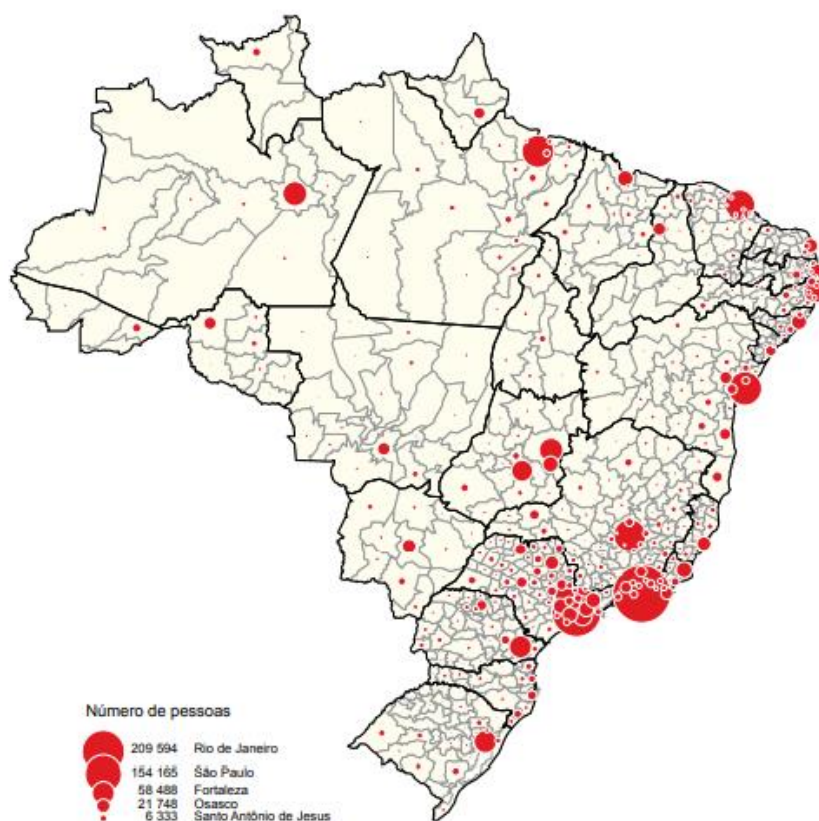
³² Dados disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1899617-igreja-universal-faz-40-anos-e-realiza-sonho-de-alcancar-classe-media-alta.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2021.

³³ “A igreja conta também com a Record News, a Rede Família e a Record Internacional, a qual possui 17 emissoras e nove canais via satélite, e atinge 150 países dos quatro continentes”. (ORO; TADVALD, 2018, p.55)

propaganda religiosa: 1) a exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade e 3) liberação dos estereotipados usos e costumes de santidade (MARIANO, 2014). Oro (1992) acrescenta entre esses traços centrais à maneira como a IURD se estrutura empresarialmente.

A IURD nas últimas décadas conseguiu se consolidar enquanto instituição religiosa, conquistar legitimidade social e um papel importante no discurso público enquanto instituição formadora de opinião. Todas essas realizações são resultado do avanço da base demográfica e de sua expansão no campo religioso da Igreja Universal, e para além do plano teológico também se estendem no seu alcance midiático, político, partidário, assistencial, editorial e de produtos religiosos (MARIANO, 2004). O mapa abaixo demonstra a distribuição dos adeptos da Igreja Universal por região, com presença predominante na região Sudeste e nas capitais dos estados, como por exemplo o Rio de Janeiro, que conta com aproximadamente 210 mil fiéis.

Figura 1: Mapa com a distribuição dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No campo político, o ingresso oficial da Universal na política institucional acontece em 1986 com a eleição de Roberto Lopes como deputado federal constituinte pelo PTB/RJ com 54.332 votos (MARIANO, 2014). Esse número só foi crescendo e, em 1990, a igreja Universal elegeu quatro deputados federais e três estaduais. Em 1994 praticamente dobrou com a vitória de seis deputados federais e seis estaduais, em 1998 novo salto no número de parlamentares eleitos 14 deputados federais e 26 estaduais e, 16 Estados e no Distrito Federal (MARIANO, 2014).

Desde então o sucesso eleitoral da IURD vem se manifestando com êxito em pleitos municipais, estaduais e federais. A pesquisa realizada pelo professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) Jose Eustáquio Diniz Alves (2016) revelou o crescimento do PRB (Partido Republicano Brasileiro, atualmente Republicanos) e braço político da Universal, nas eleições de 2016, saltando de 72 prefeituras, em 2012, para 105 prefeituras em 2016, além da eleição a prefeitura do Rio de Janeiro do bispo Marcelo Crivella, que venceu o segundo turno das eleições contra o candidato Marcelo Freixo (PSOL). No pleito de 2018, esse sucesso se materializou com a vitória de 17 deputados federais ligados à Universal, dos 78 evangélicos eleitos³⁴.

Oro (2003) analisou o efeito mimético que a participação partidária vitoriosa dos iurdianos, bem como, as estratégias eleitorais elaboradas pela Universal, como as candidaturas oficiais, tiveram no campo religioso brasileiro, levando outras denominações pentecostais e neopentecostais a copiarem o modelo político da Igreja Universal em busca dos resultados eleitorais positivos e da mesma inserção no espaço público. Baptista (2007) também ressalta a eficácia das estratégias eleitorais da Universal chamando atenção para a conquista de votos por meio da “criação de verdadeiros “distritos eleitorais” para seus candidatos e instrumentalização de partidos políticos que atenderem objetivos corporativos, inclusive através do controle de “siglas de aluguel”. (BAPTISTA, 2007, p.27). Em *Religião e política no Cone Sul* (2006), Ari Pedro Oro vai analisar a confessionalização da política pelos segmentos evangélicos com destaque para a atuação da Universal:

ela traz para o campo político e para a construção da sua representação política elementos doutrinários e discursivos próprios do campo religioso, reproduzindo um procedimento comum aos evangélicos, especialmente os

³⁴ Lista desses candidatos eleitos disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/nem-a-bancada-evangelica-resiste-ao-vendaval/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

pentecostais, de “religiosizar o político”, ou de “confessionaliza-lo” (ORO, 2006, p.128)

Na prática, esse discurso de legitimação teológica da atuação política evangélica materializa-se, por exemplo, quando a Universal convoca seus fiéis “a participarem da política para vencer Satanás, votando em candidatos apoiados pela Igreja” (VILLASENOR, 2010, p.158). Para Oro (2003) a Igreja Universal e outras denominações pentecostais enxergam a corrupção como “a antítese dos princípios cristãos da valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos” (ORO, 2003, p.57). Assim, estaria justificado o ingresso na política dos cristãos evangélicos como forma de moralizar a espaço político, ocupado pelo Diabo que seria o verdadeiro culpado pela corrupção e os comportamentos desviantes e antiéticos. Enquanto grupo possuidor da virtude como qualidade essencial, uma espécie de reserva moral da sociedade, os evangélicos estariam aptos a libertar a política nacional desse mal (ORO, 2003).

Guadalupe (2020) vai analisar que a legitimidade teológica articulada para a conquista do poder político sob uma pretensa superioridade moral dos pentecostais, e com isso a necessidade da submissão de todo o sistema legal às leis bíblicas, seria um traço político da Teologia da Prosperidade. Nessa perspectiva bíblica defende-se que os evangélicos são os escolhidos para assumir lugares de comando no mundo, e “posições estratégicas e espaços públicos para influenciar a vida política da sociedade” (GUADALUPE, 2020, p. 54)

A “guerra espiritual” é outro elemento doutrinário do campo religioso neopentecostal incorporado nos discursos políticos da IURD, “é a chave pela qual a Universal conclama seus fiéis a participarem da política para vencer satanás” (ORO, 2003, p. 58). A campanha anti-Lula mobilizada durante as eleições presidenciais de 1994, teve como um dos pontos altos a realização da concentração “Clamor pelo Brasil” realizada em junho de 1994 no Aterro do Flamengo (RJ) e que chegou a reunir quase um milhão de pessoas. Um dos objetivos dessa mobilização seria chamar a atenção dos evangélicos para o risco da potencial vitória das esquerdas. Em discurso no evento Edir Macedo afirmou que “os crentes teriam de decidir entre a Igreja de Jesus e a do Diabo” (MARIANO, 2014, p. 94). Campos acrescenta ainda, que naquela ocasião Macedo pediu que todos descessem do palanque e só permanecessem no palco os “homens de Deus”, e então “Edir Macedo, disse que o Brasil estava mais

uma vez entre Deus e o diabo, e, ele estava profetizando, o diabo seria vencido de novo” (CAMPOS, 2002, p.22).

Oro (2003) argumenta que esse deslizamento dos elementos simbólicos religiosos trazidos para o campo político, juntamente com o carisma institucional da Universal e “associado ao uso extensivo e intensivo da mídia” (ORO, 2003, p.53), seriam alguns dos motivos para o sucesso eleitoral conquistado por essa instituição. Mariano (2014) acrescenta outros elementos para o sucesso político-eleitoral da IURD: “o poder centralizador, o carisma dos líderes, o uso da “máquina” da igreja, a disciplina dos pastores e a obediência de boa parcela dos fiéis” (MARIANO, 2014, p. 91)

O modelo de “candidaturas oficiais” adotado pela IURD ainda nos 1990 é uma estratégia política que se articula em torno da apresentação de números reduzidos de candidatos oficiais da Universal por Estado, assim reduzindo a dispersão dos votos evangélicos. Dessa maneira, antes das eleições se realiza um levantamento dos fiéis aptos a votar em cada região, os dados reunidos são apresentados aos bispos regionais que transmitem para os dirigentes nacionais, e então é deliberado conjuntamente

Quantos candidatos lançam em cada município ou Estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. Uma vez lançado os candidatos, usam os cultos, as concentrações em massa e a mídia própria (televisão, rádio e jornal) – de acordo com a legislação eleitoral – para fazer publicidade dos mesmos (ORO, 2003, p.55)

Freston vai analisar no final dos anos 90, que essa trajetória vitoriosa de Edir Macedo e da Universal nos pleitos eleitorais “representa uma força que desequilibra o meio evangélico e começa a polarizá-lo, fazendo-se necessária uma consideração mais aprofundada sobre as relações do protestantismo e a política” (FRESTON, 1999, p.8).

Se é na Constituinte de 1986 o marco histórico da imersão dos pentecostais na política, foi nas eleições de 2002 que ocorreu uma nova virada na participação desses grupos no campo civil e político brasileiro³⁵. Com expressivo número de candidatos

³⁵ Matéria publicada na Revista Fórum em 08 out. 2019, baseada nos dados dos cientistas do Dadoscope, revelaram que de janeiro de 1960 a dezembro de 2018 foram criadas mais de 150 mil igrejas evangélicas no Brasil, a grande maioria nos governos Lula e Dilma. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/dadoscope/exclusivo-igrejas-evangelicas-pentecostais-tiveram-boom-de-crescimento-nos-governos-lula-e-dilma/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

evangélicos eleitos na Câmara Federal e no Senado e o apoio de Edir Macedo e da Universal, durante o segundo turno, ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que fora adversário político dos evangélicos nas eleições presidenciais anteriores, trouxe para o centro do debate o protagonismo de Edir Macedo e, também, o alcance e a projeção do seu discurso político.

O surpreendente apoio de Edir Macedo e da Universal, ao então candidato do PT, costurado pelo Bispo Rodrigues, principal coordenador político da IURD no período e deputado federal (PL-RJ) e pelo candidato evangélico derrotado no 1º turno das eleições, Anthony Garotinho, só se efetivou de fato no segundo turno das eleições 2002. Oro (2006) escreve que a mediação desses dois personagens foi essencial para angariar apoio ao Partido dos Trabalhadores junto às igrejas evangélicas

Assim, em 15 de outubro daquele ano a Igreja Renascer em Cristo expressou o seu apoio a Lula, e no dia 17 o candidato do PT se reuniu no Rio de Janeiro com cerca de 900 pessoas de várias igrejas, que manifestaram seu apoio. Representavam igrejas como Metodista, Batista, Sara Nossa Terra, além da Universal e parte da Assembleia de Deus que não seguiu decisão das duas principais convenções da igreja da apoiar o candidato Jose Serra (ORO, 2006, p.121)

Historicamente inimigos políticos e em oposição aberta desde a eleição de 1989, quando a IURD apoiou Fernando Collor de Mello, a mudança de posicionamento e o apoio da Universal ao governo Lula vieram juntamente com a criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003³⁶, numa mobilização pentecostal mais compacta, apesar dos diversos segmentos pentecostais e designações partidárias compondo a mesma. Sobre a FPE, Mendonça (2021) aponta que ela se ordenou a partir das alianças de governabilidade estabelecidas pelo governo petista após a primeira eleição, e que “muitas das lideranças dessa Frente faziam parte do conjunto de forças políticas em ascensão social com a eleição de Lula” (MENDONÇA, 2021, p.269).

Autores como Oro (2003) e Burity (2006; 2020) apoiam a hipótese de que a unidade evangélica é um mito e, como discutido anteriormente, que os parlamentares que constituem essa bancada estão mais inclinados a adotar as orientações de seus partidos políticos ou interesses particulares do que necessariamente assumir as

³⁶ Mendonça destaca que ainda que a estruturação da FPE tenha se dado durante o primeiro mandato do governo Lula em 2003, foi somente em 2015 que de fato ela foi oficializada “quando conseguiram o número mínimo de parlamentares para formalizar uma frente política” (MENDONÇA, 2021, p.269)

orientações de suas igrejas. Por outro lado, Melo (2016) vai questionar esse ceticismo de alguns pesquisadores sobre uma atuação mais orgânica e a capacidade de formar um projeto político próprio da Frente Parlamentar Evangélica e identifica na atuação da mesma “uma maior organicidade e força de atuação política em defesa de um projeto político calcado em bandeiras moralizantes no âmbito dos direitos reprodutivos e da sexualidade” (MELO, 2016, p.10).

Nesse contexto os grupos pentecostais saíram fortalecidos das eleições majoritárias de 2002, havendo uma ampliação do poder da bancada evangélica com aumento de 25% em relação ao pleito anterior (ORO, 2003). A eleição de 59 deputados federais (22 deles vinculados ou apoiados pela IURD) e quatro senadores (entre eles, o bispo da Igreja Universal e sobrinho de Edir Macedo, Marcelo Crivella do PL/RJ), coloca em destaque a atuação dos evangélicos, sobretudo a atuação dos parlamentares ligados à Universal e o próprio Edir Macedo.

Mesmo com os evangélicos ganhando projeção e relevância em 2002, o que multiplicou seu capital político e a presença de Edir Macedo nas articulações do governo Lula, isso não dissipou as tensões políticas que sempre existiram entre PT e os evangélicos. Apesar de comporem a base de um governo já marcado por alianças e coalizões de grupos divergentes, com interesses e posicionamentos múltiplos dentro do espectro político, ao longo da presidência de Lula sobram situações e embates na esfera política entre os evangélicos e o governo. As tensões se acirraram em torno dos temas de ordem moral e permearam as relações entre esses grupos durante os oito anos de mandato do petista.

No campo religioso, foram diversos os momentos em que Macedo contestou tanto adversários quanto aliados religiosos. Ainda que compartilhe com a comunidade neopentecostal um quadro de normas e valores em que ancora sua prática política, Edir Macedo em determinadas situações assumiu uma postura ambígua ou mesmo contrária aos dogmas da comunidade. Ora se alinhou com os interesses desse segmento religioso do qual fazia parte, ora se distanciou e assumiu uma postura mais próxima dos aliados políticos da base governista, apontando assim para uma heterogeneidade do discurso em relação aos segmentos neopentecostais e uma flexibilidade na compreensão e discussão de certos temas polêmicos dentro da comunidade evangélica.

Um exemplo conhecido dessa postura de Macedo³⁷ e da IURD é o posicionamento favorável quanto à pauta da descriminalização do aborto e pesquisas com células-tronco. Sobretudo nos governos petistas, se intensifica o debate público “em torno das pesquisas com células-tronco embrionárias e, a reboque naquele momento, o da legalização do aborto, a Igreja Universal declarou-se a favor das pesquisas e admitiu o aborto nos casos já definidos pela legislação brasileira (estupro, perigo de vida para a mãe e feto com anencefalia)” (ALMEIDA, 2017, p. 19). Em *Plano de Poder* (2008), Macedo advoga em favor das pesquisas com células-tronco, uma vez que entende as mesmas como “um dos exemplos mais atuais de como às vezes parte da sociedade resiste ao novo ainda que haja comprovação científica de benefícios para toda a humanidade” (MACEDO, 2008, p. 80). Anteriormente, em sua biografia autorizada, *O Bispo – a história revelada de Edir Macedo*, publicada em 2007, Macedo já havia revelado aos jornalistas Lemos e Tavolaro seu entendimento acerca do tema:

Sou a favor do direito de escolha da mulher. Em casos como estupro, má-formação do feto ou quando a vida da mãe está comprovadamente ameaçada pela gestação, não há o que discutir. Sou a favor do aborto, sim. A Bíblia também é (TAVOLARO; LEMOS, 2007, p. 179)

Sobre o lugar da mulher na hierarquia da Universal, bem como as normas e comportamentos femininos, as ideias de Macedo estão muito mais próximas dos seus pares pentecostais. A IURD estabelece regras rígidas sobre a conduta da mulher, que deve ser boa mãe e esposa, discreta e obediente ao marido. Macedo defende tal postura, entendendo que esse é o papel da mulher de acordo com a Bíblia. No cotidiano da igreja, além de exercerem o papel de boa esposa e boa mãe, as esposas dos pastores devem “ser seu braço direito e tudo fazer, voluntaria e gratuitamente, desde a limpeza do tempo até evangelismo em presídios, para ajudá-lo em seus afazeres” (MARIANO, 2014, p. 61).

Nem só pautas morais se circunscrevem no interesse dos evangélicos, e especialmente de Macedo, durante o governo Lula. Temas de ordem econômica e política também são canalizadas no discurso do bispo e são matérias de seus livros.

³⁷ Em palestra na Associação Cristã de Mulheres, entidade ligada a Universal, em 2009 Macedo afirmou novamente ser favorável ao aborto, acrescentando que tal postura sobre o tema é defendida por ele desde 1997. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/video-apoiador-de-bolsonaro-edir-macedo-diz-ser-a-favor-do-aborto-nao-e-fe-e-inteligencia/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Machado (2020) salienta a ambivalência das iniciativas dos governos Lula no que tange a temas caros aos cristãos pentecostais. Algumas ações se destacam:

a implementação de políticas de gênero e de direitos sexuais ao mesmo tempo em que fazia concessões importantes aos atores cristãos, como a assinatura da Concordata com o Vaticano – acabou por gerar um grande descontentamento entre os pentecostais e neopentecostais que foram paulatinamente se deslocando para a oposição e se aproximando ideologicamente dos católicos neoconservadores. (MACHADO, 2020, p. 275)

Ainda durante o governo Lula, no campo social e na cultura foram formuladas ações para a promoção da cidadania de negros, homossexuais e mulheres. Entre as que mais repercutiram politicamente, destaca-se a criação em 2003 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a criação em 2003 da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), configurando “um marco fundamental para assegurar a proteção e expansão dos direitos das mulheres e a equidade de gênero no Brasil” (VISCARDI E PERLATTO, 2018, p. 455); e, em 2004, do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) Programa de Combate à Violência e a Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual³⁸.

Com a projeção dessas ações do poder público federal priorizando a ampliação de direitos de grupos marginalizados, observamos que Macedo responde a essa problemática, em evidência no debate político do período, discutindo essa temática em *Plano de Poder*, utilizando e explorando os conceitos em uso associados a esse tema, e construindo um contraponto onde as noções de direitos sociais, civis e políticos também contemplassem os evangélicos.

Além da movimentação política e uma ampla rede midiática que se estende por meios impressos e digitais, a rede assistencialista é outro elemento que ganhou importância na Universal, principalmente com a criação da Associação Beneficente Cristã (ABC), em 1994, entidade que assume o papel de gerir as ações sociais e projetos de assistência vinculados à IURD. A atuação na área social passou a incluir “campanhas contra a fome, distribuição de alimentos e mantimentos doados pelos fiéis, creches, instituições de caridade” (MARIANO, 2014, p. 60). Isso inclui o programa Anjos da Madrugada, que atua desde os anos 1980 atendendo moradores de rua, oferecendo alimentos, roupas e cobertores. Mariano (2014) aponta que no Rio

³⁸ Para Viscardi e Perlatto “se configurou como primeira política pública mais sistemática conduzida pelo governo federal orientada para o combate à homofobia e a qualquer forma de discriminação por orientação homossexual”. (2018, p.458).

de Janeiro, a IURD mantém orfanatos e asilos, além de continuar oferecendo em pelo menos 200 comunidades o programa de alfabetização de adultos “Ler e Escrever”. Segundo balanço publicado pela Universal em 2017, seus programas sociais ajudam 9 milhões de pessoas apenas no Brasil e, “contando com o trabalho que se estende por 82 países, esse número alcança 11.127.500 pessoas ao redor do planeta³⁹”.

A população carcerária em presídios e delegacias também constitui outro público de interesse para a evangelização e assistência social, com a atuação de obreiros e voluntários da Universal doando bíblias e rádios para os novos convertidos poderem acompanhar os programas de radioevangelismo da igreja. Além disso, segundo o site da Universal, são ofertados cursos profissionalizantes, atendimento médico, odontológico e jurídico aos apenados. A adesão das populações mais vulneráveis ao pentecostalismo transforma comunidades e bairros pobres e periféricos em locais perfeitos para o assistencialismo e o proselitismo da IURD: “grupos de evangelização dirigem-se as favelas e distribuem senhas convidando os moradores a participar dos cultos, só depois de encerrada a pregação, os convidados são recompensados com alimentos e agasalhos” (MARIANO, 2014, p.60).

Estudiosos que se dedicaram a pesquisar os perfis socioeconômicos do movimento pentecostal confirmam a existência de uma maior filiação das camadas menos favorecidas nessas igrejas. Na América Latina o trabalho das igrejas pentecostais se desenvolveu sobretudo nas camadas urbanas e rurais pobres. Guadalupe (2020) defende que esse perfil socioeconômico sempre foi o alvo de interesses dos evangélicos “tanto no começo quanto durante boa parte de sua consolidação como denominação evangélica” (GUADALUPE, 2020, p. 48)

Mariano (2014) nos anos de 1990 analisou dados publicados pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) na pesquisa *Novo Nascimento*, e chegou à conclusão de que a escolaridade e a renda dos pentecostais é inferior, se comparada a da população geral. Bohn (2004) acrescenta que além de possuírem predominantemente membros das camadas sociais mais carentes, as igrejas evangélicas ainda conseguem acessar “áreas que tem se mostrado inalcançáveis para outros segmentos religiosos. São setores sociais (e espaços geográficos) que, por sua precariedade de condições, revelam, por outro lado, a mais completa ausência do

³⁹ Dados disponíveis em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/acoes-sociais-da-universal-atendem-11-milhoes-no-mundo/>. Acesso: 1 jul. 2022.

poder público”. (BOHN, 2004, p. 292). Mariano analisa ainda algumas motivações dos grupos sociais mais marginalizados que explicam a opção dessas pessoas de frequentar igrejas pentecostais, “com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento, esperança diante de situação tão desesperadora” (MARIANO, 2014, p. 12). Essas igrejas são tão eficientes em recrutar e cativar fiéis entre essas populações na medida em que oferecem apoio espiritual, aconselhamento, em alguns casos, solidariedade na forma de doações. De maneira geral, o que se observa é onde falha o poder público e os partidos políticos na resolução dos problemas de grupos sociais mais vulneráveis, as igrejas evangélicas ocupam esses espaços e atendem melhor a essas demandas. Incluindo os sujeitos em processos de “(res)socialização, elevando-lhes a autoestima, libertando-os de vícios, e dando-lhes apoio em conquistas como saúde, emprego, geração de renda” (BAPTISTA, 2007, p.25).

Fonseca indica que o perfil social das pessoas que frequentam as igrejas neopentecostais no século XXI ainda se mantem forte entre os mais pobres, “os não-brancos e menos escolarizadas numa significativa maioria feminina” (FONSECA, 2020, p.322). Contudo, hoje elas não se restringem apenas aos grupos mais pobres estando presentes entre a classe média brasileira.

Esse subcapítulo buscou empreender um levantamento inicial da biografia de Edir Macedo e da criação da Igreja Universal do Reino de Deus, perscrutando o ingresso partidário e sucesso eleitoral dessa denominação evangélica, sua participação na sociedade civil, no meio empresarial, em todos os formatos de mídia e perpassando sua atuação na área de assistência social. Discute-se seu poder de comunicação e mobilização enquanto fenômeno na TV, rádio, mercado editorial e mídias sociais, e a sua competência administrativa, responsável direta pela expansão da Universal no Brasil e no exterior. E ainda, investiga-se o papel desempenhado por Macedo, como líder, fundador e articulador político da Universal, e na posição de base política do governo e líder de uma igreja neopentecostal, observando as aproximações e distanciamentos. Por fim, é importante demarcar que as ações e discursos de agentes religiosos pentecostais na arena política, não só inaugura uma nova fase participativa desse grupo no espaço público, mas também contribui para que o religioso amplie ainda mais seu campo de atuação, conquistando legitimidade e prestígio social, propondo alternativas e respostas para os dilemas da contemporaneidade, articulando novas maneira de ser e agir no mundo, e dessa

maneira, se estabelecendo ainda mais como tema da atualidade e de relevância inquestionável.

2.3 EDIR MACEDO E O TEMPO: NOTAS SOBRE O PASSADO, PRESENTE E FUTURO

O historiador José Carlos Reis (2012), em discussão acerca do regime de historicidade judaico-cristão, discute a maneira pela qual os cristãos valorizam a experiência temporal e conferem a essa dimensão o máximo de potencial e significado. Afinal, Deus está presente no tempo. Essa concepção temporal da cristandade, tributária da tradição judaica, rompe com o círculo helênico, sem saída e sem fim, e dá ao tempo “a imagem de uma linha” (REIS, 2012, sp.) irreversível, em marcha sucessiva apontando para o futuro. Entretanto, através de suas práticas, ritos e tradições conservadas por meio da memória, os cristãos permanentemente se voltam para o passado. O cristão pentecostal também valoriza o tempo. Seja ele evocado de passados longínquos, na construção dos seus mitos fundantes, nas profecias sobre futuros apocalípticos que permeiam suas teologias ou ainda na elaboração de projetos políticos de sociedade para o presente.

A religião há muito deixou de ser entendida somente enquanto espaço de salvação, apartada do mundo secular, passando a ser adotada em uma perspectiva mais ampla desse universo sagrado. O campo religioso, como sabemos, é lugar de produção e circulação de saberes próprios sobre o real, difundindo ensinamentos que não ficam restritos ao sacro e perpassam todos os aspectos da vida social. Como destacou Coutrot (2003, p. 334), “definitivamente, nada que concerne ao homem e a sociedade lhes é estranho”. As igrejas enquanto corpos sociais e espaços de socialização, compartilham ensinamentos, propagam uma moral, práticas comportamentais, introjetam juízos de valor sobre variados temas e constroem e difundem uma visão de mundo. O próprio Macedo salienta que a função de seus livros é muito mais que informar seus leitores acerca de assuntos religiosos, o que ele busca “é ajudá-los a entender melhor o mundo que os cerca” e abrir a “mente do leitor com relação à sua maneira de viver e olhar o mundo” (MACEDO, 2007, p.10).

Com relação ao tempo, a religião ao longo da história vem cumprindo a função de auxiliar a humanidade a lidar com a sua brevidade e finitude frente ao tempo, oferecendo aportes para estruturar o seu estar no mundo, encontrar motivações e um

sentido para a sua própria existência. Nesse contexto, a perspectiva temporal religiosa dá ordem e sentido para o tempo e ajuda os seres humanos a lidarem com a experiência da transitoriedade. Rubem Alves (2010) complementa esse entendimento, apontando que “talvez seja esta a marca de todas as religiões, por mais longínquas que estejam umas das outras: o esforço para pensar a realidade toda a partir da exigência de que a vida faça sentido” (ALVES, 2010, p.8).

As relações que se estabelecem entre as noções de tempo e os segmentos religiosos nos ajudam a compreender a maneira como esses grupos estruturam seus objetivos, projetos e suas esperanças a partir de todo um universo referencial sacralizante. As experiências e expectativas que os movem na direção do futuro, mas também os sentidos que conferem ao passado.

Ao analisar o tempo na obra de Macedo identificamos alguns indícios de como passado, presente e futuro são acionados em seus textos, as aproximações que ele estabelece com o tempo no campo religioso pentecostal do qual faz parte, na articulação da sua própria teologia e na maneira como ele organiza datas, eventos históricos e lugares sagrados. Assim como no tempo cristão, Macedo se orienta para o futuro, numa linha retilínea para a salvação, mas, estando na terra, por que não viver uma vida em abundância? O convite à memória também é pedra angular na noção de tempo da Igreja Universal. A construção do Templo de Salomão, campanhas baseadas em elementos e personagens do Antigo Testamento, como a “Campanha pedrinha de Davi” ou “O banho do abre caminhos”, comercializando a água vinda direto do rio Jordão, são alguns exemplos de como se busca credibilidade e referências a partir do passado para legitimar sua igreja no presente.

2.3.1 O tempo cristão

Bervernage (2018) discute conceituações relacionadas ao tempo e à história que são mais amplamente abordadas na historiografia, iniciando pela noção de Tempo absoluto, vazio e homogêneo. Sobre essa perspectiva cronológica, ele questiona a possibilidade de ser possível existir um tempo universal e contínuo que abarcaria todos os momentos históricos, e que este, para existir, seria dependente de “um conceito de tempo linear que funciona como recipiente abstrato que existe como entidade vazia e homogênea *a priori* e independente dos eventos e fatos conferidos a ele” (BEVERNAGE, 2018, p.189).

O autor argumenta que, em parte, a influência dessas representações lineares do tempo seria herança do tempo cristão, que teria se popularizado com a cristianização do ocidente. O tempo da Cristandade rompeu com as concepções cíclicas de tempo, muito influentes na antiguidade grega, “porque as mesmas dependiam de uma narrativa de progresso espiritual e porque a ideia de retorno cíclico infinito de eventos negou a significação de eventos únicos tais como a vinda de Cristo” (BERVERNAGE, 2018, p.189). A ciclicidade do tempo grego é fundamentada em “bases religiosas, por um lado, e, por outro, se inspira no ritmo da vegetação, das festas, do trabalho, das regras menstruais, e também, das estações” (REIS, 1994, p.42). Nessa perspectiva o tempo é calcado na ideia do eterno retorno que conferiria sentido e significado a essa temporalidade que, como a natureza, sempre torna a recomeçar. O tempo, na tradição judaica, se afasta da premissa do tempo em ciclos e assume a ideia de que Deus está presente e se manifesta por “meio da história experimentada de Israel e não as ordens, os ritmos e as energias fecundas da natureza” (MOLTMANN, 2003, p.152). G. J Withow em o *Tempo na História* (1993) ressalta que a principal característica da “experiência hebraica do tempo era a contemporaneidade do passado e do futuro” (WITHOW, 1993, p.68). Assim, o presente ganha significado através dos eventos e dos exemplos do passado e da esperança da salvação eterna que está no futuro.

O sentido de linearidade é mantido pelo cristianismo, e acrescentam-se novas valências ao seu entendimento temporal. Acredita-se que é no tempo que inicia a superação da finitude. Reis (2012) completa que os cristãos “possuem a fé de que Deus está presente no tempo e os acompanha, protegendo e punindo” (REIS, 2012, s.p). Assim, a experiência temporal da humanidade é marcada pelo pecado, punição e sofrimento que o cristão acredita ser merecedor e tem fé que Deus o perdoará e “o libertará da miséria temporal e o recolocará na eternidade” (REIS, 2012, sp.). Nessa perspectiva, Deus, no juízo final, encerrará o tempo e os cristãos que forem salvos vão usufruir da eternidade.

A vinda de Jesus é o momento de virada na articulação do tempo dessa tradição, e se abre como ponto referência, uma direção. É no tempo que começa a salvação de Cristo.

a ideia de salvação está no cerne da crença religiosa cristã e nela elabora seu sentido de vida e/no tempo [...] baseando-se na perspectiva de um futuro redentor, os acontecimentos, aparentemente desconexos, passam a fazer

sentido e tornam-se eventos que colaboram para a salvação final, num enredo que é escrito tendo um final feliz a priori” (ROCHA, SILVA, 2012, p.152)

Nesse cenário, Reis (2012) elenca que no campo de experiência dos cristãos conviveriam o pecado, a punição, o sofrimento, a profecia, a vinda de Cristo e a paixão de Cristo. E o horizonte de expectativa seria “a volta iminente do Messias, que porá fim ao castigo do tempo e da história e separará os bons dos maus, salvando uns e condenando outros” (REIS, 2012, s.p)

2.3.2 Edir Macedo e o tempo

O tempo sempre foi matéria de interesse na escrita de Edir Macedo. Numa rápida busca em publicações em seu blog, utilizando a palavra-chave “tempo”, surgem diversos textos tratando da temporalidade sob diversas perspectivas. Na passagem a seguir, postada em 2018, o autor defende que o tempo do “calendário humano”, o tempo natural, é um tempo diferente do tempo de Deus, que não é natural “e nele os dias passam de forma diferente”. Para embasar sua afirmação ele utiliza o texto de Pedro 3.8 “Há, todavia, uma coisa amados, que não deveis esquecer: que, para o Senhor, um dia é como mil anos, e mil anos, como um dia”⁴⁰. Ainda que as igrejas pentecostais e neopentecostais tenham suas práticas ancoradas no presente, nas relações imediatas e individuais entre o fiel e a igreja, para Edir Macedo passado e o futuro são importantes elementos para sua teologia.

O passado na retórica do bispo é acionado através da associação da IURD com a Israel mítica do Velho Testamento, buscando ao mesmo tempo legitimar a atuação da Universal no presente e, por conseguinte, se consolidar enquanto força religiosa no cenário mundial. Nos livros podemos observar que o tempo em Macedo é orientado no modelo de origem-continuidade-fim, que se inicia com a origem do mundo que, para o cristianismo, é o início do tempo, já que o tempo começa com Deus: “No princípio, criou Deus os céus e a terra. A terra, porém, estava sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas” (Gênesis 1-1,2 apud MACEDO, 2006, p. 5). O conhecido trecho de Gênesis, sobre a origem do mundo abre o primeiro capítulo do livro *A Origem do Caos*, publicado em

⁴⁰ Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/o-calendario-de-deus/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

2006. Escrito com o objetivo de explicar aos leitores o motivo das tragédias que recaem sobre a mundo, o autor anuncia no prefácio que a humanidade está vivenciando seus últimos dias.

os últimos acontecimentos em todo o planeta não deixam dúvida de que vivemos, de fato, os últimos dias na face da Terra, que o planeta teria sido dominado por “catástrofes naturais, misérias, guerras, doenças – em especial a difusão do vírus HIV, que leva a um sempre crescente número de mortes, principalmente no continente africano – assolam diversos países e mostram que o mundo vive um verdadeiro caos (MACEDO, 2003, p.5).

Do presente para o passado, Macedo retorna ao início de tudo, discutindo a criação do mundo e do homem, a queda de Adão e Eva, e ação do diabo para justificar as questões do presente. Esse livro nos interessa porque realça algumas noções temporais na visão de Macedo sobre onde o tempo começa.

Quando Deus, no princípio, criou os Céus e a Terra, estes eram tão perfeitos quanto Ele próprio. Isso é muito óbvio, pois sendo obra de Suas mãos, nada poderia sair com falhas ou defeitos, dada Sua onipotência, onipresença e onisciência” (MACEDO, 2006, p.7)

Para Macedo, tudo começa na criação, logo, a origem do mundo vai coincidir com o próprio início do tempo. Em uma passagem de outro livro pesquisado ele disserta: “no princípio do mundo, era o Reino de Deus. Tudo na Terra estava em perfeita harmonia: o Criador, a natureza e a criatura humana” (MACEDO, 2007, p.13) A noção de princípio está atrelada a perfeição do Reino de Deus, que teria dado *start* no tempo. Sobre a questão, em *A Cidade de Deus*, Santo Agostinho explica:

(...) o mundo não foi feito no tempo, mas com o tempo. O que se faz no tempo faz-se depois de algum tempo e antes de algum, depois do passado e antes do futuro. (...) O mundo foi feito com o tempo, se em sua criação foi feito movimento mutável. É o que parece indicar também a ordem dos seis dias ou sete primeiros dias (AGOSTINHO, 2017, s.p)

O tempo e o mundo são criados conjuntamente, e é o episódio da queda de Lúcifer que surge como ruptura e marca o começo do que o autor vai identificar como o início do caos no planeta: “ele foi lançado na terra, fazendo assim surgir neste planeta o caos, isto é, a Terra tornou-se sem forma e vazia” (MACEDO, 2006, p. 9). O pecado original vai determinar o tempo de punição da humanidade, “que vem passando por tudo o que lemos, vemos e ouvimos nos noticiários. Ninguém se entende; pais estão contra filhos e vice-versa; há luta de classes, revoluções e guerras” (MACEDO, 2006, p.14)

Como discutido anteriormente sobre o tempo cristão, ele trabalha com a ideia de Deus intervindo no tempo e conferindo-lhe sentido. Em Macedo, a intervenção de

Deus se dá no tempo e é representada em diversas passagens bíblicas que são incorporadas em seus livros: a criação do mundo (2006, p.7), o pecado original (2007, p.15), a servidão dos judeus no Egito (2008, p.35), o Êxodo (2008, p.83), a aliança de Abraão com Deus. Todos esses elementos que invocam o passado na narrativa do bispo assumem funções no presente.

Sobre o uso do passado, em especial o papel desempenhado pelos lugares de memória na construção das novas religiões na contemporaneidade, entre elas o neopentecostalismo, Cubas (2021) argumenta que a ênfase nas práticas e crenças desses grupos se concentra na resolução de problemas do presente. Porém, a legitimidade social e a identidade continuam se fundamentando em elementos do passado (CUBAS, 2021, p.17). A autora, para ilustrar a discussão, cita o exemplo do Templo de Salomão, sede da Igreja Universal do Reino de Deus, construído como uma réplica perfeita do templo citado na bíblia, preservando as características do Templo de Salomão original. Cubas destaca que esse monumento construído pela Universal não pode ser identificado exatamente enquanto lugar de memória, na medida em que ele não estabelece vínculos com vestígios do passado que existiu, a evocação da memória, nesse caso, parte desse “diálogo entre futuro e passado através de sua imponência. Ainda que de forma artificial, a edificação parece trazer à tona a necessidade de se narrar, de se manter a transmitir viva a presença do que se passou” (CUBAS, 2021, p.18).

Não só o templo em si, enquanto monumento, cumpre essa função de diálogo entre o presente e o passado, a aproximação com o judaísmo se amplia através de outras ações realizadas no próprio Templo de Salomão. O *tour* oferecido aos visitantes no espaço inclui atividades como a visita ao Tabernáculo de Moisés e o Memorial dos Templos de Jerusalém, onde, segundo Nascimento (2019), existe uma réplica do domo da rocha com sua cúpula dourada que consiste na recriação de um dos símbolos sagrados para os hebreus: “o local escolhido por Abraão para o sacrifício de seu filho, Isaque” (NASCIMENTO, 2019, p. 242). Nos livros os lugares sagrados também são citados, como o Monte Sinai e o Monte Moriá, locais descritos pelo bispo como “altares naturais no relacionamento verdadeiro entre Deus e os Heróis da fé” (MACEDO, 2009, p. 102) e presentes no Antigo Testamento, vinculados aos hebreus. Ele complementa explicando sobre o local, a sua função sagrada e a que personagem bíblico esse espaço está ligado

1) Monte Moriá: Abraão está ligado a este Monte, que também é chamado de O Senhor Proverá, porque lá ele ofereceu seu filho Isaque como sacrifício. Davi está ligado ao Monte Moriá, porque lá estava a eira de Araúna e foi onde ele ofereceu os sacrifícios que interromperam a praga de Israel; 2) Monte Sinai: Moises está ligado ao Monte Sinai porque lá se rendeu à chamada de Deus (MACEDO, 2009, p.102)

Além de citar nos livros e tentar reproduzir esses lugares sagrados, o próprio Macedo aderiu a elementos indumentários e adornos relacionados ao judaísmo, como o solidéu na cabeça e o xale branco com faixas azuis. Todos esses dados apontam para a funcionalidade do passado na construção de uma memória afetiva, ainda que artificial.

Philippe Joutard analisou, sobre a memória coletiva, que “uma comunidade baseia sua legitimidade e sua identidade na recordação histórica” (1993, p.526-527). No caso da Universal, o desafio se pauta nessa identidade heterogênea, calcada sim, na aproximação simbólica com o judaísmo, mas não somente com ele. Pesquisadores como Béltran (2013) argumentam que “as várias correntes pentecostais não foram constituídas em torno de um corpo homogêneo de práticas e crenças. Pelo contrário, são o resultado de trocas culturais que geram processos de hibridização com outros sistemas religiosos⁴¹”. Na Universal essa hibridação acontece no processo de sincretismo que se manifesta na assimilação de práticas e traços de outras religiosidades, como candomblé, umbanda, catolicismo e kardecismo, traços que também estão presentes na identidade religiosa da Universal. Oro (2005-2006) explica que entre as práticas, crenças, rituais e repertório simbólico que a IURD incorporou de seus adversários religiosos podem ser citados, por exemplo, as noções de inferno e pecado do catolicismo, as práticas vinculadas ao campo da mediunidade como “fechamento de corpo” e sessões de exorcismo e descarrego que são tributárias da ritualística de religiões afro-brasileiras.

A IURD também constrói sua identidade em oposição a outras religiosidades, a exemplo de religiões de matriz africana, mas sobretudo, o catolicismo. A aproximação com a Israel mítica, se dá também nesse movimento de afastamento das práticas e ritos da Igreja Católica. Nessa esteira, o que podemos observar nas práticas da IURD, é uma liturgia mais enxuta composta por rituais de cura, libertação, batismo e exorcismos, e por poucos momentos simbólicos ou sacramentais. O que, em tese,

⁴¹ “las diversas corrientes pentecostales no se han constituido alrededor de un cuerpo homogéneo de prácticas y creencias. Por el contrario, son el resultado de intercambios culturales que generan procesos de hibridación con otros sistemas religiosos” (BELTRÁN, 2013, p.139).

causaria esse afastamento do catolicismo. Macedo atesta isso quando afirma que “os cultos e as tradições religiosas desviam a pessoa da prática da verdadeira fé. Daí a origem da maior praga entre os religiosos em geral: a hipocrisia” (MACEDO, 2009, p.21). Já em outro momento ele critica o gestual e a mecânica simbólica do cerimonial: “Preocupam-se com aparências, com a lavagem das mãos, do copo e do prato, mas esqueciam-se da compaixão, da justiça e da prática da fé” (MACEDO, 2009, p.21)

Como Coutrot ressaltou, há um impacto dos ritos, do cerimonial, do cenário, dos gestos e das posições hierárquicas na Igreja Católica para a conformação das identidades cristãs: “a própria missa semanal, ou o culto, é carregada de influências em função do seu efeito repetitivo e sua grande valorização afetiva” (COUTROT, 2003, p.336). Na Universal são adotados outros critérios de pertença entre seus adeptos, não necessariamente alicerçados numa comunidade afetiva. Gomes (2004) explica que na Universal “a centralidade do fortalecimento institucional, que envolve a elaboração de um sistema de transmissão religiosa, cuja autenticidade é pontuada, em especial, pelo vínculo com a ‘Terra Santa’” (GOMES, 2004, p.123). Ou seja, além de uma liturgia flexível, uma teologia voltada a resolver os problemas do presente, há uma preocupação de recriar um passado vinculado a Israel, através da arquitetura dos tempos, ampla circulação nos livros publicados por Edir Macedo, nos trajés, eventos e campanhas da Universal.

Todos esses elementos, que necessariamente não envolvem vínculos orgânicos com o passado, buscam a consolidação da instituição no campo religioso, a continuidade e a permanência desse projeto de igreja. E, desse modo, “em termos de religião, o passado mítico de origens, o tempo hierofânico, criado e recriado, age como modelar para as ações no presente pela memória. É no presente que se busca o sentido de mitos e teologias” (HUFF JUNIOR, 2008, p.61).

Nesse cenário, não parece gratuito, Macedo buscar no livro *Plano de Poder* no exemplo dos hebreus escravizados no Egito argumentos para incentivar os cristãos do presente a se envolverem com a política e a elegerem outros cristãos, afinal, “o não-engajamento e o não-comprometimento por parte dos cristãos, naturalmente, vinham contribuindo de forma negativa com o grande projeto de nação pretendido por Deus” (MACEDO, 2008, p.52). Ou ainda, invocar lideranças bíblicas com atuações políticas importantes como exemplo de bons gestores: “Quando citamos os exemplos de José e de Daniel, fica evidente que as sociedades que apostaram nesses homens especiais eram estrangeiras, portanto de culturas diferentes, incluindo suas

convicções religiosas, mas elas foram muito felizes elegendo-os” (MACEDO, 2008, p.116).

2.2.3 Futuro

O futuro na concepção de tempo cristão, segundo Reis (2012), repousa na esperança de que “a história será totalmente abolida no futuro – a sua linearidade só é tolerada porque se acredita que ela cessará um dia. A história não é eterna, o tempo e seu império serão abolidos e a eternidade vencerá” (REIS, 2012, s.p). De maneira geral, as tradições protestantes pentecostais divergem dessa profecia sobre o fim do mundo, e se abrem em diversas interpretações sobre o futuro da humanidade.

Se *A Origem do Caos* nos trouxe indícios sobre o passado na perspectiva de Edir Macedo, o livro *O princípio das dores* faz o caminho inverso e oferece ao leitor uma interpretação sobre o destino final da humanidade e as expectativas do bispo quanto ao futuro. Sobre o tempo futuro, outro elemento que se destaca na obra de Edir é a figura do profeta. Citados em diversas passagens dos livros, conhecidos profetas do Velho Testamento, como Ezequiel (2006, p.43), Josué (2006, p.48) e Abraão (2009, p.80-81), são evocados como exemplos morais, guias do povo, líderes, mas principalmente enquanto enunciadores dos planos divinos e detentores dos conhecimentos sobre o futuro. Nas histórias esse personagem é a voz do futuro no presente. Abdias Carvalho (2003) explica a importância dos profetas na formação do povo de Deus. É através deles que Deus anuncia e revela seus planos.

Publicado em 2003, acontecimentos que marcaram o início do século XXI relacionados ao 11 de Setembro, atentados terroristas e a Guerra do Iraque são citados no livro como indicadores do princípio do fim do mundo. As expectativas sobre o futuro são preocupações constantes nas obras pesquisadas

A guerra entre os Estados Unidos e o Iraque não é o fim. É bem provável que ela seja um sinal do princípio do fim. Quem sabe se na mesma região onde teve início a humanidade, temos o início do fim dela? Mas que o tempo tratado nesta profecia se refere aos dias atuais, disto não tenho a menor dúvida! (MACEDO, 2003, p.14)

Por menor que seja uma guerra, hoje, há o perigo de se desencadear uma Terceira Guerra Mundial e, conseqüentemente, a destruição da humanidade. Portanto, ao falar profeticamente em guerras e rumores de guerras, o Senhor Jesus está se referindo diretamente ao nosso tempo. (MACEDO, 2003, p.15)

Hipóteses e interpretações sobre a salvação e destino sempre foram comuns entre as correntes evangélicas, que divergem tanto sobre o tempo em que o evento acontecerá quanto sobre o caminho que será percorrido e, sobretudo, sobre o seu desfecho. A título de comparação, tendo em conta as relações que elas vão estabelecer com o pensamento de Macedo, trataremos de duas das principais perspectivas compartilhadas entre as tradições pentecostais e neopentecostais: o pré-milenarismo e o pós-milenarismo. Além dos prefixos, ambas guardam noções diametralmente opostas sobre o futuro, que vão ser exploradas nesse trabalho porque entendemos que perspectivas religiosas sobre o fim do mundo sempre guardam uma faceta política. Desse imbricamento da narrativa religiosa com a proposição de modelos de sociedade e governo que seriam ideais, conforme a concepção das igrejas, resultam expectativas coletivas e projetos de poder com impactos no mundo real.

O pré-milenarismo se destacou entre os evangélicos até os anos de 1990, Borda (2020) explica que essa abordagem teológica sobre o fim do mundo defende que

o fim dos tempos durará sete anos, divididos em dois períodos de três anos e meio chamados de “tribulação” e “grande tribulação”. O primeiro será um período de paz e abundância, que terminará quando o Templo de Jerusalém for reconstruído e o Anticristo revelar sua verdadeira identidade. Cristo “arrebatará” os “verdadeiros cristãos”, deixando os não convertidos e os judeus, e dando início ao segundo período, um período de guerra, fome e perseguição cristã. No final da grande tribulação, Cristo vencerá a Batalha do Armagedom e reinará por mil anos em Jerusalém para, finalmente, fazer o Juízo Final (BORDA, 2020, p. 143)

Como citado anteriormente, essa perspectiva teológica encoraja entre seus adeptos uma postura “antimundana”: a rejeição da cultura e do mundo em favor de outro mundo. Nesse sentido, “houve grande pressão nas comunidades evangélicas para abandonar as coisas mundanas e se dedicar inteiramente à evangelização, uma vez que a segunda vinda do Salvador poderia ocorrer a qualquer momento” (GUADALUPE, 2020, p.38).

Identificamos que, na obra de Macedo, essa perspectiva pessimista do final dos tempos foi incorporada de maneira parcial. Nos livros pesquisados, principalmente os publicados no início dos anos 2000, o autor sugere a iminência do fim do mundo. Inspirado pelo capítulo 24 do livro de Mateus, que discute os sinais do retorno de Cristo e do fim do mundo, Macedo defende que os sintomas citados na bíblia não

dizem respeito a eventos que já passaram, mas a eventos que estão acontecendo no presente.

A partir do momento em que as nações ou reinos se levantarem entre si, não haverá mais paz em nenhum lugar do mundo. A Terceira Guerra Mundial marcará o segundo tempo, ou a segunda fase do sinal da Segunda Vinda de nosso Senhor Jesus. Mas ainda não é o fim, apenas o princípio das dores (MACEDO, 2003, p.15)

Por outro lado, Macedo assume que vivemos o princípio do fim. Contudo, em seu texto, a apatia pessimista pelas coisas mundanas vai ser contornada pela premissa de que o cristão deve assumir outra postura em relação ao mundo: agir e, através da ação, melhorar suas condições de vida e conquistar a salvação, que só pode ser alcançada individualmente, assumindo seu lugar no mundo. Ainda que utilize o recurso do fim do mundo, Macedo combina o melhor das duas teologias e prega a felicidade no mundo terreno e a expectativa da salvação eterna. Essa afirmação é exemplificada na seguinte passagem: “nada é mais importante do que a fé sobrenatural revelada pelo Espírito de Deus ao ser humano. Essa importância está no fato de na fé estar, além da salvação eterna da alma, a vida abundante aqui na Terra, prometida pelo Senhor Jesus” (MACEDO, 2009, p.15). Aqui o autor salienta que, através da fé atuante e propositiva, o crente não só teria acesso a bens terrenos, mas também à salvação eterna no além-mundo. Em outro trecho, Macedo rechaça a ideia de que o cristão precisa sofrer, lembrando o conhecido *slogan* da Igreja Universal adotado em todo mundo “Pare de sofrer”, assim o autor afirma

Os mandamentos de Deus aumentam nossos dias na Terra. Esses dias, contudo, não são enfadados, cheios de doenças, enfermidades, sofrimento, dor e guerras. Os mandamentos do Senhor nos acrescentam anos de vida e paz, dependendo da nossa obediência à Sua Palavra de sabedoria (MACEDO, 2007, p.37)

Ou seja, Deus não aumentaria nosso tempo na terra, se esse fosse ser um tempo de sofrimento: o tempo prometido aos convertidos seria marcado pela promessa de vida e de paz. Guadalupe argumenta que essa reordenação da teologia milenarista envolveu conceber que a virada do milênio demarcaria uma nova era de prosperidade espiritual a ocorrer no tempo presente da igreja. Desse modo, o reordenamento foi vinculado à segunda vinda de Cristo, o que, afirma a autora, levou “certos cristãos a trabalharem ativamente pela restauração do Reino de Deus na terra e constitui uma característica essencial dos grupos neopentecostais que entram

agressivamente no mundo da política” (GUADALUPE, 2020, p.39). Esse paradigma teológico também ficou conhecido como a Teologia do Reino Presente e foi bastante difundido entre os grupos neopentecostais. Algranti (2010) defende que a Teologia do Reino Presente é um dos elementos que diferencia os neopentecostais dos pentecostais

É uma escatologia da vitória, que torna os devotos verdadeiros herdeiros do poder, da autoridade e do direito divino de conquistar as nações em nome de Deus. O Reino de Jesus Cristo não se refere mais a uma promessa de bênçãos futuras, mas ao tempo presente do fiel e de sua igreja” (ALGRANTI, 2010, p. 21).

Macedo chancela essa premissa em seus livros, quando afirma que “o Senhor Jesus nos garantiu uma vida abundante. Aceite-O na sua vida, siga Seus ensinamentos contidos na Bíblia Sagrada e você encontrará o caminho a seguir para viver uma vida real aqui e agora e, no mundo vindouro, a vida eterna” (MACEDO, 2006, p.15). Assim, atesta a validade de que o perigo do fim do mundo não pode ser empecilho para o cristão viver com fartura e assumir seu lugar no mundo. Buscar a salvação eterna não exclui o viver bem no mundo terreno. Existe uma combinação das duas teologias, o fatalismo do fim do mundo está presente, e o otimismo também. O estudo dessas crenças de Macedo, não apenas configura uma chave de interpretação do real para os fiéis da Igreja Universal, mas também revela traços importantes sobre as esperanças coletivas e as expectativas desse segmento religioso quanto ao futuro.

3 OS CONCEITOS POLÍTICOS NA OBRA DE EDIR MACEDO: NAÇÃO, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Como apontou a historiadora norte-americana Hanna Pitkin “as palavras e o mundo mudam juntos, mas não em simples correlação direta” (2006, p.15). Dentro da abordagem conceitual que a historiadora mobiliza em seus trabalhos, afirmar isso é entender a complexidade na relação entre os sujeitos, o mundo que os cerca e as palavras, pois, como afirma a autora “esses fenômenos são constituídos pela conduta humana, que é prontamente formada pelo que as pessoas pensam e dizem por palavras” (PITKIN, 2006, p.15).

Essa relação de tensão que se estabelece entre o conceitual e o social descortina ao historiador a perspectiva de examinar as múltiplas dimensões históricas dos conceitos, o caráter político da mudança conceitual que vão resultar (ou não) em alterações estruturais em governos e sociedades. Os processos e conflitos sociais e políticos desvelados através dos seus usos, os acontecimentos vividos na interação com os termos e categorias que determinado grupo do passado fez uso para refletir e examinar a sua própria ação e a si mesma. Ou ainda, continuidades, mudanças e inovações dos significados e das aplicações dos conceitos políticos e sociais em determinada sociedade. E, desse modo, eles são “índices e sintomas do que há no mundo, e são também, inexoravelmente constituinte da experiência humana” (FERES; JASMIN, 2007, p.17).

Surgida na Alemanha, a história dos conceitos se popularizou pela abordagem inovadora no campo da história da filosofia e do pensamento político e social. Tributária das tradições alemãs de filologia, história da filosofia e hermenêutica, essa abordagem teórico-metodológica tem como uma de suas predecessoras, a história das ideias e a história do espírito (RICHTER, 1994). No Brasil os historiadores João Feres Júnior e Marcelo Gantus Jasmin são referências nos estudos históricos ancorados na abordagem conceitual com importantes publicações sobre a temática, entre eles o *História dos conceitos: debates e perspectivas* (2006) e *História dos conceitos: debates transatlânticos* (2007). Antes do lançamento desses livros, Jasmin já havia publicado o texto *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares* (2005) que configurou um esforço sistemático inicial do autor em sintetizar os aportes metodológicos das abordagens conceitual e da Escola de Cambridge, realizando uma importante revisão sobre o pensamento político e social,

e apontando e comparando as possibilidades teóricas e metodológicas de Skinner e Koselleck.

Sobre o projeto da história conceitual, os autores analisam que a empreitada foi um esforço de parte da geração de historiadores alemães dos anos 1950 e 1960, que percebeu a problemática na forma como as ideias e pensamentos eram analisadas até então, a partir do paradigma da essencialidade das ideias, e de anacronismos, ignorando a maneira como ideias e conceitos se inscrevem contextualmente no tempo. Desse modo, a história conceitual surgiu de um “duplo impulso crítico referido a transferência descuidada para o passado de expressões modernas, contextualmente determinadas, do argumento constitucional” (JASMIN; FERES, 2006, p.23). Surgiu ainda da contestação aos pressupostos da tradicional história das ideias, que defendia o exame das ideias e conceitos enquanto elementos atemporais e imutáveis, independente dos contextos em que surgissem.

Silva (2017) argumenta que esses historiadores alemães do pós-guerra buscaram encontrar respostas para compreender os motivos que levaram a Alemanha ao nazismo. Um exemplo dessa tentativa pode ser encontrado na obra do próprio Koselleck, que teve sua atuação e formação enquanto historiador fortemente afetada por essa experiência de guerra. Daí, a reivindicação metodológica mínima dessa abordagem estar associada a necessidade de interpretar os conflitos políticos e sociais do passado através desse horizonte conceitual compartilhado e mobilizado por homens e mulheres que participaram desses conflitos. (JASMIN, FERES, 2006). Nessa direção, o que Koselleck (2006) propõe na pesquisa com os conceitos é tornar mais precisos em seus próprios termos noções políticas e sociais do passado, identificando as circunstâncias em que essas proposições foram formuladas.

No artigo *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos* (1992), resultado de uma palestra, Reinhart Koselleck tece reflexões iniciais sobre a história dos conceitos, discutindo alguns problemas básicos do programa metodológico da abordagem, principalmente as questões de ordem teórica, além das reflexões sobre as limitações e possibilidades da escrita de uma história dos conceitos. Aqui o autor aponta que “todo conceito articula-se a um certo contexto” (KOSELLECK, 1992, p.136) e nos proporciona a possibilidade de examinar a partir de um conjunto de conceitos políticos específicos adotados por atores políticos para chegar ao campo das experiências vividas num determinado período. Um dos pontos levantados nesse texto parte do princípio que é possível um novo conceito ser elaborado a partir de uma

mesma palavra. Portanto, segundo o autor, um conceito é único no momento em que ele é forjado, numa dada situação histórica, esse momento específico “não só engendra uma nova formulação conceitual como também pode se tornar inelegível a partir dela” (SILVA, 2017, p.81). Para ilustrar, Koselleck faz uso do conceito de *koinonia politique* (sociedade civil) de Cícero, formulado para explicar e descrever a sociedade romana, logo seu significado está associado as formas de organização política e social do seu tempo, ou seja, da *polis* grega (JASMIN, FERES, 2006). Assim, o conceito de sociedade civil, não muda e estará sempre ligado a suas experiências históricas originais, o que acontece é que leitores posteriores incorporam novos sentidos e aplicações a esses termos.

Pensando essas questões, o mapeamento conceitual é essencial para historiadoras e historiadores interessados em observar e identificar as continuidades e as mudanças das sociedades e das instituições por meio dos conceitos. Para, dessa forma, “verificar quais significados resistiram o passar do tempo e através de qual retórica, e saber quais as implicações do uso do termo no passado e nos dias de hoje” (JASMIN E FERES, 2005, p.27). Além das questões semânticas, essa pesquisa também se propôs a apresentar o ambiente histórico e social em que Macedo está inserido na primeira década dos anos 2000, período em que escreveu o *corpus* documental objeto de análise nessa dissertação. Tendo como objetivo entender como as problemáticas do momento e os principais temas no debate público no período influenciaram não só as preferências temáticas, como também direcionaram a escolha do vocabulário político e os conceitos articulados para dar soluções para questões pautadas e balizar suas ideias e discursos.

Publicados durante o governo Lula, alguns dos livros citados nesse capítulo foram lançados durante o segundo mandato do governo petista (2007-2010), cenário político e social que é definido por Motta como a “fase áurea de Lula”, marcada pelos “bons resultados econômicos e sociais, a estabilidade política interna, a maneira como o governo enfrentou a crise econômica mundial de 2008 e sua ousada política externa”. (MOTTA, 2018, p. 430). No campo social e cultural as estratégias políticas do governo Lula priorizaram políticas públicas para redução das desigualdades, aumentando a renda das populações mais pobres. Além de efetivação de políticas afirmativas “voltadas ao combate das desigualdades raciais [...] e o mesmo vale para as políticas de gênero e de direitos humanos, os governos petistas aprofundaram iniciativas anteriormente existentes, embora em certos casos tenha se tratado de

inaugurar ações inovadoras” (MOTTA, 2018, p.424). Algumas dessas iniciativas governamentais repercutiram politicamente e geraram embates entre os grupos evangélicos e o Governo federal, como por exemplo a implementação do Bolsa Família⁴², encarada por grupos evangélicos, que adotam uma ética econômica baseada em esforço individual e empreendedorismo, como “clientelismo político e forma de acomodação dos pobres para o trabalho” (ALMEIDA, 2017, p.13). Questões de gênero, direitos sexuais e reprodutivos também criaram desconforto entre o governo e a base pentecostal, como apontaram Mariano e Gerardi (2018, p.342):

Na eleição presidencial de 2010, pastores, padres e bispos conservadores difundiram boatos contra o governo Lula, o PT e a candidata Dilma nas redes sociais, atacando o PLC 122/2006, o PNDH-3 e exibindo vídeos com “casais gays se beijando ou abraçados”, travestis e transexuais na Parada Gay e supostos embriões abortados.

Nesse cenário, de aliança política entre o PT e Edir Macedo, as tensões se acirraram em torno de temas de ordem moral, econômica e política, sendo canalizados no discurso de Macedo e se tornando matéria em seus livros. O trabalho com os conceitos de democracia, nação e cidadania desvela os termos relevantes do ponto de vista social e político naquele momento, revelando interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos do período, e seus efeitos nos processos históricos vivenciados por homens e mulheres.

Tabela 2. O vocabulário político de Edir Macedo: conceitos-chave

Conceito	Quant. Total	Quant. Unit. p/livro	Livro	Página
Nação	74	55	Plano de Poder	8, 13, 17, 19, 20, 25, 26, 35, 43, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 62, 67, 68, 71, 75, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 101, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 116, 117, 119, 121, 123.

⁴² O fundamento do Bolsa Família era condicionar o recebimento do auxílio social oferecido às famílias à obrigação de manter os filhos nas escolas. Estabeleceu-se também a exigência de realizar controles de saúde e manter em dia a vacinação das crianças, de modo que esse programa social procurava conectar o combate à fome a melhorias educacionais e na saúde. (MOTTA, 2018, p.420)

		13	O princípio das dores	13, 14, 15, 16, 17.
		1	A voz da fé	24
		1	A Origem do Caos	8
		4	Somos todos filhos de Deus?	17, 23, 99.
Cidadania	28	28	Plano de Poder	16, 21, 24, 25, 31, 37, 58, 63, 79, 83, 85, 88, 89, 92, 94, 108, 109, 111, 119
Democracia	8	8	Plano de Poder	24, 26, 28, 33, 94, 104, 115, 121.

Fonte: tabela produzida pela autora.

A Tabela 2 apresenta o que se destaca no vocabulário político de Edir Macedo nos livros analisados. Tem foco diferente do apresentado na Tabela 1, que traz uma versão ampliada com os principais termos citados, sejam eles políticos ou religiosos. A tabela acima centraliza o objeto de interesse da pesquisa, os conceitos políticos. Através desses conceitos-chaves é possível tecer algumas reflexões sobre as concepções do autor sobre a política, as instituições, uma multiplicidade de elementos que alicerçam sua visão de mundo e, a partir disso, questionar seus projetos no presente e suas perspectivas de futuro. Conceitos como nação, democracia e cidadania são fundamentais porque informam sobre os conteúdos políticos partilhados por atores sociais inseridos em determinada sociedade. E a mobilização dessas expressões pelos indivíduos necessita do entendimento em algum nível das noções e atribuições desses conceitos compartilhadas socialmente.

A tabela de conceitos também materializa questões urgentes para o bispo e são sintomas do que estava acontecendo no Brasil e no mundo nesse período. Os livros publicados no início dos anos 2000, como *O princípio das dores* (2003), promovem reflexões sobre o fim do mundo a sombra do contexto global, marcado pelo 11 de setembro, a Guerra do Iraque e tensões de atentados terroristas.

Em seus livros, Macedo articula uma visão particular das escrituras, com interpretações personalizadas das passagens bíblicas que pretendem alcançar não apenas o monopólio das verdades cristãs, mas também encaixar os textos bíblicos em suas premissas teológicas, políticas e sociais. Um exemplo dessa apropriação acontece em trechos do livro *Fé e Dinheiro* (2007), no qual Macedo se propõe a

explicar ao leitor as relações entre a fé prática, e portanto espiritual, com a dimensão financeira. Para o autor, a fé sobrenatural é a única modalidade de fé que agrada a Deus, por ser calcada no agir, no raciocínio e na inteligência. Por isso, ela “envolve não só meditação e prática da Palavra de Deus, mas também cobra respostas e cumprimento de Suas promessas” (MACEDO, 2009, p. 43). Além da salvação eterna da alma, ela garante “a vida abundante aqui na Terra, prometida pelo Senhor Jesus” (MACEDO, 2006, p.15) e o direito legítimo do cristão tomar posse das promessas divinas.

No texto, ele demonstra que existe uma relação estreita entre a dimensão material e o espiritual. Para comprovar essa afirmação ele utiliza o capítulo de Lucas 6.37: “Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoai e sereis perdoado” (BÍBLIA, 1979, p.125). Macedo informa que nesse versículo Deus estaria tratando de assuntos espirituais, entretanto, a partir de Lucas 6.38, Deus passaria a tratar de assuntos materiais e, “em seguida, sem interromper o discurso, Ele parece passar do campo espiritual para o material, dizendo: “Dai, e dar-se-vos-á...” (MACEDO, 2006, p.15). Macedo explica que a relação entre o material e o espiritual nas passagens do Livro de Lucas estaria alicerçada na premissa de que as trocas seriam um elemento importante na vida; tudo aconteceria em torno das trocas: “quem pratica uma religião sem esperar a Salvação da alma? Quem pratica fé sem esperar milagres?” (MACEDO, 2006, p.15). Ou seja, para o bispo essas passagens estariam se referindo à doação de ofertas e dízimos pelos fiéis, enquanto a contraparte de Deus se daria na forma de sucesso material e econômico: “Em tudo na vida, quem tem mãos abertas para dar as terá também para receber, tanto na parte espiritual quanto no material. É a fé em ação relacionada com a oferta” (MACEDO, 2007, p.16)

Entretanto, esses dois versículos citados por Macedo não têm relação direta com questões materiais ou financeiras, de maneira geral o capítulo Lucas 6: 37-42 promove reflexões sobre o cuidado que o indivíduo deve tomar ao emitir juízo sobre o próximo: “Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoai e sereis perdoado” (BÍBLIA, 1979, p.125). Na mesma medida em que julgássemos alguém, também seríamos julgados: “Dai, e dar-se-vos-á...” (BÍBLIA, 1979, p.125)”. Essa interpretação ajuda a pensar como se constroem as relações entre o material e o espiritual nos argumentos teológicos que fundamentam a Teologia

da Prosperidade e que, por sua vez, são amplamente utilizados na obra de Edir Macedo.

Outras noções religiosas do segmento neopentecostal têm sido apropriadas, mobilizadas e, em alguns casos, atualizadas pela retórica do bispo. É o caso da justificação bíblico-religiosa do dinheiro e dos bens materiais da Teologia da Prosperidade perpassar o próprio conceito de fé de Macedo. Importante demarcar que, nos textos do bispo, mesmo conceitos não-religiosos são atravessados por elementos do sagrado, como por exemplo o conceito de nação, que tem relações estreitas com a Teologia do Domínio, ao pressupor que o destino dos cristãos seria ocupar espaços de comando e posições de poder no mundo. A Teologia do Domínio, tem ainda “um entendimento bíblico muito particular que assume a construção do poder político a partir da lógica da dominação religiosa nas diversas esferas públicas da sociedade” (GUADALUPE, 2020, p.54). Macedo assume essa premissa quando defende que os evangélicos são o povo predestinado e que, por isso, devem assumir a missão divina de liderar: “Como cristãos na posição de agentes incumbidos de consumir o projeto de nação elaborado por Deus, quais seriam suas propostas de governo?” (MACEDO, 2008, p.50).

E, por fim, a Teologia da Guerra Espiritual, argumenta que o mundo é um campo de batalha entre o bem e o mal, a luz e as trevas, e que o mal na forma do diabo e suas hordas infernais são a causa de todo o sofrimento e infortúnios da humanidade. Defende ainda que “são os demônios que impedem a prosperidade dos fiéis”. Assim sendo, a “libertação dos demônios” seria “uma condição indispensável para a conquista da cura e da prosperidade” (GUADALUPE, 2020, p.52). Essa noção de batalha espiritual em Macedo se materializa na incidência do uso do termo diabo, acionado 79 vezes nos textos. Na passagem encontrada no livro *A Excelência da sabedoria*, o autor afirma que vivemos “uma constante guerra espiritual, onde nossa alma é disputada, a cada momento, por Deus e pelo diabo, porque assim como Senhor deseja usar nosso ser, o diabo também almeja possuir-nos” (MACEDO, 2005, p.16). Esse trecho, não só corrobora o sentido que o personagem diabo assume na narrativa de Macedo, como adversário de Deus e responsável pelo caos e a miséria humana, como também demonstra que Mariano (2014) está correto ao afirmar que uma das bases teológicas que definem e fundamentam as práticas teológicas e rituais da Igreja Universal é a guerra contra o diabo.

3.1 NAÇÃO

Neste capítulo analisaremos o modo como Macedo conceitua e mobiliza o conceito de nação em seus textos. Buscaremos estabelecer relações com a discussão sobre nação apresentada por políticos, teóricos e outros líderes religiosos. Depois de apresentadas as fontes e as perspectivas do autor sobre a temática, será realizada uma introdução ao conceito de nação no discurso político brasileiro, entre o século XIX até o início do século XXI. Seguindo a metodologia da história conceitual proposta nesse trabalho, esses termos vão ser tratados como conceitos políticos básicos e, como tais, noções contestadas e em disputa.

A nação, a exemplo de outros conceitos políticos, como democracia, também assume um caráter multifacetado e forjado de acordo com as condições que marcaram o processo histórico. Hobsbawm (1990) cita a nação como um daqueles termos do senso comum que “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la” (HOBSBAWN, 1990, p.11). No verbete do Dicionário de Política de Norberto Bobbio (1998) a nação é concebida como “um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos — ou pelo menos existentes *ab immemorabili* — e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional” (ROSSOLILLO, 1998, p.796). Nesse sentido, elementos como etnia, língua, história comum e território comum, entre outros, seriam a base desses laços naturais. Entretanto tais critérios não são consenso na tentativa de definir o que seria a Nação. Hobsbawm (1990) propõe inicialmente definir a nação “como qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma “nação”” (HOBSBAWN, 1990, p.18).

Edir Macedo aciona o conceito incorporando tanto noções políticas, relacionadas com a necessidade de um Estado organizado para gerir a nação, quanto noções étnicas, baseadas no entendimento que a nação seria constituída por um “povo escolhido”.

Toda nação precisa de um plano nacional de políticas para seu desenvolvimento. A boa vontade política já seria o primeiro grande passo rumo aos objetivos comuns e dos verdadeiros fins de concepção, do porquê da instituição do Estado (MACEDO, 2008, p.116).

O filho de Jacó tornou-se protagonista de um novo modelo socioeconômico e de estado politicamente organizado. Isso também foi, ou deveria ser, um aprendizado para os hebreus que ali habitavam. Proporcionando-lhes status, identidade de sociedade organizada e de nação constituída e oportunidades que observaremos não terem sido aproveitadas pelos hebreus (MACEDO, 2008, p.17)

Na primeira citação, Macedo relaciona a nação ao Estado, sendo este um dos seus elementos fundamentais e frequentemente associado ao seu uso político: “a nação era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBBSAWN, 1990, p.31). Na segunda citação, o autor narra como José, filho de Jacó, assume uma posição de prestígio no Egito, tornando-se homem de confiança do Faraó depois de atuar com inteligência e perspicácia durante o período de fome no reino. Assim, tornou-se protagonista desse Estado politicamente organizado, e essa posição conferiu aos hebreus “*status*, identidade organizada e de nação constituída”. O bispo equaciona a ideia de nação pela associação entre povo e Estado no presente, expondo suas posições com vistas ao presente. Além disso, demarca que a discussão das condições políticas dos hebreus estaria vinculada ao contexto e às categorias do passado, como no trecho que explica que o conceito de direitos humanos não existia naquele período: “o próprio conceito de sujeito, ou de indivíduo, não era observado naquele período” (MACEDO, 2008, p.32).

Voltando ao elemento religioso no conceito de nação de Macedo, o livro *Plano de Poder* (2008) explica essa premissa, quanto à sua concepção de que a nação estaria vinculada ao plano de Deus para a criação de um Estado: “na Criação, no livro Gênesis, Deus nos dá uma aula de planejamento, organização e execução de uma ideia. Desde o início de tudo, Ele nos esclarece de sua intenção estadista e de formação de uma grande nação” (MACEDO, 2008, p.8). E complementa essa ideia no livro *A voz da fé*, em que cita heróis/personagens da bíblia que foram agraciados com momentos de revelação divina: “Noé e sua família foram livres da destruição do dilúvio; Abraão gerou várias nações e encheu a terra, mesmo já tendo passado da idade considerada fértil” (MACEDO, 2009, p.24).

Esse entendimento de nação, por uma perspectiva cristã, entretanto, não é novidade no pensamento teológico evangélico. Borda (2020) analisa como o mito da nação cristã foi mobilizado nos discursos teológicos conservadores norte-americanos e, depois, incorporado e adaptado em campanhas políticas evangélicas na América

Latina. Aponta três argumentos que levariam o fiel a acreditar na ideia de nação cristã: 1) um argumento demográfico; 2) um argumento histórico e 3) um argumento cultural. Esses critérios podem ser facilmente encontrados em discursos políticos evangélicos na América Latina, como por exemplo, o elemento demográfico que se baseia na premissa numérica de uma maioria que se identifica como cristã. Logo, a suposta maioria absoluta legitimaria os candidatos conservadores desses grupos, por exemplo, no caso do polêmico discurso de Bolsonaro em fevereiro de 2017 em que ele afirma que “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”⁴³. A fala do então candidato a presidente é um exemplo prático da maneira como essa estratégia é acionada em discursos políticos. Em Edir Macedo, esse mecanismo também é utilizado. Em diversas passagens o bispo cita números: “Um movimento social organizado com cerca de 40 milhões de pessoas, que são os evangélicos, teria uma força e tanto” (MACEDO, 2009, p.33); incentiva os fiéis a serem participativos e assumirem, enquanto cristãos, o papel de executores do plano de nação de Deus:

esse senso de percepção tem faltado a muitos cristãos, que hoje somam no Brasil uma população de cerca de 40 milhões de pessoas, que vem crescendo a cada dia (esse dado aproximado é referente ao número de evangélicos só no Brasil, e não no mundo)” (MACEDO, 2009, p. 20).

Grupos e classes com representatividades numéricas bem pequenas, em comparação com a quantidade de evangélicos, vem organizando movimentos sociais há algum tempo, conquistando espaço e direitos que os protegem dos mais variados preconceitos (MACEDO, 2009, p.35).

O argumento histórico, que reivindica raízes cristãs dos pais fundadores, como no caso do Estados Unidos, surge como outro elemento essencial no nascimento da ideia de uma nação cristã. Borda (2020) afirma que na ausência desse elemento, os pais fundadores são substituídos: “alguns cristãos constroem um argumento histórico baseado na história do cristianismo (na verdade, catolicismo) no continente” (BORDA, 2020, p.138). Na busca de suas raízes históricas, Macedo se afasta do catolicismo e se volta para a Israel mítica, os hebreus do Antigo Testamento e o povo eleito do Deus de Israel. A conexão simbólica entre os hebreus e a Igreja Universal reivindicada por

⁴³ Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>. Acesso em: 25 mar. 2022

Macedo legitimaria seu projeto de igreja, estabelecendo e reclamando para si (e para a Universal) o título de povo escolhido. Isto lhe garantiria acesso não só a esse elemento histórico que demarca e confere um lugar para a Igreja Universal do Reino de Deus na longa duração, mas também acesso às profecias e promessas do Velho Testamento, que incluem o direito à Terra Prometida.

No Velho Testamento a aliança do Deus de Israel era somente com o povo eleito, os hebreus. Essa situação se modificou no Novo Testamento, quando Jesus anuncia uma nova aliança com Deus, incluindo toda a humanidade

agora, porém, o ministério que Jesus recebeu é superior ao deles, assim como também a aliança da qual ele é mediador é superior à antiga, sendo baseada em promessas superiores. Pois, se aquela primeira aliança fosse perfeita, não seria necessário procurar lugar para outra (BÍBLIA, 1979, P.441-442)

Essa relação vai ser materializada na construção do Templo de Salomão, em São Paulo, além das referências nos livros. “É inteligente porque não está firmada na emoção humana. Mas na capacidade racional de aceitar e praticar a Palavra cuja fonte é o Supremo Ser da inteligência e do saber: o Deus de Abraão, de Isaque e de Israel” (MACEDO, 2009, p.45). Nesse trecho sobre a fé sobrenatural, Macedo discorre sobre a fé inteligente estar baseada na capacidade racional das pessoas em praticar a palavra do Deus de “Abraão, de Isaque e de Israel”, os dois primeiros profetas hebreus do Velho Testamento.

Nesse cenário, a Teologia do Domínio⁴⁴ (ou, reconstrucionismo cristão), é a tendência teológica que permeia todos os demais argumentos. Ela prega que é legítimo ao cristão conquistar o poder sob a justificativa da superioridade moral e “da subordinação do sistema legal do Estado às leis bíblicas” (GUADALUPE, 2020, p.55). As bases religiosas da Teologia do Domínio remontam aos círculos calvinistas conservadores, sob a influência do teólogo Cornelius Van Til, que defendia a premissa de que “os cristãos não poderiam se resignar a um isolamento em suas casas e suas igrejas – ética, política, arte e educação, tudo deve ser recuperado para Cristo ou abandonado para Satanás” (ROCHA, 2020, p.621). Encontrando pouca ressonância

⁴⁴ A noção de “Domínio”, ligada à interpretação de que a palavra de Deus para Adão e Eva relatada em Gênesis 1:28 – “Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra” – era válida para os cristãos de hoje. Eles deveriam ter domínio sobre toda a Terra, seus recursos e suas instituições” (ROCHA, 2020, p.621).

fora dos círculos ultraconservadores presbiterianos, foi um de seus alunos, Rousas J. Rushdoony, quem difundiu essas ideias durante a segunda metade dos anos 1970 nos EUA, pregando sobre a necessidade de “reconstruir’ a sociedade e suas instituições a partir dos padrões bíblicos” (ROCHA, 2020, p.621), difundindo ainda a noção “de que se pode, caso os ordenamentos divinos e os preceitos bíblicos sejam colocados em prática, construir um modelo de sociedade perfeito na terra” (ROCHA, 2020, p.621). Posteriormente, como explica Borda (2020), a Teologia do Domínio foi recuperada por ativistas políticos carismáticos e neopentecostais.

A ideia de uma nação excepcional, composta pelos cristãos predestinados a ter acesso a todo tipo de poder, dotados de valores e imbuídos da missão divina de governar, tributária das bases religiosas do reconstrucionismo, demonstra ter alguma influência nos textos de Macedo. O autor busca defender o papel dos cristãos no “projeto de nação de Deus”, mas, para isso, refina quem seriam esses “cristãos”, alinhando a sua ideia de nação com uma noção bem definida do “povo de Deus”, e a partir de que bases esse povo seria escolhido.

Os dados da tabela 1 demonstram que o conceito de povo foi o quinto termo mais citado pelo escritor, das 73 citações, 10 delas vieram acompanhadas do pronome “Seu”, com letra maiúscula, para se referir ao povo de Deus. Essa tendência é demonstrada na passagem a seguir, onde Macedo discorre sobre a proposta de Deus de uma nação governada por seus eleitos ser a mais benéfica

mais importante do que qualquer nobre referencias filosófica que se possa dar é o próprio entendimento e a proposta de Deus de que uma nação governada por Seus dirigidos pode proporcionar o suprimimento dos anseios de todos os homens e mulheres de boa vontade (MACEDO, 2008, p.111).

Sobre esses indivíduos escolhidos, o autor explica: “Trata-se de um propósito ou plano de Deus em constituir um povo santo e irrepreensível diante d’Ele, separado daqueles que O rejeitam como Senhor e Deus” (MACEDO, 2003, p.35). E segue elencando as condições para a escolha desses homens e mulheres: “a eleição ou escolha na formação de Deus está aliada a duas condições: a fé pessoal e ativa no Senhor Jesus Cristo, e a perseverança da comunhão com Ele para sempre” (MACEDO, 2003, p.35). Essas características seriam a base para a preferência por essas pessoas: “os ‘eleitos’ ou ‘predestinados’ são simplesmente aqueles que se enquadram dentro do plano da salvação realizada pelo Senhor Jesus Cristo”

(MACEDO, 2003, p.36). Com o povo escolhido delineado, Macedo expressa como esses cristãos podem realizar os desígnios de Deus relacionados à construção de um projeto de nação:

É como hoje: o que falta aos cristãos para se estabelecerem politicamente? Na verdade, a resposta para essa pergunta é bastante complexa, mas podemos resumi-la: ações bem coordenadas, que começam a partir de uma conscientização política, estratégias, união em torno dessa nobre causa, que depende em parte dos líderes religiosos que estão à frente do rebanho de Deus. Nessa causa, as questões ideológicas e doutrinárias denominacionais devem ficar a parte; do contrário, deixaremos de cumprir algo que é comum a todos nós, cristãos: executar o grande projeto de nação idealizado e pretendido por Deus (MACEDO, 2008, p.52)

Tal concepção de nação de Macedo é, a todo momento, atravessada por algum lembrete do autor de não estar “incitando um regime teocrático” (MACEDO, 2008, p.10) ou ainda, de não estar sugerindo “que os evangélicos e suas respectivas igrejas se tornem partidos políticos” (MACEDO, 2008, p.33). Esses trechos são importantes porque demonstram que há uma preocupação do autor em relação ao debate da comunidade civil e da opinião pública desse conteúdo político-religioso. E revela que essas noções de povo e nação, cunhadas por Macedo, estão em disputa e, portanto, não poderiam, apesar do assumido excepcionalismo cristão, ser impostas ao conjunto da sociedade.

3.2 DEMOCRACIA

O exame do conceito de democracia neste subcapítulo parte do debate contemporâneo a respeito da democracia nas Ciências Sociais, discutindo sua condição enquanto conceito polissêmico, que abriga uma multiplicidade de significados, e enquanto noção política, que é objeto de disputa em torno das suas atribuições. Posteriormente, foi realizado um levantamento preliminar dos significados da democracia no Brasil por meio da pesquisa em textos de intelectuais políticos, documentos oficiais, jornais e figuras públicas religiosas, demonstrando como os significados associados ao conceito sofreram significativas transformações no contexto histórico-político brasileiro ao longo do século 20.

Lynch (2011) discute que no momento em que a soberania do povo começou a ser vista como o princípio que dá legitimidade e passa a validar a organização das sociedades entre os séculos XVII e XIX, a democracia se torna o único horizonte político possível. Assim, a unicidade em torno da democracia na atualidade, bem como, da crença na sua capacidade de legitimar o direito e o poder político é consenso, tanto entre os grupos evangélicos conservadores quanto entre a esquerda mais progressista, em relação a sua necessidade e efetividade. Como aponta Villas Boas “ainda que tomado a partir de vários matizes, é incontestável que, de um modo geral, atribui-se a democracia um valor positivo” (VILLAS BOAS, 2013, p.652). Logo, revisitar o significado desse conceito fundamental do ideário político brasileiro é central para a compreensão do Brasil e suas mudanças estruturais, além de um conjunto de questões sobre a interação de Macedo com o cenário político e social em que ele atua e sobre os usos que faz do conceito de democracia no recorte dessa pesquisa. Como analisa Koselleck (2006, p.136), o “conceito não só articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar tornando-o compreensível”. E, desse modo, a investigação do conceito de democracia torna possível ao pesquisador perceber o que mudou ou se manteve nas estruturas sociais e políticas do Brasil, identificando as continuidades e inovações dos seus usos, significados e aplicações.

Koselleck em *Futuro Passado* (2006) afirma que no vocabulário político moderno, o surgimento do conceito de democracia teria ocorrido no século XVIII, para designar as novas formas de organização política dos Estados modernos. O autor explica que, enquanto alguns procedimentos herdados da antiga democracia grega, relativos ao governo das leis e ao princípio da igualdade, foram resgatados e

transformados nesse contexto, as mudanças sociais, políticas e econômicas decorrentes da Revolução Industrial tornaram necessárias novas atribuições ao termo, que se tornou um projeto social ou uma expectativa. Bobbio analisa que a democracia moderna manteve a titularidade política do “povo”, o que se alterou foi a substituição da democracia direta pela democracia representativa, que seria a única forma de governo popular possível num Estado de grandes dimensões (BOBBIO, 2000).

Nesse cenário, o conceito tornou-se de expectativa “sob a perspectiva histórico-filosófica – seja legislativa ou revolucionária - precisa satisfazer necessidades até então desconhecidas, que despontam continuamente, para poder liberar seu verdadeiro sentido” (KOSELLECK, 2006, p.107). E por fim, democracia, se transforma no que Koselleck chama de “conceito generalizante”, assumindo a posição de único regime político legítimo e empurrando outras Constituições, modelos e formas de governo para a ilegalidade (KOSELLECK, 2006). Ou seja, é um conceito geral que encontrou em diversas situações históricas condições para a sua aplicação e seu entendimento, mas cujo significado exato sofreu rupturas profundas em contextos diversos, de um país para o outro, de um regime político para outro. Esse processo de metamorfose do conceito expõe o movimento de sobreposições de sentidos que conceitos sofrem ao longo da sua recepção e da história de seus usos.

O filósofo político Norberto Bobbio vai observar que no seu sentido mais amplo e geral a democracia é “uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte como tal se contrapondo as formas autocráticas, como monarquia e a oligarquia” (BOBBIO, 2000, p.7). O autor ainda redigiu o verbete de democracia no *Dicionário de Política* (1998) onde expõe o significado formalista e procedimental do conceito, “método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem toda a comunidade” (BOBBIO, 1998, p.326). O autor aponta a existência de um amplo debate sobre a democracia na teoria política contemporânea expondo a condição do conceito enquanto elemento polivalente, e munido de um repertório mais ou menos amplo de significações, com uma definição elástica, a depender do conjunto de regras do jogo democrático que cada corrente e teórico evoca. Bobbio cita ainda alguns desses procedimentos formais:

3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); [...] (BOBBIO, 1998, p.327)

A generalidade do conceito de democracia, segundo Koselleck (2006), tornou necessário acrescentar definições adicionais ao conceito para torná-lo politicamente funcional, nessa esteira, temos autores como Weber que defendem concepções formalistas do conceito de democracia, enquanto outros teóricos, entre eles Habermas, articulam elaborações sobre o conceito calcadas em premissas mais participativas, deliberativas e populares.

O conceito weberiano de democracia foi desenvolvido na parte final da produção intelectual do autor, por volta de 1917. No período, o autor esteve envolvido no debate sobre a democratização da monarquia parlamentar alemã (SELL, 2011) e sua substituição por um modelo mais próximo ao da democracia parlamentar inglesa. Logo, a construção do conceito de democracia na obra de Weber é atravessada pela atuação política do autor e pelo contexto e repertório político do período. Para o autor, a democracia no sentido genérico “significa simplesmente que não existe nenhuma disparidade formal de direitos políticos entre as diversas classes da população” (WEBER, 1980, p. 91). Entretanto, na elaboração teórica mais específica da democracia plebiscitária articulada e defendida por ele, a concepção do conceito se assenta no que Monteiro, Moura e Lacerda (2005) caracterizam como uma democracia instrumental e restrita, onde o Parlamento assume o papel de mediador dos processos deliberativos, e segundo Weber (1980), se constitui um instrumento efetivo para a democracia representativa. Nessa definição de democracia, o arranjo procedimental funciona para legitimar e formalizar as decisões coletivas pelo voto popular. Deste modo, “a democracia é nomeada como procedimental, porque se define apenas como um sistema de regras para a escolha daqueles líderes os quais tomariam as decisões políticas que garantiriam ou não o bem comum da comunidade que os escolheu” (MONTEIRO; MOURA, LACERDA, 2005, p.160). O eleitor através do voto apenas chancela as decisões periodicamente através dos pleitos, e dessa maneira, a democracia vai consistir apenas num meio de mediação e regulação dos conflitos, pois a luta política fica resumida ao procedimento eleitoral.

No significado articulado por Weber, a participação política das massas não é central, o papel do povo se restringe “à colaboração e votação durante as eleições, que ocorrem em intervalos relativamente longos, a discussão de resoluções, cujos efeitos são sempre controlados em grande escala pelos líderes” (WEBER, 1980, p. 68). Weber tinha reservas sobre a participação política direta do coletivo. Em sua perspectiva a comunidade teria envolvimento político mínimo, dada sua natureza passional e, caberia ao Parlamento, a função de corrigir racionalmente os impulsos emocionais das massas (SELL, 2010).

Autores como Habermas apresentam o contraponto a essa definição normativa mobilizada por Weber e questionam a efetividade da democracia representativa, apresentando outra perspectiva do conceito, baseada na criação de instituições com novos canais de participação, os quais possam contribuir para a construção de um cidadão participativo e interessado nos processos políticos. Nas palavras do autor, “a defesa da concepção política deliberativa a partir do aprofundamento dos vínculos entre o Estado de direito e a democracia radical” (HABERMAS, 2018, p.14)

Na coletânea de ensaios *A inclusão do Outro: estudos de teoria política* (2018), Habermas oferece um diagnóstico sobre as possibilidades e desafios que as democracias enfrentam para a inclusão do outro. A democracia na obra do filósofo e sociólogo alemão é baseada na premissa de que a comunicação entre os cidadãos e seus representantes configuraria um elemento essencial nos processos de tomadas de decisões políticas, além de ser instrumento importante no reconhecimento de direitos, reivindicações individuais e liberdades. Nesse sentido, a “inclusão do outro” dependeria de um conjunto de premissas:

práticas sociais de justificação de normas, regras, valores e interesses em que os próprios concernidos, ao assumir a perspectiva de participantes em deliberações práticas, mais ou menos institucionalizadas em esferas públicas informais e formais, podem se esclarecer sobre o que é igualmente bom para todos do ponto de vista alargado do “nós” de uma comunidade que, em princípio, não pode excluir ninguém (HABERMAS, 2018, p.15)

Desse modo, diferente da conceituação weberiana que desconsidera o lugar da ação coletiva e da mobilização social na construção de democracia, Habermas defende a integração dos mecanismos de representação com os elementos da participação da sociedade civil nos processos de tomadas de decisão.

Importante assinalar, a partir da discussão de Barros, que esses conceitos articulados nas ciências sociais têm atribuições e funções diferentes dos conceitos

que são partilhados por determinada sociedade que faz uso e interage com esses termos no cotidiano, e que são imprescindíveis para a vida comum (BARROS, 2016). José D'Assunção Barros relembra que conceitos são mediadores entre a realidade e os indivíduos, e como tal, esses conceitos políticos e sociais se relacionam com a realidade que desejam explicar e descrever (BARROS, 2016). Entretanto, no campo das ciências, essas noções demandam maior precisão, de modo a esclarecer a diferença entre as dimensões que operam no âmbito científico e no cotidiano. Barros traz o conceito de “revolução” na obra de Hannah Arendt, observando que o esforço de conceituação apresentado por Arendt “mostra-se muito mais enriquecido, ao propor uma ampliação da sua ‘compreensão’ e uma redução da sua ‘extensão’, do que o conceito banalizado proposto por um dicionário comum” (BARROS, 2016, p.8).

Até agora foram observados os conteúdos teórico-sistemáticos associados a noção de democracia a partir das concepções desenvolvidas por teóricos sobre o conceito. A seguir será examinado o conceito no contexto das disputas políticas e semânticas pelas suas atribuições, e de que maneira o termo sofreu alterações e ressignificações em seus sentidos no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI.

3.2.1 O conceito de democracia no Brasil

O pesquisador Christian Lynch analisa que o conceito de democracia no Brasil, entre 1770 e 1880, esteve associado à sua definição histórica, fazendo referência à *polis* grega, além de imbuído de conotação negativa que pôde ser observada pelo estudioso, nas fontes oficiais de autoridades coloniais. Segundo Lynch, o conceito se ampliou na segunda metade do século XIX, mantendo os conteúdos de 1820 relativos ao “combate contra a autonomia do poder monárquico e ao apoio a centralização política” (CUNHA, 2018, p.94), mas acrescidos de duas novas valências “democracia enquanto forma político-eleitoral e democracia como sociedade igualitária” (LYNCH, 2011, p.381).

No contexto das profundas transformações políticas e sociais pelas quais passou o país nos anos 1930, com a instauração do Estado Novo e a chegada de Vargas ao poder, bem como, os processos de industrialização, aumento da urbanização no Brasil e a instituição da legislação social e trabalhista, o conceito de democracia passou por significativas transformações. Nesse cenário, como analisa

Feres e Jasmin (2006), relacionar os conceitos políticos e sociais com as continuidades e rupturas das estruturas políticas e institucionais implica pensar essas construções conceituais nos momentos de mudança rápida.

O historiador Diogo Cunha defende que essa ressignificação da noção de democracia no período se alicerçou em três características principais: o anticomunismo, o antiliberalismo e a “demofobia” (2018, p.98). Esses elementos foram peça chave para a elaboração do pensamento político de correntes conservadoras e autoritárias no Brasil e que se mantiverem mais ou menos estáveis no discurso político desses grupos até o fim do regime militar (1964-1985). Essa mudança no entendimento da democracia no período, vinculado à “verdadeira democracia” fica visível na obra de intelectuais da direita autoritária, como Azevedo Amaral. Cunha explica que esse pensador considerava o regime instaurado após o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas em 1937, algo que não era nem uma ditadura fascista e nem uma democracia liberal, era uma “democracia autêntica” (CUNHA, 2011). Essa era uma das definições da democracia que circulava entre os grupos intelectuais da direita no período, e se baseava na premissa de uma sociedade organizada de forma hierárquica, fundamentada politicamente através de eleições indiretas, cujos eleitores formavam um grupo reduzido de indivíduos detentores de um nível de cultura e inteligência acima das capacidades médias dos votantes comuns. Dessa maneira, essa noção de democracia contrapõe-se às atribuições tradicionais do conceito, que se fundamentam em princípios de igualdade e de direito ao voto, e nessa perspectiva, nas palavras de Amaral, configuram práticas inaceitáveis politicamente, juntamente com as “eleições diretas, a duração fixa dos mandatos, as restrições à autoridade executiva, a “ficção” da divisão dos poderes” (AMARAL, 1938, p.186). Assim, uma das premissas acerca da democracia adotada nos anos de 1930 era a de uma “democracia autêntica”, ou seja, uma democracia que “pode prescindir dos mecanismos elementares da representação, do princípio da separação de poderes, do pluralismo partidário, da liberdade de associação e de expressão” (CUNHA, 2008, p.119).

Ainda sobre as concepções acerca da democracia nos anos 30, a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes defende a ideia de democracia autoritária durante a Era Vargas. Gomes explica que o antiliberalismo do governo brasileiro estava alinhado a uma tendência internacional, o que tornou o ambiente político propício para que o

pensamento autoritário naquele momento capturasse o conceito de democracia e o investisse de novos significados

preenchendo-a de sentidos inteiramente novos e encontrando ampla recepção tanto junto às elites, como nas camadas populares da população. O significado histórico da palavra democracia, particularmente no caso da experiência brasileira, esteve associado à dimensão social e não política, o que permitiu a construção de um conceito aparentemente paradoxal: “democracia autoritária” (GOMES, 2005, p.107).

A autora argumenta que não só a adoção do antiliberalismo possibilitou essa integração entre dois conceitos políticos antagônicos, como “democracia” e “autoritária”, mas que políticas de proteção social também foram essenciais para consolidar essas novas atribuições do conceito de democracia no período. Dessa maneira, o governo brasileiro pós-1930 era centralizado, forte e antiliberal, mas que não perdia a sua premissa democrática por se constituir num Estado justo e protetivo (GOMES, 2005).

Os trabalhos de Cunha (2011) e Rezende (1996), apontam que uma conotação parecida do conceito de democracia foi assumida em 1964 em ocasião da “revolução em defesa da democracia”. Maria José de Rezende chama a atenção para o significado atribuído à democracia em 1960 pelo poder público, e como após o golpe civil-militar o conceito foi monopolizado, sobretudo pelas lideranças do IPES⁴⁵ (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), órgãos de representação pública dos interesses empresariais (Rezende, 1996) e ficou vinculado ao “combate aos comunistas”. Ser democrata nesse contexto “era lutar contra todas as possibilidades de reformas de base, todas as organizações sindicais e trabalhistas de esquerda e todas as convicções não cristãs que, para eles, só serviam para tornar descredida a empresa privada.” (REZENDE, 1996 p.36). Essa interpretação de democracia consubstanciou a concepção de democracia no interior dos grupos no poder na década de 60, concepção essa “fundada no princípio de desarticulação e/ou eliminação, através de inúmeros instrumentos, das forças sociais opostas”. (REZENDE, 1996, p.36).

⁴⁵ “O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em 1962 por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo. O IPES lutava contra o comunismo e pela preservação da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, propunha várias reformas econômicas e sociais. Vários membros do IPES participaram do governo Castelo Branco, e muitas das ideias desenvolvidas no Instituto foram aproveitadas pelo primeiro governo militar” (CARVALHO, 2002, p.159).

Interessante observar que dicionários que circulavam no Brasil antes do golpe de 1964, como o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1955), trazia a seguinte definição de democracia “força, poder do povo, governo popular” (NASCENTES, 1955, p.151). Muito próxima da definição histórica da democracia, o que demonstra não só o litígio em torno das atribuições políticas e sociais do conceito no período, mas torna claro que a direita autoritária brasileira, e posteriormente o Estado, não possuíam o monopólio absoluto do conceito.

Como podemos observar as significações atribuídas a democracia no período do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985) não só possuem aproximações, como também contribuíram de maneira decisiva para legitimar esses períodos autoritários. Nos anos 30 com a “democracia autêntica” e em 64 com “a revolução em defesa da democracia”, esses conceitos deram conta de validar experiências políticas. Sobre o assunto Cunha vai defender que o

o argumento das elites políticas e militares de direita no momento do golpe de Estado de 1964, a saber, que a intervenção militar fora uma “revolução em defesa da democracia” não era novo e se inscrevia em uma linguagem própria dos intelectuais autoritários da década de 1930. A associação desses dois conceitos, por parte da intelligentsia conservadora autoritária, começará a desaparecer somente a partir de meados da década de 1970 (CUNHA, 2018, p.86)

O editorial do jornal *O Globo* publicado em 2 de abril de 1964, intitulado “Ressurge a democracia”, também reforça essa significação dada ao conceito de democracia no período, quando o texto proclama

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das forças armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições (O GLOBO, 1964, p.1)

Essas duas situações são interessantes para refletir sobre a circulação do conceito de democracia pós-1964. A publicação desse editorial dois dias depois do golpe de Estado consubstanciou a narrativa da “Revolução de 64” ser um pacto das forças armadas e da sociedade civil para salvar a nação da ameaça comunista e da “irresponsabilidade do governo” de João Goulart. O texto aponta ainda para a difusão

cotidiana do conceito, não restrita apenas aos círculos intelectuais da direita ou aos institutos que representam os interesses empresariais, o que demonstra as relações de tensão e ambiguidade entre a noção de democracia e a narrativa oficial do Governo militar, a mídia e o termo falado no dia a dia. E ainda, desvelam que as mudanças no conceito vieram acompanhadas de transformações políticas e sociais do período, e que a permanência de algumas características da democracia em 1964, são herança dos anos 30.

A ideia de uma “democracia autêntica” – ou seja, uma democracia que pode prescindir dos mecanismos elementares da representação, do princípio da separação de poderes, do pluralismo partidário, da liberdade de associação e de expressão – data dos anos 1930 e ela não desapareceu completamente (CUNHA, 2018, p.119)

Durante o governo Geisel (1974-1979), a questão democrática se torna tema central no debate político do período, entra em litígio os seus limites, atribuições e caminhos possíveis, passando a ser objeto de interesse de grandes parcelas da população. Marcos Napolitano (2014) afirma que nesse contexto a democracia foi amplamente debatida: “o governo, a seu modo, falava em democracia, os empresários falavam em democracia, os intelectuais falavam em democracia, os partidos falavam em democracia, embora a palavra tivesse diversas conotações” (NAPOLITANO, 2014, p.216). O autor desenvolve o argumento de que o valor da democracia estava em disputa nesse momento de abertura “lenta e gradual”, e se transformou numa noção de convergência entre agentes políticos da oposição, ainda que eles possuíssem diferentes projetos para a transição política, bem como, leituras e valorações particulares distintas (NAPOLITANO, 2016). A esquerda, de maneira geral, se ancorava em interpretações mais aproximadas da democracia deliberativa e comprometida com “a política ampla de alianças para democratizar o país, privilegiando uma ação frentista e unificada das oposições, parlamentar e institucional, que isolasse o regime” (NAPOLITANO, 2016, p.216). Círculos intelectuais de esquerda nesse cenário, também calcavam suas noções de democracia enquanto contraponto da democracia formal e baseavam suas demandas na ampliação de direitos sociais e maior participação política popular.

Durante o processo de transição democrática no Brasil pós-ditadura, a democracia sofreu uma importante ruptura de significado, e agora “se referem a valores humanos fundamentais como as liberdades políticas e individuais, e os meios

que permitem torná-los efetivos, como os procedimentos assegurados pelo funcionamento das instituições democráticas” (MOISÉS, 2010, p.203). Sobre a carta constitucional de 1988, Freire e Carvalho analisam que

malgrado as críticas dos que apontam para o papel superdimensionado dos militares no novo regime, veio a produzir importantes (e duradouras) novidades no sistema político brasileiro, seja ao mirar a equipolência dos poderes, seja na expansão dos direitos dos cidadãos, seja também em assegurar ampla liberdade aos atores políticos” (FREIRE; CARVALHO, 2018, p.157)

É possível observar a mudança no conteúdo atribuído à democracia no discurso feito pelo deputado Florestan Fernandes (PT/SP) em 28 de setembro de 1987 durante sessão na Assembleia Nacional Constituinte

fala-se em democracia participativa, essa democracia participativa é uma forma de organização da sociedade civil que abre perspectivas e caminhos para uma participação crescente do cidadão nas atividades mais importantes, na percepção e na explicação dos problemas mais importantes de um país. (FERNANDES, 2014, p.141)

Florestan Fernandes acompanhou de perto o processo de redemocratização enquanto deputado constituinte e no trabalho intelectual de sociólogo buscou discutir ativamente a consolidação da democracia no país, e identificar quais problemas impediam a formação do que ele chamou de integração de ordem democrática. O trecho do discurso acima, esclarece que os conteúdos da noção de democracia naquele momento estavam mais próximos da definição de democracia participativa, aliando premissas procedimentais e de participação coletiva da sociedade civil. Esses elementos foram materializados na Constituição Federal e ganharam procedimentos específicos para atender a emergência de participação política dos cidadãos e cidadãs brasileiros/as, como: 1) liberdade de expressão e de associação; 2) o direito a voto e à informação alternativa; (3) o direito dos líderes políticos de competirem por apoio; (4) a elegibilidade para cargos públicos; (5) as eleições livres. (SALES, 2014, p.60).

Assim, observa-se no contexto de atuação de Macedo, durante a primeira década dos anos 2000, que as atribuições e significados do conceito de democracia são herdados das democracias representativas e participativas, tão características nos anos de 1980. Villas Boas (2013), fundamentado em Rosanvallon, aponta que “a demanda de grupos sociais de novas formas de participação e decisão expressaria a tendência crescente dos cidadãos de não se contentarem mais em simplesmente

eleger seus representantes, assinando-lhes um cheque em branco” (VILLAS BOAS, 2013, p. 653).

Para Leonardo Avritzer e Boaventura Santos (2002), os aspectos procedimentais da democracia teriam esvaziado o conceito, restringindo significativamente as maneiras de participação popular em favor da centralidade dos processos eletivos para os governos. Ele sugere um modelo contra-hegemônico de democracia, com novas formas, novas gramáticas de organização da sociedade e de relação entre o Estado e a sociedade (AVRITZER; SANTOS, 2002). Contudo, cabe salientar, que as democracias participativas em países com processos de democratização recentes, caso do Brasil e de outros países da América latina, dependem de uma “relação mais próxima entre Estado e sociedade civil, ou seja, da abertura de espaços em que a sociedade possa se manifestar” (MONTEIRO; MOURA; LACERDA, 2015, p.165).

Portanto, não parece ser coincidência que durante os governos Lula exista um esforço do Estado em incluir outros setores da sociedade civil na produção e na participação das políticas públicas, e ainda, uma ampliação da participação política dos cidadãos para o alargamento e fortalecimento da democracia. A própria formação do PT se fundamenta na defesa da participação “como elemento indissociável de uma visão de democracia política e econômica [...] presente desde a fundação do partido e permanece nos documentos internos até hoje”. (BEZERRA, 2019, p.1). Os Conselhos, Conferências, Ouvidorias, Mesas de Diálogo, Fóruns e Audiências Públicas, são alguns dos mecanismos de participação incentivados pelo governo Lula e podem ser entendidos como exemplos de diálogo entre o Estado e a população com ampla adesão dos movimentos populares e da sociedade civil. Cabe ainda salientar, que países recém-saídos de ditaduras e com democracias tão jovens, como Brasil, se veem dependentes de modelos democráticos participativos menos radicais, e mais aproximados de modelos que reconheçam na aproximação entre o Estado e sociedade civil, a possibilidade de abertura de novos espaços de luta e de manifestação.

Em documento publicado em 2011 pela Secretaria Geral da Presidência da República, intitulado *Democracia participativa: nova relação do Estado com a sociedade (2003-2010)*, o texto vai defender que

A participação social, além de legítima é legitimadora, porque inegavelmente fortalece a democracia, tem prestado notáveis serviços ao país. Problemas crônicos e mazelas supostamente insuperáveis puderam ser enfrentados e resolvidos pela negociação dos setores interessados, desde que o governo apostou no processo e compartilhou seus desafios políticos e operacionais. (BRASIL, 2011, p.9)

O texto oficial do governo Lula reconhece a importância dos movimentos sociais e da sociedade civil nessa relação de mediação com o Estado para promover os interesses de diferentes grupos e defender os múltiplos espaços de deliberação e participação política.

Na gestão petista e no texto institucional da Secretaria Geral da Presidência da República os tópicos que envolveram as formas de participação política direta do cidadão, o alargamento do significado de democracia e a adoção de diferentes instituições participativas foram trabalhados com particular interesse pelo Governo federal. Já nos textos de Edir Macedo aparecem preocupações semelhantes sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil no processo de participação política, sobre qual o papel/função do cidadão no sistema político e quais os limites e possibilidades da democracia no Brasil. Isso revela a maneira como Macedo interage com o governo Lula e com os principais temas sociais e políticos pautados no discurso público do período. Dessa maneira, demonstra a validade da discussão conceitual que aponta para o modo como os “ambientes históricos e culturais influenciam de maneira direta as escolhas das questões a serem estudadas e, sobretudo, a própria linguagem específica que vai balizar o debate das ideias” (BARROS, 2008, p.9).

Macedo compreende democracia como um sistema político em que é “o voto popular que define os mandatários. Este voto é de igual valor para todos, seja a pessoa de classe econômica elevada, seja o voto do próprio presidente da república, ou seja, ainda, o voto do paupérrimo” (MACEDO, 2008, p.28). O autor constrói a sua noção de democracia sob alguns pilares fundamentais: o debate quanto à necessidade de participação política direta dos cidadãos e o incentivo ao voto, a sacralização do conceito, por meio de elementos do campo religioso, e a instrumentalização da democracia para a defesa de seus interesses institucionais. Edir Macedo defende, grosso modo, que a participação política efetiva muda a motivação das pessoas e dos grupos, a comunidade deixa de aceitar passivamente as decisões que vem de cima pra baixo e assumem o lugar de tomar suas próprias decisões políticas. E assim, “o ideal é que o povo esteja representado à mesa de

discussões do poder e ter maioria, ou melhor ainda, sendo maioria e presidindo-a” (MACEDO, 2008, p.96). Além disso, a participação do segmento pentecostal no campo político os protegeria das injustiças e perseguições a que são submetidos, segundo Macedo, e dessa maneira

nos reinos deste mundo, os cidadãos têm de obedecer às suas leis e regras, independentemente do retorno de justiça por parte das autoridades. Muitas vezes são impostas obrigações sem nenhum retorno e muitas leis são feitas para beneficiar ou punir apenas uma minoria da sociedade (MACEDO, 2006, p.98)

É ainda, possível observar, que na articulação da noção de democracia, Macedo também procura convencer o leitor que as relações entre os protestantes e a democracia, questionada pela mídia, pela academia e pelo próprio meio político, nada tem de nociva. Pelo contrário, tal articulação dos cristãos na arena política seria um elemento importante para a consolidação democrática. Sobre o tema Macedo defende que “as pessoas, se não assimilarem bem esse conceito, podem passar a odiar a política, portanto deixam de discuti-la, o que não é produtivo pra o amadurecimento e consolidação da democracia, e, conseqüentemente, a busca pelo bem comum” (MACEDO, 2008, p.94).

As relações entre os cristãos pentecostais e a democracia desperta questionamentos sobre as implicações da participação política desses grupos e dúvidas sobre os perigos que esses agentes religiosos representariam desde a sua inserção no campo político nos anos 1980. Sobre o tema, Baptista (2007) debate a afinidade que o pentecostalismo encontrou com o autoritarismo característico da cultura latino-americana. O autor explica que essa compatibilidade é resultado da “ideologia fundamentalista, autoritária e intolerante, trazida dos Estados Unidos no bojo da proposta pentecostal” (BAPTISTA, 2007, p.16). O protestantismo histórico teria seu berço no liberalismo, compartilhando os valores da ética protestante na vida econômica e introjetando valores democráticos. De sua parte, conforme Freston (1999, p.334), o pentecostalismo surgiu da amálgama da “cultura do catolicismo popular, sincrética, corporativista e politicamente passiva”. Por outro lado, ainda que essas igrejas sejam dotadas de traços repressivos e corporativistas, as igrejas pentecostais e neopentecostais também se articulam em torno de práticas internas que incentivam atributos democráticos, mobilizam sua base de fiéis a se envolverem em atividades sociais, valorizam a dignidade e trabalham na formação de lideranças.

Se no campo de discurso o bispo aponta para a necessidade do diálogo, do debate e da participação efetiva como solução para determinados problemas sociais (MACEDO, 2009), no plano da prática política e social, isso de fato se materializa. As igrejas são corpos sociais e espaços de socialização, as igrejas compartilham ensinamentos, propagam uma moral, práticas comportamentais, introjetam juízos de valor sobre variados temas e a sociedade, constroem e difundem uma visão de mundo. Enquanto locais de reunião e associação também proporcionam oportunidade aos fiéis para se relacionarem com outras maneiras de participarem de atividades sociais, como por exemplo em sindicatos, associações de moradores. Além disso, “os fiéis mais ativos nas Igrejas, e que mais reivindicam os dons carismáticos, tendem a ser os mais ativos em suas comunidades locais e categorias profissionais” (FREESTON, 1999, p.337).

Além de fortalecer a participação social e incentivar coletivamente a atuação dos cristãos em torno da luta por suas pautas e reivindicações, tal atuação efetiva contribuiria para consolidar a democracia, além de favorecer o plano de Deus

Aqueles que não se atualizam não conseguem acompanhar essas mudanças e ficam atrofiados e retrógrados em seus conceitos e, portanto, fadados a estagnação social. Isso é ruim para a democracia e para o objetivo que diz respeito a um ideal supremo que pretende envolvê-los. (MACEDO, 2008, p.26)

O repertório político em uso por Macedo, bem como a mobilização do conceito de democracia dentro de seu discurso é recoberto com elementos simbólicos do sagrado. Como analisa Oro (2006)

[...] ela traz para o campo político e para a construção da sua representação política elementos doutrinários e discursivos próprios do campo religioso, reproduzindo um procedimento comum aos evangélicos, especialmente os pentecostais, de “religiosizar o político”, ou de “confessionaliza-lo” (ORO, 2006, p.128)

Logo, nesse cenário, o conceito de democracia articulado por Macedo passa por esse processo de confessionalização, quando o autor defende que a falta de engajamento político dos evangélicos é ruim não apenas para a democracia, mas também prejudica os planos de Deus, que dependem da mobilização dos cristãos para a construção de uma nação de Deus. Autores como Guadalupe e Carranza destacam que esse denominador teológico vem sendo mobilizado pelas direitas cristãs, que vão indicar um movimento de “sacralização na ascensão ao poder” desses grupos (GUADALUPE E CARRANZA, 2020, p.13). Quando o bispo aponta que a realização

do “grande sonho Divino” depende da conscientização e participação política coordenada dos cristãos pentecostais, ele evoca justificativas religiosas não só no discurso político, mas no próprio campo da construção da sua representação na política: “quanto tempo ainda levará para que Deus realize o Seu grande sonho de nação? Quando todos os que se dizem Seus estiverem conscientizados, dispostos e disponíveis a isso” (MACEDO, 2008, p.54).

Em Macedo, a democracia e a participação cidadã são meios para se alcançar um objetivo final, que seria o projeto de nação de Deus. Assim, o bispo da Universal tende a “mobilizar na esfera política crenças, valores, símbolos e cosmovisões do seu universo simbólico [...]” (ORO, 2003, p.54) para validar suas práticas e atuação política. No trecho abaixo ele trabalha exatamente com essa premissa

Tudo é uma questão de engajamento, consenso e mobilização dos evangélicos. Nunca, em nenhum tempo da história do evangelho no Brasil, foi tão oportuno como agora chamá-los de forma incisiva a participar da política nacional. E, mais ainda, consolidar o grande projeto de nação pretendido por Deus. Imagina-se que todos os que dizem proferir essa fé se engajaram nesse ideal divino. (MACEDO, 2009, p.104)

A discussão sobre democracia também parece que cumpre a função de descolar dos evangélicos o rótulo de defensores de regimes teocráticos, fanáticos e autoritários, e atribuir tal característica a sua principal adversária no campo religioso, a Igreja Católica. Macedo levanta essa questão quando afirma que “há mais de meio milênio o País tem sido governado pela mesma cultura “semitocrática”” (MACEDO, 2008, p.10) e que “é necessário, portanto, ter o mínimo de discernimento e bom senso para entender que esta obra não se propõe a incitação de um regime teocrático. Até porque o Estado brasileiro é laico e a liberdade de crença é assegurada constitucionalmente” (MACEDO, 2008, p.10). O autor destaca ainda a virtude como qualidade intrínseca dos cristãos pentecostais para garantir a manutenção da democracia, através da mobilização dos evangélicos, participação coletiva nas tomadas de decisões e na moralização do espaço político. Essa afirmação é exemplificada na passagem que diz “A ascensão de José ao poder foi devido ao mérito de suas ideias. Ele foi, também, um bom exemplo da definição literal de honradez, e este é um princípio de todos aqueles que temem a Deus, como já dissemos” (MACEDO, 2008, p.96). Para Macedo, “os 40 milhões ou mais de evangélicos no Brasil, ainda não em sua totalidade, trazem consigo essa identidade de compromisso com o coletivo e a consolidação da democracia” (MACEDO, 2008, p.104).

Essa virtude para governar que Macedo defende, e que seria inerente aos evangélicos, se relaciona com o conceito de batalha espiritual, “que prega que a “transformação do Brasil há de começar pela restauração espiritual da nação. Deus está levando homens cheios do Espírito para a tomada dos postos de comando” (FRESTON, 1999, p. 338). No capítulo o *Agente Apropriado*, Edir Macedo analisa mais detidamente essa ideia de agentes religiosos serem necessários para moralizar a política, e elenca alguns dos atributos que seriam necessários para o cristão que assumisse essa missão, são eles: “espírito público, visão vanguardista, senso administrativo, inteligência (espírito) e responsabilidade social” (MACEDO, 2008, p.16). Para exemplificar esse agente apropriado, Macedo se volta para experiência positiva de governo de Daniel, um dos mais conhecidos profetas do Antigo Testamento: “outra referência de político e sinônimo de honra e fé foi Daniel. Em seu tempo, e no seu caso em especial, observamos um quadro demonstrativo de inversão de valores e de degradação moral por parte de seus adversários políticos. (MACEDO, 2007, p.96). Além desse papel moralizante, Freston (1999) aponta para o elemento triunfalista na narrativa teológica de algumas designações evangélicas, alicerçada na ideia “de que os evangélicos têm um direito divino de governar” (FRESTON, 1999, p.338). Em uma passagem do livro, Macedo torna clara essa pretensão quando afirma

Quantas pessoas tem de fato a compreensão do verdadeiro significado da política? Maquiavel definiu como “a arte de governar e estabelecer poder” (O Príncipe). Sendo assim, do ponto de vista de Deus, com quem você acha que Ele desejaria que estivesse esse poder e domínio? Nas mãos do Seu povo ou não? (MACEDO, 2008, p.12)

O pesquisador Leonildo Campos (2002) analisou trechos de edições da *Folha da Universal* escritos por Macedo nos anos 90 que demonstram algumas estratégias e bases teóricas que orientam o modo iurdiano de fazer política e reforçam essa premissa triunfalista

A política é exercida por cidadãos, e estes compõem a Igreja. Não dá para separar. [Perguntado se ele já pensou algum dia em ser presidente do Brasil, Macedo respondeu] Nunca. O que desejamos é que os presidentes do Brasil e de outros países sejam pessoas verdadeiramente cristãs e comprometidas com a justiça social (CAMPOS apud *Folha Universal* – 05/11/1995, p.8)

O voto como única ferramenta de participação política é desencorajado em prol de uma participação cidadã mais efetiva e a atuação em outras frentes com a ampliação do processo participativo da sociedade civil. Tanto Macedo quanto os

governos de Lula apontam para a condição de alargamento do entendimento sobre a democracia e de seus limites. Esses indícios de aproximação de ideias e de um quadro de princípios e noções políticas compartilhado e endossado por Macedo no período, pelo menos no manejo do conceito de democracia naquele momento, mostram que o governo Lula e Edir Macedo publicaram obras, resoluções e publicações partidárias discutindo os valores e os procedimentos da democracia com particular interesse e com significações aproximadas. E que naquele contexto a vinculação dessa definição e desses conteúdos associados ao conceito de democracia atendia aos interesses institucionais de Edir Macedo e da Igreja Universal, e que futuramente poderia se manter ou não⁴⁶.

Como aponta Koselleck (2006), a história dos conceitos oferece condições para investigar, a partir de um conjunto de conceitos políticos específicos adotados por atores políticos, o campo das experiências vividas num determinado período. No caso deste trabalho, acompanhar a trajetória de conceitos fundamentais do repertório político nacional, em todas as suas contradições e diversidades, bem como, as atribuições e os sentidos em torno dos quais Macedo, na primeira metade dos anos 2000, formulou suas posições para alcançar um lugar no espaço público de poder. Dessa maneira, a constatação dos conceitos enquanto construções intelectuais em disputa, torna relevante a percepção de Edir Macedo, enquanto figura política e religiosa de influência, em torno desses conceitos-chave, não só para pensar a mobilização desses termos e narrativas nas discussões políticas do período, mas também para refletir sobre o papel que desempenha o discurso religioso no debate público e nas práticas políticas para consolidação e desenvolvimento da democracia no Brasil. Além disso, cabe ainda ter em conta o repertório moral acionado por esses agentes sociais, balizando o debate e influenciando em temas como Direitos Humanos, educação, gênero, direitos sexuais e reprodutivos.

⁴⁶ Em matéria publicada em 18 set de 2019 no veículo de comunicação R7 (pertencente ao grupo Record), o texto vem com a chamada “Para fazer as coisas rápido, a ditadura é o melhor regime”, e defende que a ditadura pode ser positiva por não “precisar convencer ninguém, nem criar coalizões” e que a democracia “causa frustração e cria indignados”, dada a repercussão negativa do texto ele foi apagado da plataforma do R7. Ver mais em: <https://reporternordeste.com.br/R7-ATACA-DEMOCRACIA-E-LOUVA-DITADURA/>. Consultado em: 15 jun. 2021.

3.3 CIDADANIA

Nesse subcapítulo vamos abordar o último conceito a ser analisado neste trabalho, a cidadania. Faz-se necessário um breve levantamento das continuidades e rupturas relativas a este conceito no Brasil, ressaltando as diferenças e aproximações dos seus usos vinculados ao contexto social e histórico em que ele é mobilizado. Percebe-se que a flexibilidade nos usos, apropriações e transformações da cidadania reflete não só em sua possibilidade de ser reivindicado por múltiplos atores sociais, mas também na diversidade de interesses e de objetivos políticos em torno desse conceito. Por essa razão, vamos centrar nossas atenções nas relações da cidadania no Brasil contemporâneo com os evangélicos, sobretudo, a Igreja Universal e Edir Macedo, partindo da Constituição de 1988 até o governo Lula. O objetivo é discutir quais elementos sustentam a visão de cidadania do bispo Macedo, enquanto agente político e religioso, de que maneira a perspectiva dele sobre o tema se relaciona com seu discurso político e quais movimentos de disputa, aproximação e atrito vão marcar as relações de Macedo com o governo Lula, conhecido pelos avanços conquistado no campo da cidadania, e com seus pares na comunidade evangélica.

Entende-se que as noções delineadas pelo autor auxiliam um entendimento mais profundo acerca do que as lideranças evangélicas pentecostais pensam a respeito da cidadania e como elas enxergam o papel das igrejas nesse processo e os limites que esses grupos estabelecem entre as noções do público e o privado. Além disso, pretende-se demarcar que a discussão da cidadania está atrelada às lutas políticas e sociais do presente e que Edir Macedo é um exemplo de como o conceito assume diferentes significados e como eles refletem disputas, conflitos e projetos políticos múltiplos.

No Brasil, as configurações da cidadania atravessaram importantes transformações e seus usos passaram por constantes revisões e mesmo novas significações. Muitas dessas mudanças semânticas vieram associadas a própria condição da cidadania no Brasil, incompleta e instável, em que direitos podem ser revistos, retirados ou concedidos dependendo da conjuntura política e de quem estiver no poder. Viscardi e Perlatto (2018) vão apontar para o processo de construção coletiva que é a cidadania no país, “de perdas e ganhos, de disputa entre diferentes interesses, que encontraram no contexto da transição democrática uma nova janela de oportunidades” (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p.449).

A história do conceito de cidadania se inscreve na longa duração e remonta à Antiguidade. A expressão vem do latim *civitas*, e se refere ao indivíduo que habita a cidade. Botelho e Schwarcz (2013) vão discutir que na Grécia antiga o conceito “adquiriu os significados de liberdade, igualdade e virtudes republicanas, ainda hoje a ele associados” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2013, s.p). Os autores ainda discutem que apesar da cidadania figurar como categoria central e de prestígio na agenda política das sociedades contemporâneas, não existe consenso quanto à sua definição. Além da dificuldade de definição, autores como José Murilo de Carvalho (2002) apontam para outros níveis de complexidade prática que acompanham o conceito. A conquista e o exercício de direitos, como voto e liberdade de pensamento, não necessariamente garantem o acesso a emprego, segurança e educação. Desse modo,

a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. (CARVALHO, 2002, p.8-9)

Com relação ao tema, Pinsky defende que ser cidadão é “ter direito à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei: e, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos” (PINSKY, 2005, p.9). A cidadania moderna surge na formação dos Estados-nação, o *status* de cidadão nesse contexto está atrelado a posição do indivíduo reconhecido enquanto membro de uma comunidade. Para Viscardi e Perlatto (2018) a cidadania, do ponto de vista substantivo, consiste “na posse de um conjunto de direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais e que sejam previstos em lei. Uma vez que o conceito nasceu com a formação dos Estados nacionais, do ponto de vista formal, significa também pertencer a um desses Estados” (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p.447).

Publicado em 1823, no *Diccionario da língua portuguesa*, escrito por Antonio de Moraes e Silva, não consta a palavra cidadania, somente o verbete cidadão que é descrito como “homem que goza dos direitos de alguma Cidade, das isenções, e privilégios que se contêm no seu foral, posturas, &c” (SILVA, 1823, p.412). Essa definição de cidadão do início do século XIX traz um caráter local ao cidadão e não vinculado à nação. Ressalta-se também no verbete o reconhecimento da existência de privilégios políticos que acompanham essa posição. No *Diccionario da lingua*

brasileira, de Luiz Maria da Silva de Pinto, publicado em 1832, o termo cidadania ainda não aparece e a definição de cidadão e cidadoa diz respeito a quem “goza dos direitos de huma cidade, etc. Visinho de huma Cidade’ (PINTO, 1832, s.p). Losada (2009) explica que na segunda metade do século XIX não só os dicionários portugueses, mas também os espanhóis na Iberoamérica passaram a conceituar o cidadão dentro da lógica do homem com privilégios no mundo urbano e nacional, e que esse novo significado seria mobilizado nas novas Repúblicas hispano-americanas. Ou seja, a mudança semântica no conteúdo do termo veio associada a rupturas políticas e sociais, relacionadas ao fim do Antigo Regime e a ascensão das Repúblicas.

Carvalho afirma que, com relação à cidadania no Brasil, pouco progresso foi alcançado entre o Império (1822-1889) e a primeira República (1889-1930). Entretanto, cabe destacar, que a principal e mais importante conquista nesse período foi a Abolição da Escravatura e a declaração de direitos civis aos ex-escravos. Carvalho destaca o caráter mais “formal do que real” desse processo de concessão de direitos, e completa, que “a passagem de um regime político para outro em 1889 trouxe pouca mudança. Mais importante, pelo menos do ponto de vista político, foi o movimento que pôs fim à Primeira República, em 1930” (CARVALHO, 2002, p.13).

Para a historiadora Tania Regina De Luca (2005) a nova ordem política republicana, e com ela a Constituição de 1891, trouxe a ampliação dos direitos políticos, estendendo o direito de votar e ser votado para todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 e do sexo masculino “excetuando-se mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos sujeitos a voto de obediência que importasse na renúncia da liberdade individual” (DE LUCA, 2005, p.469). Com relação aos direitos civis constam na Constituição de 1891 os 31 incisos do artigo 72 que asseguram, entre outras coisas, que “Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselhos” (BRASIL, 1891). Assim como Carvalho destacou, sobre esses novos direitos, De Luca também argumenta existir uma distância considerável entre a lei e sua efetivação na prática, com relação a carta constitucional de 1891 nas primeiras décadas republicanas.

Semanticamente na primeira década do século XX, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado por Candido de Figueiredo, trazia os dois verbetes: cidadão e cidadania, sendo cidadania “a qualidade de cidadão” (FIGUEIREDO, 1913,

p.443) e cidadão o “morador de uma cidade. Aquelle que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” (FIGUEIREDO, 1913, p.443). O que demonstra a existência da circulação de diferentes significações do conceito e a disseminação de novas ideias que vieram com as mudanças políticas e sociais desse período de transição política.

Os anos de 1930 foram marcados por profundas mudanças na estrutura da sociedade brasileira e diversas transformações no campo social e político. Com relação à cidadania, destacados foram os avanços e conquistas de direitos sociais previstos na Constituição de 1934, a qual garantiu “a proibição da diferença entre salários pelo mesmo trabalho, as 8h diárias de expediente, o pagamento de férias e, de modo inovador, incluiu referências aos grupos indígenas” (GARGARELLA, 2014, p.219). Carvalho complementa, destacando a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio, com a qual “veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho. A partir desse forte impulso, a legislação social não parou de ampliar seu alcance” (CARVALHO, 2002, p.87-88). Com relação aos direitos políticos, Carvalho (2002, p.87-88) afirma que dos anos de 1930 em diante o país entrou numa fase de instabilidade política, alternando-se entre ditaduras e regimes democráticos, até a redemocratização.

O golpe militar de 1964 consagrou severas restrições aos direitos civis e políticos por meio da repressão e violência institucionalizada. Com relação a cidadania, Carvalho (2002) aponta algumas aproximações que podem ser verificadas entre o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985), entre elas a concessão de direitos sociais

Os dois períodos se assemelham ainda pela ênfase dada aos direitos sociais, agora estendidos aos trabalhadores rurais, e pela forte atuação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. Pelo lado político, a diferença entre eles foi a manutenção do funcionamento do Congresso e da realização das eleições no regime implantado em 1964. (CARVALHO, 2022, p.157)

Ainda assim, se observa que mesmo esses direitos sociais, mantidos e estendidos no período, também sofreram abalos consideráveis com retrocesso nas condições de vida, salários e liberdade de organização e manifestação. De Luca (2005, p.484) destaca que ainda que os dados econômicos indiquem saldo positivo do Produto Interno Bruto (PIB) com aumento médio de 10% entre 1968 e 1973, esses

índices não refletem bem-estar social, muito pelo contrário, “aprofundou-se ainda mais a desigualdade social e a concentração de renda no país” (DE LUCA, 2005, p.484).

3.3.1 Identidade cristã, cultura política e cidadania

De maneira pragmática, Edir Macedo adota em seus livros uma noção de cidadania muito próxima da convencional, que vincula a participação cidadã ao pertencimento a um Estado-nação, sendo praticada por meio da democracia e dos mecanismos eleitorais. A novidade está na maneira como ele defende que os cristãos se apropriem de uma nova cultura cívica, por meio da educação, do engajamento e da conscientização, incentivando o voto em cristãos e contribuindo para um projeto de nação que seria almejado por Deus. Didaticamente, o autor constrói sua perspectiva sobre o tema discutindo direitos e deveres, de que modo eles são garantidos em lei e na Constituição para todos e explicando de que maneira ele enxerga a cidadania, no que consiste o cidadão e suas estreitas relações com o Estado.

No entanto, querendo ou não, gostando ou não, a pessoa tem que compreender que vivemos em um sistema social em que as decisões referentes à vida cidadã no Estado é política. E diz respeito às leis gerais, educação, saúde, segurança, moradia, impostos, salário e muitas outras coisas. (MACEDO, 2008, p.21)

O capítulo 7 do livro *Plano de Poder*, intitulado “A reconstrução da cidadania”, é inteiramente voltado para o tema da cidadania e as formas de exercê-la. O autor inicia o texto explicando ao leitor as dificuldades para mudar a cultura de uma nação e de que modo as questões culturais e suas tradições estariam tão enraizadas no imaginário e no cotidiano de um povo que mudanças de comportamento seriam difíceis de serem alcançadas: “trata-se de questões que dizem respeito à essencialidade e aos porquês de pensar ou agir de um determinado ou mesmo de variados modos bem específicos de cada povo” (MACEDO, 2008, p.79). Ele emenda, que a construção da cidadania entre os cristãos passa por uma mudança de cultura, elevando o seu grau de instrução e conscientização para que atuem de maneira mais propositiva na sociedade, e que esse é um processo longo que dependeria de educação para a atualização de conceitos e premissas vinculadas a valores participativos e coletivos. Desse modo, a discussão de Macedo gira em torno da

cultura política⁴⁷ entre os cristãos, sendo está a chave para a consolidação da cidadania no país.

Para ilustrar a afirmação, o autor utiliza o exemplo dos hebreus no período em que teriam vagado por 40 anos no deserto. Macedo afirma que esse tempo no deserto foi necessário para que uma identidade fosse forjada e uma nova cultura política fosse introjetada nos hebreus, que perderam todos os princípios cidadãos durante o período em que foram cativos no Egito, e só depois desse período de aprendizagem eles poderiam entrar na terra prometida.

Eles só ocupam a terra que havia sido prometida a eles por Deus depois de terem assimilado o suficiente para fazê-los aptos a administrar e promover o desenvolvimento daquele lugar, não apenas por se tratar de pessoas de boa vontade, mas sim por estarem conscientizadas e preparadas. Essa lapidação de costumes levou aproximadamente 40 anos (MACEDO, 2008, p.84)

Foram 40 anos de trabalho na reconstrução dos conceitos do povo hebreu, a fim de garantir o sucesso e a evolução do projeto, e, se necessário fosse, mais tempo seria utilizado. Tudo dependia da desenvoltura comportamental, social e do grau de aprendizado daquela gente (MACEDO, 2008, p.86).

Dessa maneira, o que percebemos é que Macedo defende que a cidadania cristã só se constrói a partir de um povo com identidade e cultura cívica: “o resgate da educação, do respeito para com terceiros e da autoestima era fundamental para quem deveria tornar-se nação e gerir um Estado que viria a se lastrear e desenvolver [...]” (MACEDO, 2008, p.87). Os exemplos elencados são do passado, mas as questões abordadas no livro são preocupações do presente, e se dirigem ao leitor e eleitor do presente. A cultura cidadã defendida por Macedo é atravessada pela religiosidade e questões morais e tem como fim objetivos políticos. O debate da cidadania nos livros reflete como o tema é central também para líderes religiosos no contexto de sociedades democráticas, mas, no caso da Universal, elas causam impacto na medida que essas tradições religiosas têm longo histórico no âmbito da sociedade civil, sendo capazes de sobrepor crenças ao interesse público.

Macedo demonstrava preocupações com esse tema nos livros analisados e escritos no início dos anos 2000. Nas décadas seguintes essas iniciativas se tornaram institucionalizadas na Igreja Universal por meio de ações e projetos como a do grupo Arimatéia. Formado em 2018, o projeto surgiu com o objetivo de conscientizar as

⁴⁷ A expressão “cultura política” adotada nesse capítulo deve ser entendida no contexto de uma cultura cívica e não associada ao conceito historiográfico de cultura política.

peças sobre a importância de exercerem seus direitos “para que, dessa forma, escolham representantes políticos de bom caráter e de boa índole, que defendam ideologias favoráveis à nação e que lutem em prol dos interesses coletivos⁴⁸”. O grupo Arimatéia é coordenado pelo bispo Alessandro Paschoal e hoje conta com 28 mil voluntários em todo o Brasil. Chama a atenção a fala do bispo Paschoal, ao defender que a importância do grupo repousa na necessidade de conscientizar as pessoas quanto aos projetos de lei “contrários à fé e à moral” e finaliza afirmando que “é por esses motivos que precisamos nos unir para que mais leis em benefício da sociedade sejam aprovadas e não para a decadência dela”⁴⁹. Essa afirmação vai ao encontro da própria premissa de Edir Macedo discutida no livro, que defende: “a pretensão aqui é fazer com que haja, por parte dos cristãos, o despertar do conhecimento de quem é você e qual deve ser o seu papel dentro desse projeto, desse plano” (MACEDO, 2008, p.61). Desse modo, a construção da cidadania vai passar pelo chamado aos evangélicos de fazerem parte do plano de Deus, personificado em um Estado com representação política maciça de evangélicos.

Além das questões relacionadas à urgência de uma cultura cidadã entre os evangélicos, o lugar do Estado enquanto mediador dos interesses da sociedade também é abordado pelo autor: “o papel da política e do Estado é, como sabemos, mediar os interesses da coletividade” (MACEDO, 2008, p.88). Para discutir direitos civis, políticos e sociais e o papel da Constituição, Macedo volta-se para os Dez Mandamentos do Antigo Testamento

No caso específico dos hebreus, essa nova cultura tem seu início com a instituição dos dez mandamentos, que eram compostos de regras importantes, mas de fácil assimilação. [...] os itens dos 10 mandamentos nos sugerem que eles haviam perdido a identidade de sociedade organizada, de estrutura familiar ética e moral. (MACEDO, 2008, p.87)

Segundo o autor, o documento era composto por princípios éticos iniciais e de leis básicas para regular a vida religiosa e civil dos hebreus, um primeiro contato com um tipo mais rudimentar de legislação nesse período de maturação da identidade e do resgate da cidadania entre o povo. Dessa maneira, “dois aspectos estavam sendo trabalhados ao mesmo tempo com aquela gente: o resgate da identidade social e

⁴⁸ Dados disponíveis: <https://www.universal.org/noticias/post/voce-conhece-o-grupo-arimateia/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

⁴⁹ Dados disponíveis: <https://www.universal.org/noticias/post/voce-conhece-o-grupo-arimateia/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

cidadã e a atualização de seus conceitos” (MACEDO, 2008, p.85). Nesse momento se almejava as mudanças comportamentais e de “resgate de uma postura mais sociável, como ponte para identidade cristã” (MACEDO, 2008, p.87).

Para explicar a situação do povo hebreu antes dessas leis, Macedo utiliza o livro *Leviatã*, de Thomas Hobbes, e o conceito de estado da natureza como referências, argumentando que, vivendo no estado da natureza do homem, estaríamos todos fadados “à desorganização social e a degradação humana” (MACEDO, 2008). A invocação de autores clássicos no texto é marca registrada de Macedo, que lança mão de Maquiavel, Hobbes e Aristóteles para legitimar seu discurso, revestindo seus escritos religiosos com *insights* sobre Estado ou política retirados desses autores consagrados. As passagens a seguir são exemplos da maneira pela qual Macedo aciona essas referências nos seus escritos: “Aristóteles, em sua obra Política, diz que ‘O fim da política não é viver, mas viver bem’” (MACEDO, 2008, p.10). Ou, “Thomas Hobbes diz que ‘Homem nenhum duvida da veracidade da afirmação que segue: quando algo está imóvel, permanecerá imóvel para sempre, amenos que alguma coisa a agite’ (Leviatã)” (MACEDO, 2008, p.118).

O passo seguinte nessa caminhada de reconquista da cidadania dos hebreus, segundo Edir Macedo, passaria pela criação das leis punitivas, que são base para a composição de um Estado: “com essas leis, começa estão a surgir um embrião do primeiro modelo de instituição coercitiva e legítima de composição de um Estado politicamente organizado” (MACEDO, 2008, p.88). E complementa:

Daí por diante, o povo de Israel passa a se familiarizar com um órgão definidor de direitos e deveres, uma Carta Magna que definiria os lícitos e ilícitos. A constituição, ou um estatuto, deve acompanhar as mudanças pelas quais a sociedade passa, e, na medida em que vão ocorrendo as atualizações dos conceitos sociais e tecnológicos, ela deve sofrer reformas que a atualizem. Ou até mesmo correções, pois pode haver a desatualização de conceitos por questões temporais. (MACEDO, 2008, p.88)

Esses trechos demonstram a importância que Edir confere às leis para a cidadania. A Constituição é outro elemento que aparece nos escritos e valores como liberdade de crença, participação política e justiça social também são invocados. Viscardi e Perlatto (2018) apontam que “a constituição de 1988 assegurou a ampliação dos direitos civis e políticos aos cidadãos brasileiros e, especialmente, expandiu significativamente o escopo e a cobertura dos direitos sociais – o que lhe valeu o título de “cidadã”” (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p.450). O entendimento de

Macedo sobre o conceito se expande para além dos direitos civis e políticos e atravessa para questões sobre direitos sociais, como demonstram as passagens a seguir:

O Estado laico deve ser isento em seus posicionamentos. Não é justo inserir a doutrina religiosa nas decisões do Poder Público, não é nada justo para os que não professam a mesma fé. A esse respeito, tudo o que o Estado deve garantir a seus cidadãos é a liberdade de fé, e não o vilipêndio do local de culto. (MACEDO, 2008, p.57-58)

A exclusão social é uma sentença condenatória pela qual parte dos cidadãos – e no Brasil essa proporção é enorme – passa a sobreviver à margem da sociedade, a partir do momento em que não se oferecem oportunidades de inserção social. (MACEDO, 2008, p.108)

A religião tem sido um elemento divisor tão nocivo à sociedade que são necessárias leis duras para obrigar seus fiéis a se respeitar entre si. Se as religiões fossem algo puro e verdadeiramente benéfico, as pessoas que as praticam não precisariam de leis como a da liberdade de culto para se respeitar entre si. (MACEDO, 2007, p.23)

Outro aspecto que ganha destaque nos textos é o papel que templos e igrejas assumem no avanço da cidadania, sobretudo por seu lugar privilegiado de acesso à população. As contribuições desse segmento podem variar em níveis e intensidade, tanto na prática teológica cotidiana ou na atuação no espaço público e político. Enquanto membros da sociedade civil, instituições religiosas são atuantes e participam cada vez mais da vida pública. Se de um lado temos ações de diversas igrejas que tem no seu horizonte ações de solidariedade e serviço gratuito, sem intenções proselitistas, por outro temos instituições religiosas impondo suas pautas privadas no ambiente público em detrimento do bem comum. Mariano (2011) explica que, a partir da Constituição, os debates se acirram em torno dos setores laicos e das igrejas sobre “questões relativas à liberdade religiosa, ao lugar e ao papel da religião, ao ensino religioso, à ocupação religiosa do espaço público, ao ativismo político e midiático de grupos religiosos e seus efeitos sobre os direitos humanos e de cidadania” (MARIANO, 2011, p.251-252). O próprio bispo se manifesta sobre o assunto, reclamando sobre a exclusão dos religiosos nas discussões sobre temas políticos e sociais importantes para a sociedade:

quantos religiosos dos mais variados credos já devem ter questionado a que igreja ou religião esse costume está se referindo? Ora, dessa maneira muitos ficam impedidos de opinar sobre os grandes temas sociais e políticos. Seria

uma retomada da ágora dos gregos, que excluía determinadas classes sociais de deliberar sobre os anseios coletivos. (MACEDO, 2008, p.75)

No presente, a debate sobre o papel das igrejas e dos cristãos na construção da cidadania no país, não aparece só nos escritos de Macedo e nas ações da Universal para mobilizar, conscientizar e educar seus fiéis. A Aliança Cristã Evangélica Brasileira, fundada em 2010, possui entre as denominações religiosas filiadas igrejas como: Igreja Metodista do Brasil, Igreja Presbiteriana de Viçosa, Igreja Batista do Povo São José dos Campos, Convenção das Igrejas Batistas Independentes – CIBI, Igreja de JESUS CRISTO Emanuel do Brasil.⁵⁰ Tal iniciativa vem demonstrando interesse na temática. Em cartilha publicada em 2014, *Os Evangélicos e a transformação social: cultura cidadã e democracia participativa*, a Aliança defende o papel dos cristãos e das igrejas evangélicas para a consolidação da cidadania, e ainda a construção de uma igreja mais engajada, participativa e cidadã, entendendo que as mudanças na sociedade moderna cobram do cristão constante reflexão e aprimoramento do seu papel enquanto cidadão.

Especialmente em anos de eleições para cargos públicos, fica mais evidente e oportuna a necessidade de evidenciarmos a nossa fé através de um posicionamento honesto, que seja comprometido com os valores do Reino e que não admita manipulações por parte daqueles que se utilizam do poder para o benefício pessoal. (ALIANÇA, 2014, p.4)

A cartilha ainda se propõe a oferecer aos leitores embasamento teórico, incentivar a pesquisa e o envolvimento dos cristãos na promoção do direito de todos, da liberdade e da cidadania.

No Brasil, não só denominações pentecostais se preocuparam com a luta por direitos, a Igreja Católica por meio da atuação da Teologia da Libertação é mais um exemplo do papel da religiosidade na construção da cidadania. O movimento surgiu da aproximação da Igreja Católica com a realidade social dos fiéis, pregando um cristianismo com compromisso social e sendo utilizado como instrumento de mudança na sociedade. Essa teologia “estimulou as comunidades cristãs a compreender que a fé - muitas vezes entendida no sentido intimista - deve ser unida à vida, isto é, à

⁵⁰ Para mais informações sobre as igrejas e denominações filiadas à Aliança Cristã Evangélica Brasileira os dados estão disponíveis em: <https://aliancaevangelica.org.br/wp-content/uploads/2020/12/igrejas-1220.docx>. Acesso em: 14 jul. 2022.

dimensão política, econômica, ambiental e social⁵¹. Roberto Efrem Filho (2019, p.132) discute que no contexto de democratização, dentro das relações entre religião e lutas por direitos, alguns setores da Igreja Católica ganharam destaque, como por exemplo na atuação das comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais nas lutas por direitos.

Autores evangélicos, como o pastor luterano José Daniel Steimetz, reivindicam que os cristãos possuem dupla cidadania, uma terrena e uma celeste, uma recebida no batismo, e a outra no registro civil de nascimento. Essa questão surge entre algumas correntes evangélicas a partir das epístolas de Paulo, sobretudo na passagem de Filipenses: “pois a nossa Pátria está nos céus, de onde aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Filipenses, 3. 20). Steimetz vai afirmar que “não podemos misturar as duas. Mas temos o privilégio de viver essa dupla cidadania em nós sendo bons cidadãos cristãos transformados pelo Evangelho” (STEIMETZ, 2018, sp.). Ainda que a igreja luterana esteja alocada no protestantismo histórico, e não pentecostal, é interessante observar como Macedo amarra sua noção de cidadania firmemente à política, e defende que a cidadania plena reflete participação política, além de questões relativas a direitos, deveres, incumbência e privilégios que todos os membros de uma comunidade devem se submeter. E, dessa maneira, sobre a participação civil na política, Macedo afirma que ela “deve procurar ser exercitada, pois, à medida que for acontecendo, ela vai produzir maior qualidade a cada participação. O que será, sem sombra de dúvida, bom para a coletividade” (MACEDO, 2008, p.24).

Outro tema caro nos textos de Edir Macedo diz respeito aos limites entre o público e o privado, e como essa separação seria necessária para a construção e a manutenção de uma cidadania plena. As passagens a seguir ilustram esse aspecto:

É também muito importante saber diferenciar o que é público do que é privado. Muito embora não se possa medir a quanto essa confusão de limites e particularidades representa nos casos de corrupção, mesmo assim presumimos ser um dos fatores causadores desses atos ilícitos. Enfim, esses são apenas os requisitos básicos. (MACEDO, 2008, p.57)

Perceba que a essência da política é nobre e, se aplicada conforme os seus verdadeiros ideais, ela é boa e deveria ter o papel de proteger o cidadão. Em sua concepção original ela é bem-intencionada, desde que devidamente exercida e exigida por seus cidadãos, e para isso é necessário ter o

⁵¹ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615375-o-que-a-teologia-da-libertacao-nos-ensina-hoje>. Acesso: 20 jul. 2022.

esclarecimento de como a coisa pública deveria funcionar. (MACEDO, 2008, p.37)

Historicamente, há registros de que os interesses privados e políticos de alguns segmentos chegaram a promover a queima de livros a fim de privar muitos do conhecimento e, conseqüentemente, de sua emancipação social. Um povo esclarecido é menos manipulável. (MACEDO, 2008, p.81)

Entretanto, essa posição do autor nos livros esbarra na realidade das relações materiais entre os evangélicos e o poder público que são permeadas por enlances patrimonialistas e pelo atravessamento das fronteiras entre o público e o privado. Como caso mais emblemático dessas relações temos a movimentação e organização da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e sua agenda moral e de costumes, atuando sobre questões relativas a direitos reprodutivos, sexualidade e gênero, direitos das mulheres e de grupos LGBTQIA+.

Segundo Fagundes e Gomes, hoje a bancada evangélica é uma das mais articuladas no Congresso nacional, constituindo uma força política considerável e “atuando de forma coesa em temas relacionados às liberdades individuais, onde defendem bandeiras importantes para suas visões religiosas de mundo” (FAGUNDES; GOMES, 2020, p.5). Desse modo, procuram “impor ao resto da sociedade, não evangélica, valores, princípios e costumes que são próprios desses grupos religiosos” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p.78). Uma averiguação mais apurada dos métodos, estratégias e procedimentos da FPE demonstra uma certa organicidade de atuação, começando por reuniões mensais para discussões de pautas de interesses para as respectivas igrejas dos membros, monitoramento de propostas do governo e projetos de leis com temas que considerem ameaças do ponto de vista religioso, além de orientações e articulações de ações coletivas dos deputados. Mendonça (2021) salienta que o grupo ainda adotou estratégias de ocupar espaços na Assembleia legislativa, seja em comissões ou ainda pleiteando assumir as lideranças dos partidos na Câmara. A autora conclui “que maior coesão não implica votar sempre junto, mas constituir um núcleo afinado e responsável pela formação de alianças e difusão de opinião e atuação política” (MENDONÇA, 2021, p.269)

O embaralhamento entre o público e o privado está na contramão dos princípios mais básicos da cidadania: “princípios cidadãos de igualdade que garantem o direito à diferença e prezam a diversidade, o pluralismo e a tolerância” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p.78). Um exemplo próximo dessa questão aconteceu em 2013 com a eleição do pastor Marcos Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e

Cidadania (CDHM) da Câmara dos Deputados. Essa posição conquistada por Feliciano mudou totalmente o perfil dessa Comissão, que historicamente sempre esteve alinhada com questões sociais, e a partir da intervenção do pastor “passou a pautar uma série de questões de ordem moral (aborto, casamento gay e adoção de crianças por estes casais, entre outros)” (ALMEIDA, 2020, p.219).

Marcelo Gruman (2005) traz ainda o Projeto de Lei n. 717/2003⁵², de autoria do deputado evangélico Edino Fonseca (PSC/RJ), que prevê “o programa de auxílio a pessoas que voluntariamente optarem pela mudança da homossexualidade ou de sua orientação sexual da homossexualidade e dá outras providências” (GRUMAN, 2005, p.112). O projeto da “cura gay” é outro exemplo que demonstra a marcha da privatização do espaço público promovida por grupos religiosos. Não apenas pela introjeção de valores religiosos na esfera pública, mas notadamente por demandar do poder estatal ações para colocar em prática um projeto que atenderia unicamente a interesses privados, a partir convênios com organizações governamentais, não governamentais, associações civis e religiosas.

Logo, o assalto e a introjeção de valores e normas de crenças religiosas privadas no espaço público, bem como “o apetite de líderes evangélicos em ganhar cargos e funções públicas, no Legislativo e Executivo” (RIVERA; FILDALGO, 2019, p.92) contraria totalmente essa determinação essencial da cidadania e da democracia. E o que os autores apontam é “um recuo a práticas patrimonialistas justificadas religiosamente” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p.92).

No debate do conceito de cidadania discutido por Edir Macedo observamos um cenário de confronto entre o conceito e a realidade material, e das relações dúbias de enfrentamento/conciliação entre o governo petista e Edir Macedo. Além dos avanços em políticas públicas voltadas para as minorias, como citado anteriormente, o governo petista no período acenou para a Igreja Católica com a assinatura da Concordata com o Vaticano⁵³, selando Acordo entre o Brasil e a Santa Sé em maio de 2007. O acordo além de consolidar “vantagens da Igreja Católica no país, assim como para estabelecer outras, como o livre acesso às terras indígenas, para ação religiosa”

⁵²

Disponível

em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/f4b46b3cdbba990083256cc900746cf6/0f861847d80c23b483256d8e006b7a36?OpenDocument>. Acesso em: 12 dez. 2022.

⁵³ DECRETO Nº 7.107, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7107-11-fevereiro-2010-602309-norma-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

(MENDONÇA, 2021, p.259), causando ainda mais tensão entre os evangélicos que entenderam que esse acordo privilegiaria os católicos.

O bispo Edir Macedo buscou engendrar, como vimos acima, o conceito de cidadania com os interesses da comunidade a quem representa, relacionando o conceito com a educação dos evangélicos na direção de uma cultura cidadã cristã. Na introdução do livro *Plano de Poder* ele afirma que “os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura e uma boa política nacional e, sobretudo com o projeto de nação idealizado por Deus para o Seu Povo” (MACEDO, 2009, p. 25). E avança, afirmando que a participação política qualificada dos evangélicos é a única forma de garantir seus direitos. A passagem a seguir repete a analogia dos hebreus, mas a mensagem aponta para urgências do presente: “independente do sistema político e apesar de serem estrangeiros na terra do Egito, a representação faltou de forma dolorosa aos hebreus. Não havia uma política voltada para eles que pudesse lhes garantir quaisquer direitos, a não ser a repressão” (MACEDO, 2008, p.34).

Macedo propõe que uma participação política dos evangélicos atenderia não só aos interesses civis desse grupo, de mobilizar e lutar pelas pautas cristãs, mas também aos interesses e planos do próprio Deus para seu povo: “ainda nos dias atuais há muitas pessoas que, apesar de confessarem uma fé cristã não conseguem identificar e assimilar o objetivo de Deus sobre esse aspecto para o seu povo (o projeto de poder político de nação)” (MACEDO, 2008, p. 20). Dessa maneira, para Macedo, a cidadania plena se reflete na garantia de que as instituições religiosas evangélicas sejam atendidas e contempladas pelas benesses das políticas do poder público e um Estado com representação política evangélica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho historiográfico foi elaborado tendo como objetivo apresentar o ambiente histórico e social em que Edir Macedo esteve inserido e atuou no início dos anos 2000. Por meio dos conceitos de democracia, nação e cidadania acionados por essa liderança evangélica, procurou-se compreender de que maneira as problemáticas e alguns dos principais temas no debate público do período influenciaram não apenas as preferências temáticas do religioso, mas também direcionaram a escolha do seu vocabulário político e dos conceitos articulados para dar soluções para questões pautadas naquele momento. Através da escrita do bispo nos aproximamos das interpretações e dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos do período, e a partir desses, questionar sobre seus efeitos nos processos históricos vivenciados por homens e mulheres. Entendemos que se a realidade social é constituída linguisticamente, para que determinadas experiências históricas sejam vividas é necessário que os indivíduos falantes dominem noções e categorias linguísticas comuns. Afinal, “só o que foi previamente conceituado é visível e inteligível para outros atores sociais⁵⁴”. E, desse modo, a forma como uma sociedade, um grupo ou indivíduo faz uso de uma rede de conceitos torna possível ao historiador se aproximar das suas motivações e do sentido que esse vocabulário assume em sua ação política.

Como sabemos, as palavras, não todas certamente, mas algumas, quando manejadas de maneira hábil e estratégica por atores sociais de relevância, se transformam em poderosas armas políticas. Edir Macedo, objeto do presente estudo, é desses indivíduos que sabem a importância das palavras. E, ao integrar a gramática religiosa no acionamento de conceitos políticos de destaque no ideário político nacional, ele certamente não inaugura essa prática adotada pela direita cristã na América latina, mas concede uma nova dimensão a tal processo, dado o alcance do seu discurso religioso e a projeção de sua participação na esfera pública. Além de influenciar o debate público, sobretudo em temas relacionados a direitos reprodutivos, sexualidade e gênero, direitos das mulheres e de grupos LGBTQIA+, não só Macedo, mas diferentes institucionalidades evangélicas, passam a balizar e reclamar o

⁵⁴ “y sólo lo que ha sido previamente conceptualizado es visible e inteligible para los actores” (SEBÁSTIAN, 2009, p.26).

monopólio da linguagem e dos termos que vão ser acionados na agenda política para discutir esses temas. O discurso e as ações desse segmento religioso, como vimos, contribui para que a esfera religiosa alargue seu campo de atuação, propondo a sociedade alternativas e respostas para as questões e dilemas do presente.

A partir da análise dos livros de Macedo podemos observar a maneira como os conceitos de nação, cidadania e democracia são atravessados por elementos doutrinários e discursivos do sagrado. Seja através da evocação excepcionalista do povo escolhido ou a incorporação das experiências políticas dos hebreus no Antigo Testamento, ou ainda da legitimação da presença dos evangélicos na política para fins de moralização.

Existe uma coerência na maneira como esses três conceitos essenciais são amarrados nos livros de Edir Macedo. O entendimento de nação em seus escritos é influenciado pela perspectiva cristã que defende a existência de um plano divino para a criação de uma nação excepcional composta por indivíduos dotados de valores cristãos e predestinados a governar. Uma das ferramentas políticas que vai tornar possível o acesso desses escolhidos às instâncias de poder é o voto. Então, Macedo mobiliza o conceito de democracia no seu discurso político de modo a incentivar e fortalecer a participação política dos cristãos, incutindo o entendimento de que a participação política efetiva e qualificada é a única forma de garantir seus direitos. Como nos demais conceitos, a confessionalização do político é chave para compreender a maneira como Edir Macedo interpreta e compartilha o termo: o autor advoga que a falta de engajamento político dos evangélicos não apenas é ruim para a democracia, mas também prejudica os planos de Deus. Logo, a cidadania nesse cenário é acionada pela necessidade dos cristãos de se apropriarem de uma nova cultura política de educação cívica, engajamento social e conscientização política que incentiva o voto em cristãos, e contribui para o projeto de nação pretendido por Deus.

A atuação de Macedo no plano de práticas políticas foi o norte dessa pesquisa, que constatou, a partir dos livros, uma oscilação do bispo em relação ao governo Lula, ora confrontando e se aproximando à comunidade neopentecostal, com quem compartilha seu quadro de normas e valores. No manejo do conceito de democracia, por exemplo, o autor endossa a atribuição de democracia compartilhada pelo governo petista, discutindo os valores e os procedimentos, e a necessidade de alargamento dos entendimentos da democracia e seus limites. Além de defender e incentivar entre seus leitores a ampliação do processo participativo da sociedade civil. Naquele

momento, a definição e os conteúdos associados ao conceito de democracia atendiam aos interesses políticos de Edir Macedo e da Universal. De outro modo, no conceito de cidadania o bispo se alinha com os segmentos evangélicos, tensionando as relações com o governo petista no contexto de criação de políticas públicas voltadas para ampliação dos direitos de grupos marginalizados. Nesse cenário, ele vai engendrar o conceito de cidadania com os interesses da comunidade a quem representa, relacionando o conceito com a educação cívica dos evangélicos na direção de uma cultura cidadã cristã.

No campo semântico, ao examinar os usos e sentidos dos conceitos base utilizados pelo bispo em seus textos, almejávamos identificar inovações, apropriações, continuidades e mudanças nos seus significados. O que se verificou foi que Macedo manteve as atribuições políticas convencionais desses termos. O conceito de cidadania, por exemplo, no entendimento de Macedo se articula na participação cidadã vinculada no pertencimento a um Estado-nação e praticado por meio da democracia e dos procedimentos eleitorais. O que foi alterado foi o acréscimo do denominador teológico nesses conceitos políticos.

Por fim, para além da originalidade ou não do bispo na construção e manejo dos conceitos discutidos até aqui, parece que o grande mérito de Edir Macedo é sua habilidade em se apropriar dos elementos fragmentados do ideário conservador religioso, transformando-os em um coeso e vitorioso projeto teológico de controle político conservador.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, J. M. **Política y religión en los márgenes**. Nuevas formas de participación social de las megaiglesias evangélicas en la Argentina. Buenos Aires: Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS), 2010.
- ALENCAR, Gustavo de. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as interlocuções com a política. **Teoria e Cultura**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v.13, n.2, dez.2018, p.101-117
- ALIANÇA CRISTÃ EVANGÉLICA BRASILEIRA. **Os evangélicos e a transformação social: cultura cidadã e democracia participativa**. Editora Ultimato Ltda, 2014.
- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, v.50, 2017, p.1-25.
- ALMEIDA, Ronaldo. *Players evangélicos na crise brasileira (2013-2018)*. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p.217-237.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W.; CARVALHO, A. A. de. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017.
- ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Loyola, 2010, 126p.
- AMARAL, Antônio José de Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de S. Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**, 2002.
- BAPTISTA, Paulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)**. 2007. 562p. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- BARROS, José D’ Assunção, Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas. **Revista Educação**, v.7, n.2, p.4-17, 2012.
- BELTRÁN, William Mauricio. **Del monopolio católico a la explosión pentecostal: Pluralización religiosa, secularización y cambio social**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.
- BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado.: tempo e justiça**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980- 2016). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.34, n.100, p.1-27, 2019.

BRASIL. SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Democracia participativa: nova relação do Estado com a sociedade (2003-2010). Reimpressão. Brasília, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2011.

BRASIL. Constituição (1891). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. **Repertório biográfico dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987.

BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica**: Novo Testamento. Tradução: José Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1979.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.319-329, 1998.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v.10, n.2, p.288-338, 2004.

BORDA, Guillermo Flores. A construção de uma “Nação Cristã” na América Latina. In: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Siftung, 2020, p.131-154.

BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). **Cidadania, um projeto em construção: minoria, justiça e direitos**. Editora Claro Enigma, 2013, 152p.

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, 2006. v.1. p.173-213.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “políticos de Cristo” – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. GT Religião e Sociedade, **XXVI ANPOCS**, Caxambu, outubro de 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**: teoria bíblica e prática histórica. São Paulo: Nascente, 1985.

COWAN, Benjamin Arthur. Nosso Terreno: crise moral, política evangélica e formação da “Nova Direita” brasileira. Belo Horizonte: **VARIA HISTÓRIA**, vol. 30, nº 52, p.101-125, jan/abr 2014.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.331-363.

CUBAS, Caroline Jaques. **Religião, tempo e memória: interfaces para o estudo da História do Tempo Presente**. Tempo e Argumento, Florianópolis, e0107, 2021. Número especial.

CUNHA, Diogo. Conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar. **POLÍTICA HOJE – Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Vol. 27, edição especial, p.85-122, 2018.

DANTAS, Bruna Saruagy do Amaral. **Religião e política**: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DE LUCA, Tânia Regina. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

EFREM, Roberto Filho. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 39(3): 124-151, 2019.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris; GOMES, Bruna Caroline Machado. O poder da bíblia: crenças e organização das igrejas evangélicas na política brasileira. **Catalão: OPSIS**, v.20, n.1, p.1-11, 2020.

FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs). **História dos Conceitos**: Diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, p. 21-29, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte**: leituras para a reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 316p, 2014.

FIGUEIREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: **O tempo da Nova República**: da transição democrática a crise política de 2016. Orgs. FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.5, p.73-117, 2018.

FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. **Lusotopie**, p. 329-340, 1999.

FERNANDO, Kleber Rodrigues. “**Vida e vida com abundância**” – **teologia da prosperidade, sagrado e mercado**: um estudo de afinidade eletiva entre a TP, o mercado e a ética de consumo na Igreja Universal do Reino de Deus. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FONSECA, Alexandre Brasil. Mídias, religiões e política no Brasil de Bolsonaro. In: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p.309-328.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. 1993, 303 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. **Lusotopie**, p. 329-340, 1999.

GARGARELLA, Roberto. **La sala de máquinas de la Constitución**: Dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz Editores, 2014

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.80-101, 2008.

GOMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. As várias faces da Igreja Católica. **Estudos Avançados**, v. 18, n.52, p. 77-95, 2004.

GOMES, Edlaine de Campos. **A Era das catedrais da IURD**: a autenticidade em exibição. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

GRUMAN, Marcelo. O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política. **Revista de Estudos da Religião**, n.1, 2005, p.95-117.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Editora Unesp, 2018

HABERMAS, Jürgen. **A nova obscuridade**: pequenos escritos políticos V. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUFF JÚNIOR, A. Érico. Campo religioso brasileiro e história do tempo presente. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 47-70, 2008.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos**: Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006, 174P.

JOUTARD, Philippe. Memória coletiva. In: BURGUIÉRE, A. (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 526-528.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil Contemporâneo**. 2017. 145f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LYNCH, Christian E. C. Do despotismo da Gentalha a Democracia da Gravata Lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). **DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p.355-390, 2011.

MACEDO, Bispo; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACEDO, Bispo. **Mensagens que edificam**. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 2006, v.2, 128p.

MACEDO, Bispo. **Fé e Dinheiro**: conheça a única moeda de troca que podemos usar com Deus. Rio de Janeiro: Unipro Editora, 2007.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.35, n.2, p.45-72, 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A vertente evangélica do neoconservadorismo brasileiro. In: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p.271-286.

MAIA, Luciano Oliveira. **Símbolos e ritos na Igreja Universal do Reino de Deus**. 2005. Curso de História, UFRGN, Rio Grande do Norte, 2005.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**, n.34, p.92-106, nov. 1992.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v.18, n.52, p.121-138, 2004.

MARIANO, Ricardo. Laicidade a brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. Porto Alegre, **Civitas**, v.11, n.2, ma-ago.2011, p.238-258.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. São Paulo: **Revista USP**, n.120, p.61-76, 2019.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p.329-350.

MATOS, Alderi Souza de. Pentecostalismo: traços históricos. In: Pentecostalismo no Brasil: 100 anos. São Leopoldo: **Revista IHU On-Line**, ed. 329, 2010, p.8-11.

MELO, Sydnei. Um pensamento político da “bancada evangélica”? Notas iniciais de uma investigação. **GPMP Working Papers**, Campinas, n. 5, 2016

MENDONÇA, Amanda. A “governabilidade” petista. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 39, 4 dez. 2020.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. Campinas: **Opinião Pública**, v.16, n.2, p.269-309, 2010.

MOLTMANN, Jurgen. **A vinda de Deus**: escatologia cristã. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2003, 374p.

MONTEIRO, Lorena M; MOURA, Joana T.V; LACERDA, Alan D. F. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**, Porto Alegre, v.17, n.38, p.156-191, jan-abr 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: **O tempo da Nova República**: da transição democrática a crise política de 2016. Orgs. FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.5, p.415-446, 2018.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

NASCIMENTO, Gilberto. **O Reino**: a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 abr. 1964.

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. In: ORO, Ari Pedro. (org) **Religião e política no Cone Sul**: Argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo: Attar, 2006, p.75-132

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.53, p.53-69, 2003.

ORO, Ari Pedro. O “neopentecostalismo macumbeiro”. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.319-332, dez/fev 2005-2006.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 36, p. 51-69, 2018.

PALTI, Elias. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs). **História dos Conceitos**: Diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, p. 59-76, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.163-191.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). **Cidadania, um projeto em construção: minoria, justiça e direitos**. Editora Claro Enigma, 2013.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. São Paulo: **Lua Nova**, 67, 15-47p, 2006.

REIS, José Carlos. **Teoria & História**: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

REZENDE, Maria José de. A democracia no Brasil: elementos norteadores do debate desenvolvido na segunda metade do século XX. **Revista Mediações**, Londrina, v.1, n.2, jul/dez, p.32-45, 1996.

RIVERA, Paulo Barrera; FIDALGO, Douglas. Patrimonialismo pentecostal: novo patamar das relações entre religião e política no Brasil recente. **Estudos da Religião**, v.33, n.2, 2019, p.77-99.

RICHTER, Melvin. Mais do que uma via de mão dupla: analisando, traduzindo e comprando os conceitos políticos de outras culturas. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs). **História dos Conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p.21-29, 2007.

ROCHA, Daniel. “Faça-se na terra um pedaço do céu”: perspectivas messiânicas na participação dos pentecostais na política brasileira. **Perspectivas Teológicas**, Belo Horizonte, v.3, p.607-632, 2020.

ROCHA, Daniel, SILVA, Wellington Teodoro da. Um sentido par ao tempo: breve nota sobre o estudo das relações entre tempo, cristianismo e política. **História Unisinos**, v.16, n.1, jan-abr 2012, p.149-158.

ROSANVALLON, Pierre. História **do político**. São Paulo: Alameda, p. 65-109, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de História**, v.15, n.30, p.9-22, 1995.

ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.795-799, 1998.

SALES, Liliane Marquardt. Brasil: um olhar para o (s) conceito (s) de democracia. **Revista Alamedas**, v.2, n.1, p.50-64, 2014.

LOSADA, Cristóbal Aljovin. Ciudadano/Vecino. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones**, 1750-1850. Madri: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones, Culturales Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p.177-304.

SELL, Carlos Eduardo. Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.5, Brasília, p.139-166, jan-jun de 2011.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da língua portuguesa**. Lisboa: Typographia de M.P. de Lacerda, 1823.

SPOHR, Inácio. Os pentecostais e a democracia da cultura religiosa brasileira. São Leopoldo: **Revista IHU On-Line**, ed. 329, 2010, p. 17-19.

SWATOWISKI, Claudia Wolff. Texto e Contextos da fé: o discurso mediado de Edir Macedo. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 27(1): 114-131, 2007.

TAVOLARO, Douglas. **O bispo**: a história revelada de Edir Macedo. Com reportagem de Christina Lemos. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007, 276p.

VILLAS BOAS, Orlando Filho. Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. **R. Fac. Dir. Univ. São Paulo**, v.108, jan./dez. p. 651-696, 2013.

VILLASENOR, Rafael Lopez. A estratégia política da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre as eleições presidenciais 1989, 1994 e 2002. **Ponto-e-Vírgula**, v.8, p.155-167, 2010.

VISCARDI, Claudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: **O tempo da Nova República**: da transição democrática a crise política de 2016. Orgs. FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v5, p.447- 477 2018.

WEBER, Max. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

WHITROW, Gerald James. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993

WOLFART, Graziela. Pentecostalismo: traços históricos. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, 329, 2010, p. 8-11.